



LEONARDO DIAS NUNES

**CORREÇÃO MONETÁRIA E TENSÕES SOCIAIS NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO (1963-1974)**

CAMPINAS, 2012



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

LEONARDO DIAS NUNES

**CORREÇÃO MONETÁRIA E TENSÕES SOCIAIS NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO (1963-1974)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
AO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA ECONÔMICA.**

PROF. DR. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES – ORIENTADOR

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA POR LEONARDO DIAS
NUNES E ORIENTADO PELO PROF. DR. JOSÉ RICARDO
BARBOSA GONÇALVES.**

A handwritten signature in black ink, which appears to read "José Ricardo Barbosa Gonçalves", is written over a horizontal line.

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Nunes, Leonardo Dias, 1984-
N922c Correção monetária e tensões sociais no Brasil contemporâneo
(1963-1974) / Leonardo Dias Nunes. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: José Ricardo Barbosa Gonçalves.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Economia.

1. Indexação (Economia). 2. Reforma monetária – Brasil. I.
Gonçalves, José Ricardo Barbosa, 1953-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

12-044-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Price level accounting and social tensions in contemporary Brazil (1963-1974)

Palavras-chave em inglês:

Monetary correction

Monetary reformers - Brazil

Área de Concentração: História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Marcos Alves Valente

Milena Fernandes de Oliveira

Data da defesa: 28-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

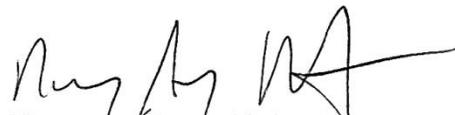
Aluno: **Leonardo Dias Nunes**

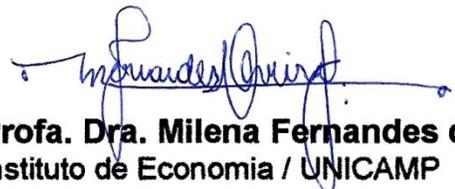
**“Correção monetária e tensões sociais no Brasil
Contemporâneo (1963-1974)”**

Defendida em 28 / 02 / 2012

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. Marcos Alves Valente
UFSC


Profa. Dra. Milena Fernandes de Oliveira
Instituto de Economia / UNICAMP

Para Elisabeth e João, por tudo.
Para Joelisa, Rafael e Júnior, pelo carinho fraterno.
Para Ana Paula, pela amorosa companhia.
Para Fábio, pela amizade sincera.

AGRADECIMENTOS

Se eu fizesse a metáfora da navegação com o caminho percorrido para terminar esta dissertação, certamente, eu diria que não foi uma navegação feita num mar de rosas coberto por um céu de brigadeiro. Houve espinhos que, se de algum modo nos arranharam, ao contar esta história, percebemos que deles só ficaram as lembranças dos arranhões. Houve também o nevoeiro que fez com que aprendêssemos a tocar o barco devagar, e que não somos nós que escolhemos a velocidade da travessia.

Como cheguei até aqui, tenho muito a agradecer. E certamente não colocarei o nome de todas as pessoas que me auxiliaram a terminar este trabalho; seria impossível.

Em primeiro lugar, agradeço a meus pais, pois sempre me deram apoio incondicional para que eu realizasse meu curso de mestrado. E também por terem me ensinado que na vida existem momentos difíceis e que devemos buscar resolvê-los e não ignorá-los.

À Ana Paula, agradeço por ter sido paciente em minhas ausências e companheira nos momentos difíceis que ora ou outra apareceram durante o processo de realização deste trabalho. Talvez pareça que eu esteja sendo muito sucinto; e realmente estou sendo. Na realidade, faltariam páginas para pontuar tudo o que esta maravilhosa pessoa fez por mim durante o período do mestrado.

A Fábio Pádua dos Santos, agradeço pelas conversas e pela convivência. Foram três anos de intensa vivência em Campinas. Desde 2009, com nossa mudança de Santa Catarina, até hoje, início de 2012, muito vivemos e aprendemos. Estudamos e escrevemos juntos. Não há dúvida que, conjuntamente, aprendemos muito.

A Ricardo Lopes Fernandes, Henrique Braga e Ulisses Rubio, que se juntou a nós recentemente, agradeço pela convivência diária. Compartilhamos o mesmo apartamento e dele fizemos uma bela república. Não existe dúvida de que, hoje em dia, dividir o mesmo espaço com pessoas diferentes é um grande desafio. Entretanto, quando por sorte e jogo de cintura conseguimos construir um ambiente agradável para se viver, o que era um desafio transforma-se num grande privilégio.

Aos amigos que fiz durante o curso de mestrado, agradeço pelas conversas e pela reflexão. Os membros da Nova República – Eduardo Rao, Rafael Silva, Daniel Sampaio, Valter Palmieri e Tomás Taulois – foram exemplares neste quesito. Este último já não está entre nós, e como sentimos sua falta. Por fim, mas não menos importante, devo dizer que conviver com Wagner Silva foi um imenso prazer. Um grande amigo que possui uma imensa capacidade de fazer novos amigos. Vocês todos são pessoas geniais.

Aos funcionários do IE, agradeço pela gentileza e disposição que tinham para me auxiliar a resolver os trâmites do dia a dia universitário. Aos bibliotecários do CEDOC, agradeço pelo imenso esforço que faziam para que sempre saíssemos da biblioteca com as obras buscadas.

Aos professores Milena Fernandes de Oliveira e Amilton José Moretto, agradeço por terem participado da banca de qualificação e por terem dado boas sugestões para eu terminar o trabalho.

Ao professor José Ricardo, tenho muito a agradecer. Nestes últimos três anos, ele foi professor de disciplinas que eu cursei e professor de disciplinas que eu tive o prazer de monitorar. Também me orientou durante o processo de realização desta dissertação. Foram anos de ricas conversas, de muita sugestão de bibliografia e de descobertas de grandes dúvidas, ou seja, alguns dos ingredientes essenciais para pensar. Mas, além de todas estas atividades que realizamos juntos, agradeço ao professor por mais uma: buscar me ensinar a driblar aquelas dificuldades que não apresentavam resoluções instantâneas. E eu não tenho dúvida de que para aprender a realizar esta atividade, tem-se que compreender a história do Brasil.

“Nos Estados modernos, a gestão da política econômica constitui a principal instância, nas relações entre governo e sociedade civil, onde são propostos e arbitrados os conflitos de interesses das classes e dos diferentes grupos sociais. Da sua direção dependem, concretamente, a distribuição dos fluxos de renda dentro da economia e dela para o exterior; a taxa de lucratividade das empresas e a remuneração real da classe trabalhadora; as formas de crédito e do financiamento privado e do setor público. ”

Maria da Conceição Tavares

RESUMO

Este trabalho procura contribuir para a compreensão da difusão das ideias econômicas considerando a história econômica contemporânea do Brasil. Para tanto, contemplou-se o debate em torno da correção monetária devido ao impacto que este instrumento causou no bojo das reformas implementadas através da política econômica da ditadura militar. Primeiramente apresentamos um panorama da economia nacional a partir dos anos 1960, período marcado pelo baixo crescimento do PIB e alta inflação, caracterizado não só por uma crise econômica, mas também por uma crise de ordem política. Em seguida apresentamos como foram difundidas as ideias econômicas em torno da correção monetária no diário *Folha de São Paulo*, articulando as notícias publicadas neste diário com a avaliação da literatura existente sobre o tema. E, por fim, apresentamos algumas referências de Mário Henrique Simonsen e Maria da Conceição Tavares acerca do debate ocorrido em torno da correção monetária, em um momento em que o primeiro representava a corrente dos economistas ortodoxos e, a segunda, a corrente dos economistas heterodoxos.

Palavras-chave: Indexação (Economia), Reforma Monetária – Brasil.

ABSTRACT

This work aims to contribute to the comprehension of the diffusion of economic ideas considering the contemporary Brazilian economic history. For that, it was contemplated the debate around of the price level accounting due to the impact which this monetary policy instrument caused in the bulge of the reforms implemented by Dictatorship Regime.

Thus primarily it was presented a view of the Brazilian economy after the decade of 1960, period that had a low growth of the GDP and high inflation, characterized by an economic and a political crises. Thereby it was presented how was diffused the economic ideas around the price level accounting in the newspaper *Folha de São Paulo*. Therefore it was articulated the published news in this newspaper with the existent literature evaluation about the issue.

In this part it was presented some ideas of Mário Henrique Simonsen and Maria da Conceição Tavares about the debate occurred around the price level accounting. In that moment, the first one represented the orthodox economists and the second one the heterodox economists.

Keywords: Monetary correction, Monetary reformers - Brazil

Índice de Tabelas e Gráficos

Tabela 1: Dimensão do Sistema Bancário no Brasil.....	2
Tabela 2: Participação das exportações de café na pauta exportadora brasileira	12
Tabela 3: Saldo das Transações Correntes em US\$ (milhões).....	21
Tabela 4: Evolução do Índice de Gini por Regiões do Brasil: 1950, 1960, 1970 e 1975	22
Tabela5: Brasil: População Rural	24
Tabela6: Distribuição da Renda no Brasil em 1960	36
Gráfico 1: Inflação - IGP-DI - (% a. a.)	37

Lista de abreviaturas e siglas

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEF – Caixa Econômica Federal

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CMBEU – Comissão Mista Brasil – Estados Unidos

CMN – Conselho Monetário Nacional

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisições de Máquinas e Equipamentos Industriais

FMI – Fundo Monetário Internacional

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PIB – Produto Interno Bruto

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFLAÇÃO NO BRASIL.....	9
2. 1 A inflação brasileira e o surgimento da correção monetária.....	35
3 A DIFUSÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA NA IMPRENSA	43
3. 1 Informação	44
3. 2 Crítica	48
4 CORREÇÃO MONETÁRIA: FUNDAMENTAÇÃO E CRÍTICAS	67
4. 1 A fundamentação de Mário Henrique Simonsen.....	68
4. 2 A crítica de Maria da Conceição Tavares	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXOS.....	91
Anexo 1: Organograma do Sistema Financeiro Nacional	91
Anexo 2: Variação anual dos dados relativos à economia brasileira de 1960 a 1975 ...	92
Anexo 3: Comportamento dos salários de trabalhadores e de gerentes na pesquisa da CSN – 1966/1972.....	93
Anexo4: Comportamento dos salários dos trabalhadores na pesquisa da GRUPISA..	94

1 INTRODUÇÃO

Quando teve início a década de 1960, era perceptível para todo observador que a economia brasileira estava num período de crise.¹ É isso que os dados estatísticos nos mostram apontando o baixo crescimento do PIB e a alta inflação. Já as reflexões críticas da economia e da sociedade brasileira daquele momento nos apresentam não só uma crise econômica, mas também uma crise de ordem política.

Dentre outras importantes instabilidades, o Estado brasileiro estava inserido num contexto de alta inflação e possuía problemas de financiamento para os seus investimentos. Mas isso não era privilégio apenas daquele momento. No decorrer dos trinta anos anteriores podemos encontrar este mesmo problema.²

Em seu estudo sobre o Estado e a industrialização, Sonia Draibe nos apresentou três vias de desenvolvimento que disputavam interesses no período entre 1930 e 1960: a via conservadora de desenvolvimento, que defendia os interesses do capital cafeeiro; a via moderada, que defendia os interesses da burguesia industrial; e a via nacional e popular, que defendia os interesses da classe operária.

Ao serem somadas as tensões de ordem política com aquelas de ordem econômica – problemas estes que para alguns intérpretes do período não poderiam ser resolvidos democraticamente – em abril de 1964, iniciou-se a ditadura militar no Brasil. Para a autora, neste momento “estavam em curso e conflito tendências diferentes de direção política, isto é, de articulação de blocos históricos distintos nas questões do momento.”³

Ao ser instaurada, a ditadura militar tinha como necessidade e objetivo resolver os problemas que vinham se avolumando na economia brasileira desde o início da década de 1960. Desta forma, com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o governo de Humberto de Alencar Castello Branco buscava sanear estes problemas. O programa foi publicado em novembro de 1964 e possuía como principais metas alcançar uma taxa de crescimento econômico

¹SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 71.

²DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

³*Ibid*, p. 33.

de 6% ao ano, durante os anos de 1965 e 1966, atenuar os desequilíbrios setoriais, controlar os déficits do balanço de pagamentos e conter a escalada do processo inflacionário.

Um dos alicerces que fundamentavam a política financeira do novo programa governamental foi a reforma bancária, que buscava “avançar mais um passo no sentido do estabelecimento de um Banco Central e conferir às Autoridades Monetárias autonomia relativamente maior.”⁴ Foi com as reformas ocorridas a partir desse momento que o sistema financeiro nacional começou a ser modernizado e concentrado, como se pode notar na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1: Dimensão do Sistema Bancário no Brasil

Ano	Número de bancos comerciais			Número de agências bancárias		
	Privados*	Públicos**	Total	Privados*	Públicos**	Total
1964	312	24	336	5.741	578	6.319
1966	287	26	313	6.436	640	7.076
1968	196	28	224	5.810	2.081	7.891
1970	150	28	178	5.658	2.203	7.861
1972	100	28	128	5.640	2.263	7.903
1974	81	28	109	5.529	2.791	8.320

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil (vários números) (*apud* PAULA, 1998)

OBS : (*) Inclui bancos privados nacionais e estrangeiros

(**) Inclui bancos públicos federais e estaduais

Durante o ano de 1964, a ditadura militar foi iniciada em abril, o PAEG foi lançado em novembro e a Lei n. 4.595, que versava sobre a criação do Banco Central, foi sancionada por Castello Branco em 31 de dezembro. Entretanto, antes mesmo do lançamento do PAEG e da lei que criava o Banco Central, o governo de Castello Branco tomou medidas com o objetivo de recuperar “a taxa de aumento do produto real observado na década dos 50, além de medidas relacionadas com o fortalecimento da poupança pública, criando fontes de recursos não inflacionários para o governo.”⁵

Uma dessas medidas de reforma institucional ocorreu quando foi sancionada por Castello Branco a Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964. Com o objetivo de conceder incentivos

⁴BRASIL. **Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966: (síntese).** [Rio de Janeiro?] : EPEA, 1964. p. 73.

⁵*Ibid*, p. 233.

fiscais à poupança pessoal e à poupança das empresas, esta lei autorizava a criação das “Obrigações do Tesouro e das Letras Imobiliárias (estas últimas ligadas ao Sistema Financeiro da política habitacional) como instrumento de incentivo à poupança privada, por constituírem ativo não sujeito à perda de valor real em decorrência da inflação.”⁶

As transformações institucionais que foram realizadas pelo governo federal buscavam lidar com o problema do financiamento do investimento público existente e possibilitar que houvesse a acumulação de capital para que fossem atingidos os objetivos de crescimento econômico estabelecidos no PAEG. O debate acerca da reforma bancária, de seus instrumentos, de seus resultados e desvios pode ser apreciado em outros trabalhos⁷, contudo, este não será o objetivo que buscamos em nosso trabalho.

Entretanto, entre os instrumentos de política econômica utilizados pelo governo militar, percebemos que é indiscutível a importância que a correção monetária ganhou para a economia brasileira após 1964. De acordo com Celso Furtado:

Mediante uma certa política de preços, de câmbio e de crédito e o mecanismo da correção monetária pode-se orientar a inflação – processo de modificação da distribuição da renda – de forma que os efeitos redistributivos não se façam de maneira caótica e sim em função de objetivos predeterminados.⁸

A correção monetária foi o instrumento de política econômica que buscava fazer com que a economia brasileira pudesse conviver com a alta inflação. De acordo com a exposição de Júlio Sérgio Gomes de Almeida:

[...] as distorções identificadas pelos diagnósticos no setor financeiro (como de resto em outros setores) teriam origem nos efeitos da inflação. Em grande parte, portanto, a própria política anti-inflacionária encaminharia a solução. Este era o pensamento oficial, que, contudo, fazia constar uma ressalva: durante um certo tempo o sistema econômico deveria reagir à maneira antiga (“acostumado à inflação”), mesmo que fosse possível eliminar de vez todos os focos de inflação. Por outro lado, se a longo prazo a estabilidade era positiva para o mercado de crédito e de capitais, a curto prazo lhes retiraria a flexibilidade de captar “poupanças” pela “via inflacionária”. A correção monetária cobriria esse período de transição entre uma ordem e outra, ou ainda, entre uma forma e outra de captar “poupanças”.⁹

⁶*Ibid*, p. 234.

⁷Uma apreciação deste debate pode ser encontrada em: ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. **As reformas financeiras de 1964-65: objetivos, rumos e desvios**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1984. (Texto para Discussão, n. 59).

⁸FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 51.

⁹ALMEIDA. *Op. cit.*, p. 23.

Em 1964, após sua edição, com a incorporação da correção monetária nos ativos monetários e financeiros tinha-se a expectativa de criar uma maior organização da economia brasileira ao diminuir as distorções decorrentes da alta inflação. Com este instrumento de política econômica, também buscava-se possibilitar a projeção do valor que a moeda teria no futuro, ou melhor, com tal instrumento buscava-se que fosse corrigida a desvalorização nominal da moeda. Expediente extremamente importante numa economia capitalista cujas relações se dão através de contratos.

A correção monetária também foi um instrumento de política econômica que atingiu a todas as classes sociais, pois corrigia o valor do capital de empresas do setor produtivo, o valor das tarifas de serviços de utilidade pública, o valor dos financiamentos, o valor dos aluguéis, o valor dos tributos etc. Entretanto, cabe ressaltar que tal instrumento atingiu de forma desigual as classes sociais, e a não correção dos salários é um exemplo disso. Assim sendo, a correção monetária tendia a orientar as condutas de todos os indivíduos da sociedade brasileira. Foi esta a análise de João Paulo dos Reis Velloso, economista que participou da elaboração da política econômica do regime militar ao ocupar o cargo de ministro do planejamento entre os anos de 1969 e 1979.

Um dos grandes problemas do Brasil a partir de então foi a indexação generalizada. Ou seja, aquela sementinha da correção monetária, que parecia inocente quando criada em 1964, passou a ter uso geral e chegamos a um altíssimo grau de indexação, com forte impacto sobre a inflação.¹⁰

Percebida a grande importância que a correção monetária ganhou após ter sido criada em 1964, também percebemos que, através da imprensa diária, pode ser apreendido como as classes sociais se manifestavam sobre ela. Pois, sendo um instrumento que influenciava diretamente o poder de compra de todas as classes, publicamente, os seus defensores e os seus críticos se pronunciavam a seu respeito.

Outro fato importante deve ser mencionado sobre este contexto histórico brasileiro. Neste momento, a utilização da correção monetária foi entendida como uma inovação na teoria econômica realizada no Brasil. Desta forma, as justificativas que amparavam a sua utilização

¹⁰TEMPOS modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento. Coautoria de Maria Celina D'Araujo, Celso Correa Pinto de Castro. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1997. p. 145.

passaram a fazer parte de um determinado senso comum sobre as ideias econômicas. Já quando se iniciava a década de 1970, o economista Roberto Campos, que ocupou o Ministério do Planejamento no período compreendido entre 1964 e 1967, arriscava-se a dizer que:

O instituto da correção monetária foi inicialmente como uma tentativa de conviver com a inflação, ao invés de debelá-la. A crítica é teoricamente correta, mas praticamente desinteressante. É que as condições brasileiras impunham o “gradualismo” e a correção monetária foi essencialmente um instrumento para compatibilizar a inflação residual com o objetivo de preservar o estímulo à poupança e evitar distorções na alocação de recursos habitualmente atribuíveis à inflação.

Inicialmente chocados com a engenhosidade brasileira em coabitar com a inflação, os círculos financeiros mundiais passaram a ver, hoje, com muito mais tolerância, quer o “gradualismo” quer o artifício da correção monetária. É possível que venhamos ainda a exportar *know-how* nessa matéria. Se não estamos em condições de exportar a virtude inatingível, já é algum conforto que tenhamos capacidade de exportar fórmulas para a neutralização do vício inevitável.¹¹

Desta forma, apresentada a importância que a correção monetária ganhou para toda a economia brasileira, pensamos que um estudo acerca deste instrumento da política econômica da ditadura militar se justifica.

Nesse sentido, a especificidade da discussão em torno da correção monetária pode ser tratada de duas formas. A primeira delas é a teórica, que se fundamenta na teoria econômica para defender a utilização da correção monetária como um instrumento de política econômica. Ou seja, através de uma análise teórica da economia brasileira, foi criada a correção monetária com o objetivo de corrigir os desequilíbrios reais causados pela inflação.¹² A segunda forma é a sociopolítica. Nesta, busca-se compreender quais foram os fatores que fizeram com que a correção monetária fosse instituída e quais foram os resultados reais da utilização deste instrumento de política econômica. Ao realizar um estudo dessa maneira, certamente chegaremos às seguintes perguntas: quais foram as classes sociais privilegiadas com a instituição da correção monetária? Quais foram as classes sociais que saíram prejudicadas? As respostas a estas perguntas podem nos apontar para a especificidade da visão de desenvolvimento que o regime militar realizou no Brasil.

¹¹CHACEL, Julian M.; SIMONSEN, Mário Henrique; WALD, Arnoldo. **A correção monetária**. Rio de Janeiro, RJ: APEC, 1976. p. 11.

¹²Este tipo de estudo pode ser percebido no 2º e 3º capítulos de: SIMONSEN, Mário Henrique. **Inflação: gradualismo x tratamento de choque**. Rio de Janeiro, RJ: APEC, 1970. 215 p.

De acordo com estas duas formas de análise da correção monetária acima expostas, escolhemos realizar nosso trabalho de acordo com a segunda, pois assim pensamos que podemos melhor compreender as tensões de um modelo de desenvolvimento através de um instrumento de política econômica.

Assim, partimos da hipótese de que através do debate ocorrido, entre as décadas de 1960 e 1970, em torno da correção monetária utilizada na política econômica do Brasil, podemos apreender o debate existente em torno dos modelos de desenvolvimento econômico. Assim, para realizar este trabalho, centramos nossa análise na forma com que a correção monetária foi difundida na imprensa brasileira, recurso que em nossa opinião é legítimo para podermos responder às perguntas feitas acima acerca das consequências da utilização desse instrumento de política econômica.

Logo, podemos afirmar que o objeto de estudo de nosso trabalho é a difusão do debate econômico em torno da correção monetária durante o período de 1963-1974. Este momento pode ser dividido em duas partes. O primeiro, compreendido entre os anos de 1964 e 1967, está relacionado com as reformas institucionais realizadas pelos militares com o intuito de tirar o país da crise econômica, fundamentadas em uma dinâmica de crescimento privatista e concentradora de renda. E o segundo, compreendido entre os anos de 1968 e 1974, é o momento em que ocorreu o que é chamado pela literatura especializada de “milagre econômico”, período em que ficou mais nítida a natureza concentradora de renda do desenvolvimento econômico estabelecido pelo regime militar, cuja operação foi facilitada pelo quinto Ato Institucional.

Devemos frisar que a correção monetária será entendida neste trabalho como um instrumento da política econômica da ditadura militar, e que, como todo instrumento de política econômica, não atuava igualmente sobre todas as classes sociais. Logo, seus resultados não foram neutros para a sociedade e refletiam os objetivos de um governo que decidiu, com o auxílio de instrumentos de repressão social, realizar sua política econômica.

Assim, neste trabalho, nosso primeiro objetivo é apresentar como foram difundidas as ideias econômicas em torno da correção monetária no diário *Folha de São Paulo*. Para isto realizar, buscaremos articular as notícias publicadas no diário com a avaliação da literatura existente sobre o tema.

Logo, o nosso segundo objetivo é apresentar algumas referências de Maria da Conceição Tavares e Mário Henrique Simonsen, autores que realizaram um debate acerca do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar e conseqüentemente discutiram o caráter da correção monetária. Naquele momento, a primeira representava a corrente dos economistas heterodoxos e, o segundo, a corrente dos economistas ortodoxos

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFLAÇÃO NO BRASIL

O dinheiro só tem importância pelo que proporciona. Assim, não tem conseqüências uma alteração da unidade monetária que seja uniforme em seu funcionamento, e que influa igualmente sobre todas as transações. Se, por uma mudança do padrão de valor estabelecido, uma pessoa passa a receber ou ter o dobro do que antes, em pagamento de todos os seus direitos e esforços, e se também passa a pagar o dobro por todas as suas aquisições e satisfações, ela em nada será afetada.

Segue-se, portanto, que uma mudança no valor da moeda, ou seja, no nível de preços, só tem importância para a sociedade na medida em que sua incidência seja desigual.

John Maynard Keynes - 1923

Neste primeiro capítulo buscamos apresentar como os problemas do desenvolvimento econômico brasileiro, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1960, criaram problemas de ordem estrutural de difícil resolução, pois para resolvê-los havia a necessidade de que fossem realizadas grandes transformações institucionais. Assim, o desenvolvimento destas tensões teve como resultado histórico o golpe de 1964. Neste contexto, o novo regime instaurado, para lidar com o surto inflacionário, recorreu à correção monetária como um instrumento de política econômica que buscava fazer a transição entre um momento de alta inflação para um momento de baixa. De acordo com a nomenclatura utilizada à época, este era um tratamento gradual de combate ao processo inflacionário.

O novo contexto em que a sociedade brasileira foi colocada após o Golpe de 1964 transformou profundamente sua realidade e muitos são os indicadores que demonstram as condições em que a economia brasileira se encontrava e as transformações nela ocorridas. Na opinião de um intérprete do período, “por quaisquer cálculos, a economia brasileira se achava em extremas dificuldades no ano de 1964”.¹³ O anexo 2, nos apresenta alguns dados da economia brasileira para a década de 1960.

¹³SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 68.

Com uma taxa de inflação que era de 92, 12% em 1964 e de 34,24% em 1965, e de uma taxa de crescimento do PIB de 3,4% e 2,4%, para o mesmo período, podemos perceber que a economia brasileira passava por um momento de crise.

Entretanto, não há como dissertar sobre o período posterior a 1964 sem fazermos uma breve síntese sobre o que foi o desenvolvimento capitalista do Brasil nas três décadas anteriores, pois foi na década de 1960 que se tornaram insolúveis os problemas os quais foram sendo criados no processo do período desenvolvimentista brasileiro.

Com referência a este momento, Ricardo Bielschowsky nos apresenta uma periodização do ciclo ideológico do desenvolvimentismo.¹⁴

A origem deste processo ocorreu após a Revolução de 1930 e estendeu-se até 1945. Esteve associada à possibilidade do surgimento do Estado burguês no Brasil e seus aportes ideológicos foram: i) a crescente percepção da necessidade e da viabilidade de se implementar no país um setor industrial integrado, ii) o entendimento de que era necessário criar mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial, iii) o desenvolvimento da ideia de que o Estado era o guardião dos interesses coletivos da nação e promotor da unificação nacional, e por fim, iv) o nacionalismo econômico.

De 1945 a 1955, o desenvolvimentismo passou pelo processo de amadurecimento ao enfrentar, de 1945 a 1947, o reflorescimento do liberalismo com o final do Estado Novo, os limites da Constituição de 1946 e da democracia no período da Guerra Fria. Entre 1948 e 1952, os desenvolvimentistas fizeram a campanha nacionalista pelo petróleo e ganharam apoio popular devido à frustração do liberalismo de Gaspar Dutra. E, de 1953 a 1955, o debate acerca da industrialização planejada amadureceu. Assim, o foco da discussão em política econômica passou a ser o ritmo do desenvolvimento urbano industrial.

O auge do período ocorreu entre os anos de 1956 até 1960. Com o Plano de Metas, Juscelino Kubitschek incorporou a ideologia desenvolvimentista à retórica oficial do governo. E, neste momento, a discussão econômica ficou centralizada na temática do desenvolvimento econômico e o tema da literatura especializada era a industrialização planejada.

¹⁴BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Por fim, entre os anos de 1961 até 1964, o modelo de desenvolvimento apoiado pelas ideias desenvolvimentistas entrou em crise e a reflexão deste momento ficou subordinada a duas questões: i) a inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos; e ii) as reformas de base. Em consequência disso, as preocupações desenvolvimentistas enfraqueceram-se politicamente e as mudanças institucionais e a distribuição da renda ganharam maior importância na discussão.

Por outro lado, no que se refere às análises das tensões que cresciam na sociedade brasileira desde 1930, João Manuel Cardoso de Mello aponta as questões de ordem agrária, social-urbana, nacional e a do financiamento como sendo os quatro principais problemas que se gestaram na sociedade brasileira nestas décadas, e as relaciona com o contexto da crise do início da década de 1960, momento em que estes problemas se intensificaram devido ao modo como o capitalismo se desenvolveu no Brasil.

Sobre os problemas da questão agrária, João Manuel Cardoso de Mello nos afirma que não havia oposição por parte dos grandes proprietários agrícolas à industrialização, desde que fosse mantida a fronteira agrícola em deslocamento. Isto fazia com que fosse mantido o elevado padrão de concentração fundiária e que ocorresse o amortecimento dos conflitos sociais no campo. Para o autor, o resultado deste fenômeno foi a manutenção da miséria no campo e a consequente migração de parte da mão de obra rural para as cidades.

Este arranjo materializava a articulação dos interesses encontrados no campo e na indústria. E, para Cardoso de Mello, dois exemplos dos grandes articuladores deste arranjo eram Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães, homens que buscavam manter a industrialização com a dinâmica da grande propriedade rural. Para os representantes desta articulação, não havia restrições à industrialização, mas qualquer mudança nas relações de trabalho no campo era obstruída.

Neste momento, era interrogado como o país iria se integrar ao mundo, o que estava diretamente ligado à questão do financiamento. No tocante a esta questão, Cardoso de Mello afirma que na década de 1960, o Brasil possuía um parque industrial construído, todavia seu comércio exterior não respaldava a modernização produtiva. Tal fato era demonstrado através da dependência que o comércio exterior do país possuía em relação às exportações de café. Na Tabela 2, abaixo, podemos perceber os números que fundamentam a análise do autor, e como a partir desta década a dependência do comércio exterior em relação ao café vai diminuindo.

Tabela 2: Participação das exportações de café na pauta exportadora brasileira

Data	Exportações - (FOB) - US\$ (milhões) (1)	Exportações - café em grão - US\$ (milhões) (2)	(2)/ (1)
1953	1.539,32	1.088.270,00	71%
1954	1.561,84	948.077,00	61%
1955	1.423,25	843.937,00	59%
1956	1.481,97	1.029.782,00	69%
1957	1.391,61	845.531,00	61%
1958	1.242,99	687.515,00	55%
1959	1.281,97	733.040,00	57%
1960	1.268,77	712.714,00	56%
1961	1.402,97	710.386,00	51%
1962	1.214,19	642.671,00	53%
1963	1.406,48	748.284,00	53%
1964	1.429,79	759.703,00	53%
1965	1.595,48	706.587,00	44%
1966	1.741,44	763.983,00	44%
1967	1.654,04	704.725,00	43%
1968	1.881,34	774.474,00	41%
1969	2.311,17	812.955,00	35%
1970	2.738,92	939.266,00	34%
1971	2.903,86	772.479,00	27%
1972	3.991,22	989.218,00	25%
1973	6.199,20	1.244.272,00	20%
1974	7.951,00	864.313,00	11%
1975	8.669,94	854.513,00	10%

Fonte: Ipea-data. Elaboração do autor

O problema do financiamento podia ser dividido em dois pontos, para Cardoso de Mello. Por um lado, o setor público possuía problemas em seu financiamento devido à base tributária estreita: apesar do percentual arrecado pelo Estado ter aumentado nesse período, os seus gastos com a formação bruta de capital fixo também aumentaram. Conseqüentemente, tal fato causava problemas ao financiamento das empresas estatais.

Para demonstrar que este problema já ocorria nas décadas anteriores, Sonia Draibe diz que no curto período de 1930-1945 condensaram-se simultaneamente

[...] as múltiplas faces de um projeto de organização de estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista cuja forma incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e

peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial.¹⁵

Desta forma, mesmo tendo sido elevada a participação da União “no volume total da receita, a sua situação financeira foi crescentemente agravada, pois se acentuavam os compromissos do Estado como programas sociais e econômicos.”¹⁶ A autora continua sua linha de argumentação ao dizer que as transformações ocorridas na base tributária não foram suficientes para arcar com os gastos “tradicionais” do Estado.

Além desta questão fiscal, havia também o problema de como sustentar o processo de expansão da industrialização, que necessitaria de um imenso volume de capital para implantar o setor de bens de produção. A solução encontrada neste momento, além das mudanças no sistema fiscal, foi a busca de empréstimos externos e a criação de empresas públicas. De acordo com esse arranjo foram criadas as seguintes empresas: Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Companhia Nacional de Álcalis e Fábrica Nacional de Motores (1943), e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945).

Cabe ressaltar que, apesar da mudança da estrutura tributária, os problemas orçamentários continuaram durante o período. Além disso, o financiamento do processo de acumulação industrial não teve solução institucional encontrada. Ao não ser criada uma instituição financeira, pública ou privada, para realizar tais investimentos, o Estado assumiu algumas destas funções.¹⁷ Mas essa sua estrutura de regulação ainda era limitada e restrita.

Já no período do governo Dutra, 1946-1950, Sonia Draibe demonstra como foi alterado o padrão de funcionamento do organismo econômico e dos instrumentos de intervenção estatal.

Assim como no período anterior, o governo Dutra também possuía problemas com o financiamento das obras de infraestrutura, modernização da agricultura e expansão das empresas públicas. Uma tentativa de solucionar estes problemas foi tentada através de um projeto de reforma bancária altamente especializado. Neste, havia sido planejado um Banco Central para regular a moeda e o crédito e o Banco do Brasil seria um modelo de banco comercial. Depois,

¹⁵DRAIBE. *Op. cit.*, p. 45.

¹⁶*Ibid*, p. 102.

¹⁷*Ibid*, p. 109.

estavam elencados um banco hipotecário, um industrial e um de investimentos. Tal projeto partia do diagnóstico de que o sistema bancário brasileiro estava atrofiado. Entretanto, o projeto fracassou devido à existência de forças díspares neste período. Como afirma a autora, “no período dutrista manifestou-se uma redução da capacidade de ação dos núcleos mais importantes da burocracia econômica do Estado e, mais que isso, uma diminuição do ritmo de expansão e centralização do aparelho econômico”.¹⁸

Mesmo diante deste cenário de menor regulação estatal, a figura do presidente era extremamente importante na efetivação da política econômica. Só que tal atuação ocorria de forma distinta da realizada por Vargas. Dutra governava de outra forma:

Não “dirigiu” a trama burocrática e o conjunto dos processos decisórios, e ainda ampliou a possibilidade de que as disputas intraburocráticas, assim como as posições de mando conquistadas no aparelho, constituíssem, pelos seus efeitos, efetivo comando do Estado, mas sob forma pulverizada.¹⁹

Assim, o período de Dutra ficou caracterizado como sendo o de um governo que se afastou da tendência de centralização do poder existente no período anterior, cujo projeto de industrialização estava ausente, além de ser marcado pela existência de incompatibilidade entre as políticas do governo.

No período posterior ao governo de Gaspar Dutra, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, 1951-1954, também foi buscada a industrialização como instrumento para alcançar o progresso e a autonomia nacional. Era um projeto ambicioso e mais integrado que o projeto estadonovista. De acordo com Draibe:

Entre 1951 e 1954, reforçou-se a armação material definidora da natureza e dos graus da interpenetração do Estado no processo de acumulação capitalista, e delineou-se o formato que assumiria a estruturação estatal no cumprimento das tarefas básicas da industrialização.²⁰

¹⁸*Ibid.*, p. 148.

¹⁹*Ibid.*, p. 152.

²⁰*Ibid.*, p. 168.

Tal projeto também possuía grandes problemas de financiamento externo e interno. Havia a necessidade de reestruturar as bases fiscais e financeiras do Estado, além de mudar as formas de associação entre o capital estatal, o privado nacional e o externo.

Com relação ao capital externo, havia a preferência pelo financiamento externo público, na medida em que essa escolha traria maior autonomia para o Estado na alocação do capital e poderia complementar os investimentos em infraestrutura.

Draibe também nos aponta que a industrialização proposta por Vargas colocava a empresa estatal num papel nuclear, cuja atividade traria impactos para a empresa privada nacional. Na medida em que a empresa estatal não pudesse arcar com os altos investimentos para a expansão de determinado setor, se associaria com a empresa estrangeira, mas manteria funções de decisão e comando.

Por outro lado, havia o problema do financiamento privado, pois os consumidores da indústria de bens de consumo não tinham como financiar a compra de tais produtos. Eram os problemas que apareciam com o término do processo de industrialização.

Ainda nos centrando sobre o tema da questão nacional, no ano de 1977, João Manuel Cardoso de Mello publicou no periódico *Ensaio de Opinião* o artigo intitulado “O Estado brasileiro e os limites da ‘estatização’”. Neste artigo, o autor já apontava para os problemas do financiamento e nos apresentou na conclusão que o capitalismo brasileiro, à época, possuía limitações para a acumulação e reprodução.

Parece-nos necessário apontar o caminho que este autor trilhou para fundamentar a conclusão por ele defendida. Cardoso de Mello afirmava que existia uma alta intervenção do Estado na economia brasileira, tanto no âmbito do controle dos fundos destinados ao financiamento da acumulação de capital, como no que se refere ao alto peso do setor produtivo estatal do país. Também dizia que não havia ocorrido um aumento da estatização da economia no Brasil, pois não havia aumentado a participação relativa do Estado no controle dos meios de produção, assim como o Estado não havia se apropriado de uma maior fatia do excedente.

Diante desta constatação, Cardoso de Mello procurou encontrar as balizas que demarcavam o poder e os limites do Estado brasileiro no contexto em que vivia: a segunda

metade da década de 1970. Assim, para analisar este momento, o autor recorre ao conceito de capitalismo monopolista de Estado. Em suas palavras:

[...] o capitalismo monopolista de Estado aqui se instaura ao fim do ciclo Juscelino, que marca a última fase da industrialização. Aí foram completadas as bases técnicas necessárias à autodeterminação do capital (base produtiva pesada de bens de produção), cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação.²¹

Para o autor, o capitalismo monopolista de Estado brasileiro possuía algumas particularidades devido à industrialização tardia. Em primeiro lugar, o setor produtivo estatal dominava a indústria de base. Em segundo lugar, existia uma internacionalização do sistema produtivo brasileiro. E por fim, mas não menos importante, o capital monopolista nacional era frágil.

Diante destas circunstâncias, podemos compreender como se originou a função reguladora do Estado na economia do país. Por um lado, o Estado brasileiro via a necessidade de negociar com o capital internacional, ou seja, ir contra seus interesses. Por outro lado, este mesmo Estado buscava proteger o capital nacional.

Nesta imensa teia de interesses em que o Estado estava inserido, criava-se um problema: “em torno de cada projeto definido pelo Estado, há que compor interesses específicos das empresas de cada segmento”, dizia Cardoso de Mello. Isso ocorria, pois o setor produtivo estatal não possuía autonomia financeira para realizar os investimentos que necessitava. Também não podia aumentar os impostos, pois tal ação faria com que o empresariado nacional sentisse seus interesses lesados. Por fim, o contexto de crise que se apresentava, fazia com que a empresa internacional se mantivesse cautelosa.

Por isso, é que João Manuel Cardoso de Mello concluía que as condições existentes na sociedade brasileira faziam com que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não pudesse contrariar diretamente os interesses das grandes indústrias multinacionais.²²

²¹MELLO, João Manoel Cardoso de. O Estado Brasileiro e os Limites da Estatização. In: **Ensaios de Opinião**, n. 2-3, p. 16, 1977.

²²*Ibid.*, p. 16.

Entretanto, para o autor, existia um limite entre a dinamização do capitalismo no Brasil e o que foi feito pela ditadura militar. Foi esta reflexão que, no início da década de 1990, Cardoso de Mello realizou no artigo *As Conseqüências do Neoliberalismo*.

Ao lembrar dos homens que foram os líderes da construção do Brasil contemporâneo, Cardoso de Mello disse que eles nasceram ao final do século XIX e no início do século XX e, como homens públicos, estavam influenciados pelos valores da ética católica e por três eixos culturais existentes na Europa: o positivismo, o socialismo e o comunismo. “Foi essa elite de homens públicos que deu a vida à imprensa, às universidades, à escola pública, às associações culturais, aos partidos políticos.”²³ Entretanto, para o autor, houve uma desestruturação do espaço público da sociedade brasileira após o golpe de 1964. Assim, Cardoso de Mello separou o que para ele era uma consequência inevitável do desenvolvimento capitalista no Brasil e o que foi de responsabilidade dos governos militares. Para o autor era inevitável que:

[...] a base social de recrutamento da elite passasse da classe média tradicional para a “nova classe média” e para o pequeno empresariado. Era inevitável que na nova elite ganhassem grande peso os especialistas (economistas, administradores, auditores, publicitários etc.) requeridos pela complexidade de gestão das grandes organizações privadas e públicas. Era inevitável também que a lógica da grande organização penetrasse em esferas de formação e difusão de valores. Por exemplo, na imprensa, onde o jornalista público perderia espaço para o jornalista de profissão, e na Universidade, onde o intelectual seria suplantado pelo burocrata de do conhecimento especializado. Era inevitável, finalmente, que o manejo da máquina partidária abrisse campo para a profissionalização da política.

Tudo isso era inevitável, gostemos ou não. Mas o colapso do espaço público é de exclusiva responsabilidade da nova ordem inaugurada em 1964. Um dos seus aspectos é a privatização do Estado. O manejo das políticas públicas, por exemplo, passou a ser feito por uma tecnocracia privada que, na prática, representou os negócios junto ao governo militar. Há, ainda, a destruição da burocracia pública, o corporativismo das empresas estatais etc.²⁴

Por isso, em outra reflexão acerca deste período, Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello afirmam que o Golpe Militar de 1964, através da força, implementou uma forma de desenvolvimento capitalista no país, e a sociedade construída após este marco histórico estava fundamentada em novos valores, pois:

²³MELLO, João Manuel Cardoso de. As conseqüências do Neoliberalismo. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (1): 59-67, ago. 1992. p. 65.

²⁴*Ibid*, p. 65.

O processo de secularização da cultura, que tinha dado, até 1964, apenas alguns passos, ganhou grande velocidade nos 21 anos seguintes. O autoritarismo plutocrático fechou o espaço público, abastardou a educação e fincou o predomínio esmagador da cultura de massas. Sua obra destrutiva não se resumiu, pois, à defrontação da sociedade brasileira pela extrema desigualdade. Legou-nos, também, uma herança de miséria moral, de pobreza espiritual e de despolarização da vida social. Eis a base de uma verdadeira tragédia histórica que se enraizou nas profundezas da alma de várias gerações.²⁵

Foi o momento em que houve o fechamento do espaço público e o esvaecimento dos valores substantivos. A verdade deu lugar à credibilidade, o bem comum aos grandes interesses privados e a objetividade foi superada pela opinião.²⁶

No âmbito da educação, a escola deixou de ensinar valores éticos para preparar seus estudantes para o meio profissional. Mesmo quanto aos valores substantivos,

o do trabalho como fim em si mesmo, ou o da necessidade dos cuidados de si, ainda encontraram na industrialização acelerada, na mobilidade ascendente e até na modernização dos padrões de consumo. No entanto, outros valores modernos secularizados, como o da autonomia do indivíduo, o dos direitos do cidadão, o do desenvolvimento espiritual e o do acesso da cultura, não encontram pontos de apoio para se desenvolver. Ao contrário, colidem com os valores utilitários difundidos pelos meios de comunicação de massas.²⁷

Enfim, para Cardoso de Mello e Novais, esses foram os valores que a Revolução de 1964 deixou de herança para a sociedade brasileira.

Esta foi a análise feita por João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais sobre as consequências sociais mais profundas criadas pelo regime ditatorial no Brasil. Entretanto, pensamos que é necessário voltar novamente a este período de grandes tensões da sociedade brasileira, momento no qual seus intérpretes se posicionavam sobre os rumos do desenvolvimento econômico do Brasil simultaneamente à ocorrência dos fatos.

Era isso que Celso Furtado fazia ao escrever no início da década de 1970 sobre a década de 1950. O autor deixava bem claro como se desenvolvia o capitalismo no Brasil. Num momento em que o capital monopolista se desenvolvia em âmbito mundial, a empresa

²⁵MELLO, João Manuel Cardoso de Mello; NOVAIS, Fernando Antonio. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora da UNESP: Campinas: FACAMP, 2009. p. 85.

²⁶MELLO; NOVAIS. *Op. cit.*, p. 88.

²⁷*Ibid.*, p. 91.

multinacional ganhava muito poder no interior das economias nacionais, além disso, possuía um poderoso e atrativo instrumento de propaganda.

Sendo assim, os bens de capital importados dos países desenvolvidos tinham a capacidade de produzir os produtos que as classes médias e altas lá consumiam, entretanto, no Brasil, apenas uma minoria poderia adquirir tais bens devido à baixa renda *per capita* da população.²⁸ Isso era o que distinguia o estilo de desenvolvimento do Brasil e da América Latina que também foi caracterizado por Aníbal Pinto da seguinte forma:

*[...] los núcleos más dinámicos del aparato productivo están enlazados y dependen de preferencia y a veces con exclusividad de la demanda de los grupos colocados en la cúspide de la estructura distributiva. Dicho en otras palabras, dado el ingreso medio regional y de los países, para que funcione y avance el presente estilo de desarrollo es indispensable que el ingreso y el gasto se concentren en esos estratos, de manera de sostener y acrecentar la demanda de los bienes y servicios favorecidos. En la medida que ello ocurra, el aparato productivo irá – o seguirá – ajustándose para atender con preferencia esos tipos de demanda.*²⁹

Tal fato contribuía para que na sociedade brasileira fosse dificultada a difusão dos avanços do progresso técnico. Desta forma, o mimetismo cultural e a concentração da renda eram duas características da dependência brasileira.³⁰ Assim, desde Getúlio Vargas, a captação de recursos “dependeu fundamentalmente da ação do Estado.”

²⁸FURTADO. *Análise do...*, op. cit., p. 30-31.

²⁹PINTO, Aníbal. Notas sobre los estilos de desarrollo en América Latina. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Volumen II. México: Fondo de Cultura Económica / Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998. p. 610.

³⁰ Sobre este assunto, Florestan Fernandes soube sintetizar muito bem o que ocorria na sociedade brasileira ao dizer: “Em suma, as classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem. As classes puderam preencher tais funções, nos modelos europeu e norte-americano de revolução burguesa, por que as classes sociais submetidas à expropriação e à espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou conflito, e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder. As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais. Elas não podem oferecer e canalizar socialmente “*transições viáveis*”, porque a “*revolução dentro da ordem*” é bloqueada pelas classes possuidoras e privilegiadas, porque as massas despossuídas estão tentando aprender como realizar a “*revolução contra a ordem*”, e porque o entendimento entre as classes tornou-se impossível, sem medidas concretas de descolonização acelerada (em relação a fatores externos e internos dos velhos e novos colonialismos). Elas promovem mudanças e inovações, em geral descritas erroneamente (como se fossem produtos estáticos da mobilidade social, da urbanização, da industrialização e da educação), através das quais a crosta superficial da ordem social competitiva adquire a aparência dos modelos históricos originais. Como não vão além disso, engendrando uma consciência e ações de classe negadoras da dependência, do subdesenvolvimento, dos privilégios, da opressão institucionalizada, do desemprego em massa e da miséria generalizada, elas se convertem em meios estruturais de perpetuação do capitalismo selvagem e de preservação do *status quo*.” FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed. rev. – São Paulo: Global, 2009. p. 49-50.

Para Furtado, após 1961, o setor público teve grande responsabilidade na diminuição do emprego e no aumento da inflação através da reforma cambial de março deste ano. Marcelo de Paiva Abreu nos descreveu esta reforma citada por Furtado da seguinte maneira:

o governo implementou importante reforma do regime cambial vigente, através da Instrução 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito, tendo como objetivo a desvalorização da taxa de câmbio e a unificação do mercado cambial. A categoria geral do regime cambial vigente anteriormente foi transferida para o mercado dito livre; o “câmbio de custo”, aplicável a importações preferenciais tais como o trigo, petróleo e papel imprensa, foi desvalorizado em 100% (de Cr\$ 100/US\$ para Cr\$ 200/US\$); continuaram a ser realizados leilões referentes à categoria especial. O sistema anteriormente vigente, de definir a entrega de cambiais aos importadores, foi substituído pelo Sistema das Letras de Importação através do qual os importadores ao comprarem suas divisas eram obrigados a realizar operação colateral depositando no Banco do Brasil por 150 dias o valor em cruzeiros correspondente à importação e recebendo Letras de Importação.³¹

E, ao analisar esta reforma cambial descrita acima, Furtado diz que a mudança por ela realizada provocou um grande desequilíbrio no financiamento do setor público, causando a perda de 15% do orçamento da União. Essa situação:

[...] forçou o governo federal a reduzir os investimentos públicos (entre 1960 e 1963 a participação dos investimentos do governo no investimento total declinou de 27,1 para 23,3 por cento) e a apelar ainda mais para a inflação. Com o efeito, o déficit do setor público (despesa total menos receita corrente), que entre 1956-60 representara em média 0,7 por cento do Produto Interno Bruto, subira a 4 por cento no período de 1961-64.³²

As afirmações realizadas por Furtado logo acima podem ser quantificadas na Tabela 3, a seguir.

³¹ABREU, Marcelo de Paiva Abreu. Inflação, estagnação e Ruptura: 1961-1964. In: _____. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1990. p. 198.

³²FURTADO. **Análise do...**, *op. cit.*, p. 32.

Tabela 3: Saldo das Transações Correntes em US\$ (milhões)

Data	Transações correntes - saldo - US\$ (milhões)
1956	-22,56
1957	-299,68
1958	-265,19
1959	-344,83
1960	-518,03
1961	-262,86
1962	-452,72
1963	-170,52
1964	81,39
1965	283,88
1966	-30,96
1967	-276,23
1968	-581,76
1969	-364,41
1970	-838,74
1971	-1.629,70
1972	-1.687,95
1973	-2.085,43
1974	-7.504,12
1975	-6.999,50

Fonte: Ipea-data. Elaboração do autor

Além disso, podemos acrescentar que o governo encontrou dificuldades para adquirir financiamentos no exterior devido às condições políticas existentes no país. Em abril de 1963, Goulart voltou a subsidiar as importações de trigo e de derivados de petróleo. Também concedeu um aumento salarial de 60% ao funcionalismo público, quando o percentual acordado como FMI era de 40%. Também houve um reajuste do salário mínimo de 56,25% e foram aumentados os empréstimos ao setor privado. Por fim:

A 16 de maio Goulart explicitou o compromisso oficial de seu governo com a reforma agrária [...]. A missão do FMI ao Brasil só recomendou a liberação de US\$ 60 milhões de um crédito *stand by* de US\$ 100 milhões combinado inicialmente. Acumulavam-se assim evidências de que mais um experimento de política de estabilização havia fracassado.³³

³³ABREU. *Op. cit.*, p. 207-208.

Estes são importantes fatores que nos auxiliam a entender a conjuntura de crise aberta no Brasil após 1961. Com referência a este tema, Octávio Ianni escreveu:

Os Governos de Jânio Quadros (janeiro-agosto de 1961) e João Goulart (novembro de 1961-abril de 1964) não estavam em condições de resolver as contradições herdadas do Governo Kubitschek. Já não havia mais condições políticas e econômicas para a conciliação entre a ideologia nacionalista e capitalismo nacional ou entre ideologia nacionalista e capitalismo associado (ou dependente). Além disso, as contradições entre as classes sociais, tanto na cidade como no campo, haviam-se aguçado. Essa foi uma época de intensa politização e organização política das massas camponesas, principalmente no Nordeste.³⁴

Especificamente sobre o tema do aumento das tensões políticas no campo, percebemos no debate sobre a questão agrária as consequências do desenvolvimento econômico até então existente no país.

No início década de 1960, o debate sobre a questão agrária ia muito além da discussão a respeito da redistribuição da propriedade. Entretanto, nos parece importante apresentar o Índice de Gini de concentração fundiária do Brasil para os anos de 1950, 1960, 1970 e 1975 para termos os dados quantitativos desta discussão.

Tabela 4: Evolução do Índice de Gini por Regiões do Brasil: 1950, 1960, 1970 e 1975

Regiões do Brasil	1950	1960	1970	1975
Norte	0,944	0,944	0,831	0,863
Nordeste	0,849	0,845	0,854	0,862
Sudeste	0,763	0,772	0,76	0,761
Sul	0,741	0,725	0,725	0,733
Centro-Oeste	0,833	0,901	0,876	0,876
Brasil	0,84	0,839	0,843	0,854

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

Nesta tabela, observando apenas os dados referentes ao Brasil, percebemos que a concentração fundiária brasileira pouco havia se transformado nestes 25 anos. Mas no que se

³⁴IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979. p. 192-193.

refere às regiões do país, percebemos que a terra havia se tornado menos concentrada no norte do país e mais concentrada no centro-oeste.

Apesar da concentração da terra ser um importante problema social da época, o debate acerca do problema agrário não se centrava apenas na concentração fundiária. Além deste problema, os interlocutores estavam preocupados com as transformações das relações de trabalho no campo, das precárias condições de vida do trabalhador rural e dos resquícios coloniais e escravistas materializado na coerção extraeconômica do trabalhador rural. Ou seja, partia-se do pressuposto que no Brasil, ao conformar-se como uma sociedade subdesenvolvida e dependente, havia a superprodução em uma região do país e, em outra, a superpopulação.

Ignácio Rangel, em 1962, em sua obra *A questão agrária brasileira*, problematizou o tema da seguinte maneira:

No complexo da crise agrária brasileira, que se exprime pela formação simultânea de superprodução e superpopulação, o Nordeste tem sido essencialmente o lugar onde se acumula a superpopulação rural, a qual tende a fluir para as cidades, afogando-as com um monstruoso excedente de mão-de-obra que, mais do que qualquer outra coisa, inibe a industrialização e deprime a taxa de inversão.

Em vão buscaríamos para esse fenômeno demográfico uma explicação demográfica. Não há superpovoamento absoluto, mas sim a formação de um excedente de “mão de obra”, que o sistema econômico, “no seu presente enquadramento institucional”, isto é, com suas presentes relações de produção ou econômicas, não está em condições de absorver. A solução não está, portanto, na limitação do incremento da população, mas sim na mudança do enquadramento institucional.³⁵

Esta superpopulação era formada por trabalhadores rurais que eram expulsos da zona rural e que buscavam a sorte na cidade. Por um lado, aqueles que ficavam na área rural estavam sujeitos à coerção extraeconômica e péssimas condições de trabalho. Eis o que o estudioso do tema José Sidnei Gonçalves nos afirma sobre a origem deste tipo de coerção.

Todos os clássicos progressistas tinham clara essa questão política fundamental afeta à coerção extra-econômica. Uma nação – cuja oligarquia rural havia conseguido fazer a transição da escravatura para o trabalho livre num processo gradual e controlado,

³⁵RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. In: _____. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. II, p. 23.

minimizando perdas patrimoniais – funda sua agricultura na submissão de um grande conjunto de agregados ao grande proprietário de terras.³⁶

Por outro lado, a consequência do êxodo rural era a formação de um exército industrial de reserva que pressionava o salário médio urbano para baixo e fragilizava os trabalhadores – como classe – nas lutas salariais.³⁷ Essa foi uma das formas pelas quais a problemática da questão agrária e a do desenvolvimento eram discutidas durante a década de 1960. Foi entre esta década e a década de 1970 que a população urbana brasileira ultrapassou a rural, fenômeno cujo resultado foi a criação de novas tensões no interior das áreas urbanas. A Tabela 5 nos apresenta os dados que demonstram estas transformações na sociedade brasileira.

Tabela5: Brasil: População Rural

Ano	Total da População	Participação da População Rural no Total da População (%)	Taxa de Crescimento (%)
1950	38.291.775	63,8	0,12
1960	38.767.423	54,6	0,57
1970	41.054.053	44,1	-0,64
1980	38.509.893	32,4	-0,81

Fonte: IBGE (Vários Censos) (*apud* CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R., 1999, s. p.)

Também devemos ressaltar que – para melhor apreendermos a afirmação feita por Octavio Ianni sobre o aumento da politização das massas camponesas – foi neste período, entre 1955 e 1964, que surgiram as Ligas Camponesas no estado de Pernambuco e depois na Paraíba, no Rio de Janeiro e Goiás. “O movimento foi criado no dia 1º de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP).”³⁸ Situava-se nos quinhentos hectares de um engenho denominado Galileia, que era localizado na Zona da Mata de Pernambuco e formado por 140 famílias. O filho do proprietário do engenho, que já não era tão produtivo, preocupou-se com a formação da liga, pois a união dos camponeses

³⁶GONÇALVES, José Sidnei. **Mudar para manter:** pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo, SP: SAA: CSPA, 1999. p. 45.

³⁷Para um aprofundamento maior nesta discussão, ver GONÇALVES, *op cit.*; A QUESTÃO agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 – 1960. João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

³⁸ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.** Ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. 3, p. 3122.

poderia atrapalhar seus planos de deixar o cultivo da agricultura para dedicar-se à pecuária. Movido por tais interesses, aumentou o foro cobrado aos camponeses. Tal ato provocou extrema indignação nos camponeses, que recorreram ao advogado Francisco Julião Arruda de Paula para defendê-los. Ao aceitar defender os interesses dos camponeses, Francisco Julião lutou até 1959, ano em que:

[...] foi aprovada a proposta de desapropriação do engenho, encaminhada à Assembléia Legislativa pelo governador Cid Sampaio com base num antigo projeto de Julião. A questão deu notoriedade aos camponeses de Galiléia e, ainda mais, transformou o primeiro núcleo das ligas camponesas num símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais almejavam.³⁹

Foi neste contexto de crise que, em 1962, Celso Furtado elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e, após o movimento militar de 1964, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Cada um destes dois documentos – que diferenciavam-se quanto ao modelo de desenvolvimento que buscavam – possuía um diagnóstico da economia brasileira e as medidas que seriam tomadas para tirá-la da crise. Por isso, podemos observá-los como uma importante fonte de informações acerca do período.

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963–1965 é um documento que foi publicado em dezembro de 1962. Nele apresentou-se como o governo de João Goulart buscava corrigir os desequilíbrios da sociedade brasileira através do planejamento econômico, da estabilidade econômica e das diretrizes para as Reformas de Base requeridas pelo processo de desenvolvimento.

Também foi elaborado no contexto político da Carta de Punta del Este, de agosto de 1961.

Essa Carta correspondia à convergência das preocupações políticas dos governantes norte-americanos e latino-americanos, em face da revolução socialista de Cuba. Para a maioria dos governos integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), a vitória do movimento político liderado por Fidel Castro criara uma situação totalmente nova, e implicava no aprofundamento da Guerra Fria na América Latina.⁴⁰

³⁹*Ibid*, p. 3122.

⁴⁰IANNI. *Op. cit.*, p. 206.

Em razão destes acontecimentos, o governo norte-americano se comprometia em apoiar os governos latino-americanos na realização de planos de desenvolvimento econômico.

Em seu discurso de posse como ministro para assuntos de Planejamento e Abastecimento, em 27 de setembro de 1962, Furtado possuía consciência dos desequilíbrios internos e externos da economia brasileira. Sabia que o maior problema que assolava a economia era a sua instabilidade, e para resolvê-la apontava como a única solução o planejamento. Mesmo estando ciente da complexidade da tarefa de planejar, afirmava que o Brasil possuía técnicos bem capacitados para realizá-la.⁴¹

Em 31 de dezembro de 1962, quando foi anunciado o Plano Trienal pelo presidente da República, o jornal *Última Hora* publicou um artigo de Furtado, no qual o economista demonstrava seu otimismo com o planejamento econômico.⁴²

Logo no início do Plano, Furtado apresentou os oito principais objetivos que eram buscados. Primeiro, assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional de 7% ao ano. Segundo, reduzir a pressão inflacionária. Terceiro, distribuir para a população os frutos do desenvolvimento. Quarto, aumentar a ação governamental no campo educacional e da pesquisa científica e tecnológica. Quinto, reduzir as disparidades regionais de níveis de vida. Sexto, eliminar os entraves institucionais para o desenvolvimento, destacando o problema da estrutura agrária. Sétimo, refinanciar a dívida externa. E por fim, oitavo, aumentar a unidade de comando do governo para implementar as medidas do plano. Em virtude destes objetivos, era dito que:

O presente Plano consiste, em essência, em um conjunto de medidas mutuamente compatíveis, visando ao duplo objetivo de assegurar que se realize o montante de investimentos requerido para que seja alcançada determinada taxa de crescimento do produto, e de orientar esses investimentos para que a estrutura da produção se ajuste, com o mínimo desperdício de recursos, à evolução da demanda, em particular, às necessidades de substituição de importações determinadas pelas limitações da capacidade de importar.⁴³

⁴¹FURTADO, Celso. Discurso de posse. In: _____. **O plano trienal e o ministério do planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011, p. 33-34.

⁴²“Ao preparar-se para planejar o seu desenvolvimento, o Brasil deu outra extraordinária demonstração da maturidade política que efetivamente alcançou. Apresenta-se com um plano que é mais completo do que qualquer outro já elaborado na América Latina, e, ao mesmo tempo, mais realista, pois orientado para a solução dos problemas de curto prazo dentro da diretriz de desenvolvimento de longo prazo de suas extraordinárias possibilidades. Nenhum presente de fim de ano dado ao Brasil poderia ser melhor que este, fruto do idealismo e da competência da nova geração de técnicos que ascende na vida nacional.” Cf. FURTADO, Celso. O Plano Trienal de desenvolvimento. In: *Ibid*, p. 31.

⁴³*Ibid*, p. 41.

O Plano, dividido em quatro partes, apontou quais seriam i) as bases para a política de desenvolvimento, ii) as condições para crescimento econômico com estabilidade, iii) as áreas que receberiam investimentos e, por fim, iv) as reformas de base necessárias para o desenvolvimento.

No que se refere às reformas de base, Celso Furtado mostrou a importância destas mudanças institucionais nas áreas administrativas, bancária, fiscal e agrária, pois o recente desenvolvimento da economia brasileira indicava que:

a pressão inflacionária e o conseqüente alto custo social do desenvolvimento de nossa economia decorrem de tensões estruturais que poderiam ser evitadas, em grande parte, mediante um adequado planejamento. Deve-se, entretanto, ter em conta que a eficácia do planejamento é função de um certo número de condições institucionais básicas. As autênticas modificações qualitativas nos processos econômicos pressupõem reformas que podem ser preparadas pelo planejamento, mas que estão acima de seu alcance direto. Essas reformas são principalmente de dois tipos: a) as que dizem respeito à racionalização do governo; e b) as que se referem à eliminação de entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção. No primeiro grupo se destacam a reforma administrativa e a bancária. No segundo, a fiscal e a agrária. Tratando-se de matéria, toda ela, a ser apreciada pelo Congresso Nacional, limitar-nos-emos a apresentar aqui as diretrizes básicas a serem seguidas, com vistas a que essas reformas alcancem objetivos considerados mínimos, para que venham a ser efetivos instrumentos de uma política de desenvolvimento.⁴⁴

No que se refere à Reforma Bancária preconizada pelo Plano, que dizia respeito à racionalização do governo, o autor ofereceu o diagnóstico então existente. Dizia que as normas regulamentadoras dos bancos comerciais estavam em diversos textos legais, que possuíam lacunas e que eram datadas da década de 1920. No que dizia respeito às normas para as companhias de investimento e financiamento, estas pouco existiam, pois eram instituições novas no país.⁴⁵ Assim, a reforma bancária possuía os seguintes objetivos:

- a) promover-se uma maior especialização das instituições financeiras privadas;
- b) deixar clara a responsabilidade dos administradores dessas instituições, bem como as sanções a que devam estar sujeitos;
- c) definir melhor os poderes das autoridades monetárias para impor normas de boa técnica administrativa, promover a responsabilidade dos administradores e defender, sob outras formas, os interesses daqueles que confiam seus recursos a essas instituições.⁴⁶

⁴⁴*Ibid*, p. 424. (Grifo nosso).

⁴⁵*Ibid*, p. 427.

⁴⁶*Ibid*, p. 427-428.

Além destes objetivos, também eram visados outros dois. Primeiro, expandir a estrutura e as funções da SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito – para transformá-la em Banco Central, objetivo que já era expresso em lei desde sua criação.⁴⁷ E, segundo, retirar do Banco do Brasil S. A. as funções de Banco Central, o deixando apenas com as funções de banco comercial, banco rural e banco industrial.

Tendo estas informações em mente, resta-nos buscar responder à seguinte indagação: como a reforma bancária contribuiria para a consecução das expectativas desenhadas no Plano Trienal? O próprio Plano nos apresenta a resposta para esta questão.

Partindo da premissa colocada por Celso Furtado no Plano, de que:

a planificação econômica pode ser entendida como um esforço de coordenação, com vistas a fins preestabelecidos, das principais decisões que estão sendo permanentemente tomadas em um sistema econômico. As decisões econômicas mais importantes, do ponto de vista do desenvolvimento, dizem respeito ao processo de formação de capital, que tem na poupança e no investimento o seu verso e reverso. Do ponto de vista do bem-estar social são igualmente importantes as decisões que condicionam a distribuição da renda social.⁴⁸

Logo, percebemos que para Furtado a acumulação de capital com distribuição de renda era uma importante característica do desenvolvimento econômico. E, que as decisões referentes a ela estão ligadas à oferta de recursos no mercado de capitais, às expectativas de lucros e à estabilidade institucional.

Para Furtado, existia a necessidade de orientação centralizada do processo de acumulação de capital em países subdesenvolvidos, pois ele causava rápidas e profundas transformações estruturais que, conseqüentemente, causavam desequilíbrios na economia.⁴⁹

⁴⁷De acordo com o Decreto-Lei n. 8.495, de 28 de dezembro de 1945.

⁴⁸FURTADO. **O plano trienal...**, *op. cit.*, p. 73.

⁴⁹«O que nos interessa frisar é a maneira como se processa essa transformação. Em uma economia desenvolvida, o avanço tecnológico realiza-se de forma gradual: uma melhora nos métodos de mecanização agrícola pode acarretar a substituição de um trator por outro mais eficiente; o barateamento de determinado tipo de fertilizante pode significar a incorporação de terras antes utilizadas em criação extensiva etc. Todas estas modificações graduais repercutem muito pouco na estrutura de inter-relações do sistema econômico. Na economia subdesenvolvida, ao expandir o setor A [desenvolvido] modifica-se, bruscamente, um segmento da estrutura de insumos, crescendo de súbito a procura por manufaturas e semimanufaturas. O setor de transporte proporciona outro exemplo ilustrativo: a passagem da tração animal (inclusive humana) para a mecânica faz-se de um só golpe. Do carro de fabricação artesanal e do animal de criação local passa-se ao veículo mecânico, que enfeixa em si todo um complexo de processos

Outra premissa de que Furtado partia era a de que a planificação não ocorreria instantaneamente, pois “constitui em última instância, uma técnica de governar e administrar, e como tal deve ser introduzida progressivamente, à medida que o quadro político, institucional e administrativo o comportem.”⁵⁰ E, entender o planejamento desta forma era perceber a necessidade da sintonia entre o Executivo e o Legislativo com o Plano, a importância de iniciá-lo e entendê-lo sempre como um esforço de transição.

Tal esforço faria com que o conhecimento sistemático da economia do país informasse uma maior e mais eficaz tomada de decisão. Assim, com o diagnóstico da economia brasileira em mãos, Furtado indicava dois importantes pontos que deveriam ser a preocupação do planejamento econômico no Brasil, quais sejam, manutenção do investimento e diminuição da inflação.

Logo, com a planificação do dispêndio público, o autor estava preocupado em compatibilizar os investimentos privados, a política salarial e o setor externo.⁵¹ Para realizar tal compatibilização o Plano sugeria a implementação de medidas de ação convergentes, quais sejam: “a) elevação da carga fiscal; b) redução do dispêndio público programado; c) captação de recursos do setor privado no mercado de capitais; e d) mobilização de recursos monetários.”⁵²

Após ler a argumentação de Celso Furtado, entendemos a importância da reforma bancária, pois, para o autor do Plano:

a conjugação de todos estes fatores exige uma estrita coerência das políticas fiscal, monetária, de câmbio e salarial, o que não é tarefa simples, particularmente inexistindo um autêntico Banco Central. As reformas bancária e administrativa propostas neste Plano virão a facilitar a consecução desse objetivo.⁵³

Com esta digressão percebemos que a reforma bancária preconizada no Plano Trienal buscava contribuir para a consecução das expectativas desenhadas neste Plano através da formação de um Banco Central, que auxiliaria as ações convergentes acima expostas, que, por

industriais avançados e cuja operação e manutenção exigem uma complexa estrutura de insumos.” Cf. FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009. p. 176-177.

⁵⁰FURTADO. **O plano trienal...**, *op. cit.*, p. 76.

⁵¹*Ibid*, p. 96: “Isolando estes dois fatores [política salarial e setor externo], a possibilidade de corrigir o desequilíbrio inflacionário dependerá, basicamente, da forma de financiar o déficit do Tesouro e da política de crédito com respeito ao setor privado.”

⁵²*Ibid*, p. 97.

⁵³*Ibid*, p. 97.

sua vez, buscavam manter um nível adequado de investimento para a manutenção do desenvolvimento econômico e diminuir a pressão inflacionária.

Entretanto, sabemos que o Plano Trienal não teve êxito e que o governo de João Goulart, aquele que elaborou o plano, foi derrubado do poder pelos militares, em abril de 1964.

Sobre este período de crise econômica, Maria da Conceição Tavares⁵⁴ nos afirma que a crise em que a economia brasileira entrou em meados da década de 1960 estava condicionada ao fim do processo de substituição de importações. Ou seja, após este período em que houve aumento da renda e do consumo, havia a necessidade de novos investimentos para a economia brasileira.

Todavia, havia uma falta de demanda, pois aqueles que podiam consumir os produtos da indústria brasileira pertenciam a um grupo muito pequeno da sociedade. Havia também limitações quanto ao investimento, no setor privado devido à limitação da relação excedentes – salários. Já no setor público, a limitação encontrava-se na relação gastos – carga fiscal. Por fim, havia também uma alta capacidade ociosa na indústria brasileira.

A solução adotada para resolver estes problemas foi a alteração da demanda através da compressão salarial.

A política de compressão salarial alterou substancialmente a distribuição funcional da renda em favor dos lucros das empresas que tinham melhores condições de sobreviver, o que permitiu, juntamente com algumas medidas de emergência para atender a problemas financeiros, a recuperação e expansão em etapas posteriores.⁵⁵

Analisando este mesmo período e suas consequências, Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello disseram que:

O que estava em jogo, isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos de igualdade social e de participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos.

⁵⁴TAVARES, Maria da Conceição. Além da estagnação. In: _____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 167-170.

⁵⁵*Ibid*, p. 171.

Portanto, 1964 representou a imposição, pela força, de uma das formas possíveis de sociedade capitalista.⁵⁶

Assim começava o governo dos militares que também viram a necessidade de resolver os problemas em que a economia brasileira estava mergulhada. Por conta disso, o governo de Humberto de Alencar Castello Branco lançou o PAEG.⁵⁷

Publicado em novembro de 1964, o PAEG apresentava o escopo e os objetivos do programa de governo. Mesmo estando à frente de uma ditadura militar, os elaboradores do programa diziam ter a preocupação com o planejamento econômico em uma economia democrática.

A ação governamental, nos sistemas políticos democráticos, deve orientar-se no sentido do estabelecimento das condições que assegurem a maior eficiência possível ao funcionamento da economia de livre empresa, ou seja, do sistema de preços. Em tal contexto, o planejamento econômico vai importar numa definição sistemática e coerente, por parte do Governo, das medidas tendentes à criação da ordem dentro da qual operará aquilo que se convencionou chamar de economia “forças do mercado”, de maneira compatível com a distribuição de renda desejada e a meta programática da maximização da taxa de desenvolvimento econômico.⁵⁸

Os principais objetivos do programa eram possibilitar a aceleração do desenvolvimento econômico do país ao elevar o índice de crescimento do produto real, em 1965 e 1966, para 6%, conter o processo inflacionário, evitar o descontrole dos déficits do balanço de pagamentos, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais e realizar uma política que oferecesse oportunidade de emprego à mão de obra que chegava ao mercado de trabalho.⁵⁹ Quanto a esta última, o governo considerava que a população ativa do Brasil era de 32 milhões de trabalhadores e supunha que sua taxa de crescimento era de 3,5% ao ano. Logo, concluíam que 1.100.000 pessoas somar-se-iam ao mercado de trabalho naquele ano. Supondo também que o investimento médio para a criação de cada novo posto de trabalho era de Cr\$ 1.100.000,00, chegaram ao valor

⁵⁶MELLO; NOVAIS. *Op. cit.*, p. 53-54.

⁵⁷Todavia, o sentido do desenvolvimento econômico contido no PAEG no era o mesmo do Plano Trienal. Em 1972, Furtado já afirmava: “Em síntese: na segunda metade dos anos 60, o caminho utilizado consistiu principalmente em *dinamizar* a demanda da classe média alta, isto é, em fazer com que a capacidade de compra desse grupo crescesse em termos absolutos e relativos, o que foi obtido mediante formas de financiamento, que implicavam em subsídios ao consumo, e transferências, para essa classe, de títulos de propriedade e de crédito que lhe asseguravam situação patrimonial mais sólida e a perspectiva de maior renda futura. Foi assim possível obter uma ampliação ponderável de certas faixas do consumo, na direção requerida, sem propriamente dar atrás na política salarial. Em outras palavras: criaram-se privilégios para a fração de classe média habilitada a gerar, a curto prazo, o tipo de demanda que se pretendia dinamizar.” Cf. FURTADO. *Análise do...*, *op. cit.*, p. 41-42.

⁵⁸BRASIL. *Programa de...* *op. cit.*, p. 13.

⁵⁹*Ibid*, p. 15.

de Cr\$ 1,2 trilhão. A metade deste valor era estimada para investimento em infraestrutura. Com estes cálculos em mente e tendo descontado a depreciação do PIB, calculada em 5%, o governo concluiu que a taxa bruta de formação de capital que absorveria o novo contingente de trabalhadores na economia brasileira era de 15%. E este investimento faria com que fosse aumentada em 18% a taxa de formação de capital.⁶⁰

Para realizar tais objetivos, o governo lançou mão da política financeira, da política econômica internacional e da política de produtividade social, que eram os três principais instrumentos de ação do programa.

A política econômica internacional era constituída pela política cambial e de comércio exterior e pelos objetivos de consolidar a dívida externa e de estimular a entrada de capitais estrangeiros. Estava assentada sobre as seguintes premissas:

- a) há vantagens em manter certo grau de divisão internacional do trabalho;
- b) o capital estrangeiro pode desempenhar uma relevante função nos fluxos domésticos de investimento;
- c) os conhecimentos tecnológicos oriundos do exterior podem desempenhar a desejável função de aumentar a produtividade dos fatores de produção nacional.⁶¹

Estas três premissas apresentam um contexto histórico no qual o desenvolvimento econômico possuía um sentido nacional e fazia sentido para o governo realizar uma aliança com a burguesia nacional. Assim, o governo buscava manter a taxa de câmbio que mantivesse competitivos os produtos nacionais nos mercados internacionais e simplificar o processo burocrático para a exportação e concessão de estímulos cambiais e fiscais e, por fim, adotaria novas práticas para financiar as exportações.⁶²

A política de produtividade social era composta pelas políticas salarial, agrária, habitacional e educacional. Como parte do diagnóstico da economia elaborado pelo governo dizia que era necessária a criação de um milhão e cem mil novos postos de trabalho para que não se proliferasse o desemprego estrutural, seriam realizados investimentos em áreas de baixa

⁶⁰*Ibid.*, p. 22-23.

⁶¹*Ibid.*, p. 47.

⁶²*Ibid.*, p. 47.

densidade de capital. Desta forma, seria realizado um estímulo à construção civil e à realização da reforma agrária, para que novos postos de trabalho fossem criados na área urbana e rural.

A política financeira era constituída pelo objetivo de redução do déficit orçamentário, pela política monetária, tributária, bancária e de investimentos públicos.

No que se refere à política monetária, esta seria conduzida para combater a inflação e estava fundamentada nos seguintes princípios:

- a) a contenção do processo de expansão monetária deverá ter como origem autônoma a progressiva redução dos déficits governamentais;
- b) a política de crédito às empresas deverá ser suficientemente controlada para impedir os excessos de inflação de procura, mas suficientemente realista para adaptar-se à inflação de custos. Dentro desse princípio, os tetos globais de crédito às empresas deverão ser reajustados proporcionalmente à expansão dos meios de pagamento – vale dizer, aproximadamente, na proporção do crescimento do Produto Nacional a preços correntes.⁶³

Já a política tributária, buscava atender os objetivos “financeiro, de arrecadar recursos para o Governo; social, de reduzir as desigualdades individuais de renda e de riqueza; econômico, de orientar as atividades do País de melhor forma que o faria o livre jogo das forças de mercado.”⁶⁴ Para tanto, visava realizar uma reforma tributária de emergência, cujos princípios que a fundamentavam eram:

- a) obter os recursos adicionais não inflacionários para a cobertura do déficit da União;
- b) aliviar a tributação sobre os rendimentos ilusórios, ligados ao processo inflacionário;
- c) eliminar os incentivos que a inflação trazia ao atraso no pagamento dos impostos;
- d) estimular a formação de poupanças individuais;
- e) recuperar o prestígio da dívida pública, abrindo a perspectiva da subscrição voluntária de títulos.⁶⁵

Por fim, o ponto que mais nos interessa da política financeira do plano governamental, a reforma bancária. Através deste expediente o governo buscava corrigir “a passividade das Autoridades Monetárias em relação ao déficit público.”⁶⁶ Tal déficit, segundo o

⁶³*Ibid*, p. 64.

⁶⁴*Ibid*, p. 77.

⁶⁵*Ibid*, p. 79.

⁶⁶*Ibid*, p. 63.

documento governamental, expandia-se devido ao crédito oferecido por estas autoridades. Por isso, dentre os objetivos da reforma bancária estava a criação de um Banco Central e atribuir maior autonomia às autoridades monetárias. Desta forma, a política financeira governamental ficaria a cargo do Banco Central, que faria a distribuição dos recursos disponíveis, assim como a autoridade monetária se tornaria independente do governo federal.

Com a reforma bancária seria criado o Conselho Monetário Nacional (CNM), o órgão de cúpula da política monetária do país. A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) se tornaria o órgão executivo. Por fim, as carteiras de Redesconto e de Câmbio sairiam da alçada do Banco do Brasil e iriam para a SUMOC.⁶⁷ Através destas e outras mudanças, era a intenção do Governo:

- a) conceder estímulos fiscais, particularmente através do imposto de renda, às sociedades anônimas abertas;
- b) dentro de uma política geral de estímulos fiscais à poupança, incentivar especialmente as aplicações das poupanças pessoais na subscrição de novas ações de sociedades anônimas abertas;
- c) reestruturar as sociedades de investimentos, protegendo o público no que diz respeito ao lançamento de novas ações;
- d) reorganizar as bolsas de valores, dando maior seletividade às suas transações.⁶⁸

Diante destas transformações efetuadas pelo novo governo, Thomas Skidmore as analisou como sendo o reflexo da incapacidade do governo de realizar complexas políticas econômicas.⁶⁹

Mesmo não nos aprofundando mais nas transformações da política econômica, cabe salientar que as reformas realizadas pelo novo governo surtiram efeito. Basta comparar as informações sobre a economia entre os períodos de 1964-67 e 1968-73.

No período de 1964 a 1967, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 4,2% ao ano, a inflação galopava a 45%, as exportações cresceram mais que as importações,

⁶⁷No Anexo 1 apresentamos o organograma do Sistema Financeiro Nacional.

⁶⁸BRASIL. **Programa de...**, *op. cit.*, p. 74.

⁶⁹“A formulação de políticas era apenas o primeiro passo. Muito mais difícil iria ser aplicá-las. Nenhum observador perspicaz poderia ter deixado de notar que no início dos anos 60 o Brasil não possuía capacidade administrativa para implementar complexas políticas econômicas. O estilo de governo voltado para questões específicas, como acontecia nos anos 50, era mais compatível com um período de expansão econômica do que com uma fase de dificuldades. Por isso nenhum governo que se instalasse no começo de 1964, fosse de direita ou de esquerda, poderia ter evitado a necessidade de uma reforma institucional.” Cf. SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 71.

4,1% e 2,1%, respectivamente. Assim, a balança comercial possuía um saldo de US\$ 412,00 milhões de dólares e o saldo da conta corrente era de US\$ 15 milhões de dólares.⁷⁰ Estes são apenas alguns dados acerca deste período, e Octávio Ianni analisou da seguinte forma a política econômica formulada pelo PAEG.

Em seus níveis principais, a política econômica governamental modificou as condições de funcionamento dos mercados de capital e da força de trabalho. Isto é, reformulou as relações de produção, segundo as exigências da reprodução capitalista e da expansão do setor privado. Em particular, ela criou novas possibilidades para o funcionamento e a expansão da empresa privada, nacional e estrangeira. Nos termos em que se executaram as diretrizes do PAEG, a ação estatal tornou-se ainda mais decisiva, para o conjunto da economia do País. Para que a empresa privada pudesse funcionar em condições (inclusive não econômicas) melhores e florescer, o Estado foi levado a interferir de modo ainda mais profundo e sistemático nas relações econômicas internas e externas.⁷¹

No que se refere ao período posterior, de 1968 a 1973, percebemos algumas variações destes indicadores. O crescimento do PIB foi de 11,1% ao ano, a inflação chegou ao patamar de 19,1%, as exportações cresceram 24,6% e as importações 27,5%. A balança comercial estava com o saldo zerado e o saldo em conta corrente era de US\$ -1,2 bilhão de dólares.⁷² Este último momento é conhecido como o “Milagre Brasileiro”, devido às altas taxas de crescimento da economia.

2. 1 A inflação brasileira e o surgimento da correção monetária

Análises relativas à política econômica realizada pelos governos militares e aos seus resultados já foram feitas por estudiosos da economia e da sociedade brasileiras.⁷³ No momento, nosso objetivo é mais modesto. Percebemos, em primeiro lugar, que tanto o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social como o PAEG possuíam grande preocupação com a inflação, já que este era um grande problema da sociedade brasileira que muito influenciava na

⁷⁰ GIAMBIAGI, Fábio. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. p. 418.

⁷¹ IANNI. *Op. cit.*, p. 233.

⁷² GIAMBIAGI. *Op. cit.*, p. 418.

⁷³ ALMEIDA. *Op. cit.*; MACARINI, José Pedro. A política bancária do regime militar o projeto de conglomerado (1967-1973). In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 343-369, dez. 2007.

formação e reprodução do capital, assim como na distribuição de renda. A partir da apreciação dos dados da Tabela 6 podemos perceber a concentração de renda no Brasil em 1960.

Tabela6: Distribuição da Renda no Brasil em 1960

Grupos	População total	Percentual da População	Renda Anual	
			Participação no total %	Nível Absoluto por pessoa - dólares
A	700.000,00	1	28	8.400
B1	2.800.000,00	4	16	1.200
B2	10.500.000,00	15	21	420
C	21.000.000,00	30	20	200
D	35.000.000,00	50	15	90

Fonte: Estudo da Distribuição da Renda no Brasil, CEPAL, Rio, 1967 (*apud* TAVARES. **Além da... In:** _____1977, p. 200)

Um exemplo empírico da distribuição da renda no Brasil pode ser apresentado através da pesquisa realizada por Edmar Lisboa Bacha⁷⁴ sobre o comportamento dos salários de trabalhadores e gerentes na CSN durante os anos 1966-1972 e sobre o comportamento dos salários dos trabalhadores da GRUPISA durante os anos de 1964-1972 (Anexo3 e Anexo 4).

No que se refere à CSN, percebemos que os salários dos trabalhadores com menor qualificação cresceram a uma taxa menor que os salários dos gerentes, sendo que, durante todo o período do estudo, quatro categorias de trabalhadores de baixa qualificação tiveram uma taxa de variação negativa de seus salários.

Referente ao estudo realizado na GRUPISA, nele não havia gerentes, e podemos perceber que os cargos estudados nesta pesquisa eram aqueles de baixa qualificação. Notamos que a maioria dos trabalhadores destes cargos teve uma variação negativa da taxa de crescimento dos salários entre 1964 e 1966. Também percebemos que durante todo o período do estudo, de 1966 até 1972, as ocupações referentes a quatro cargos tiveram uma variação negativa da taxa de

⁷⁴BACHA, Edmar Lisboa. Hierarquia e remuneração gerencial. In: A CONTROVERSIA sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Coautoria de TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1975.

crescimento de seus salários e apenas cinco cargos tiveram um aumento superior a 5% da taxa de crescimento dos salários.

Já no que se refere à inflação, apresentamos o Gráfico 1, que contém as taxas de inflação desde 1956 até 1974. Nele percebemos que o processo de aceleração inflacionária brasileiro iniciou-se em 1956, juntamente com o governo de Juscelino Kubitschek, e que teve seu pico em 1964, quando ultrapassou a barreira dos 90% ao ano. Por isso que a discussão sobre tal fenômeno possuía um privilegiado espaço na sociedade.

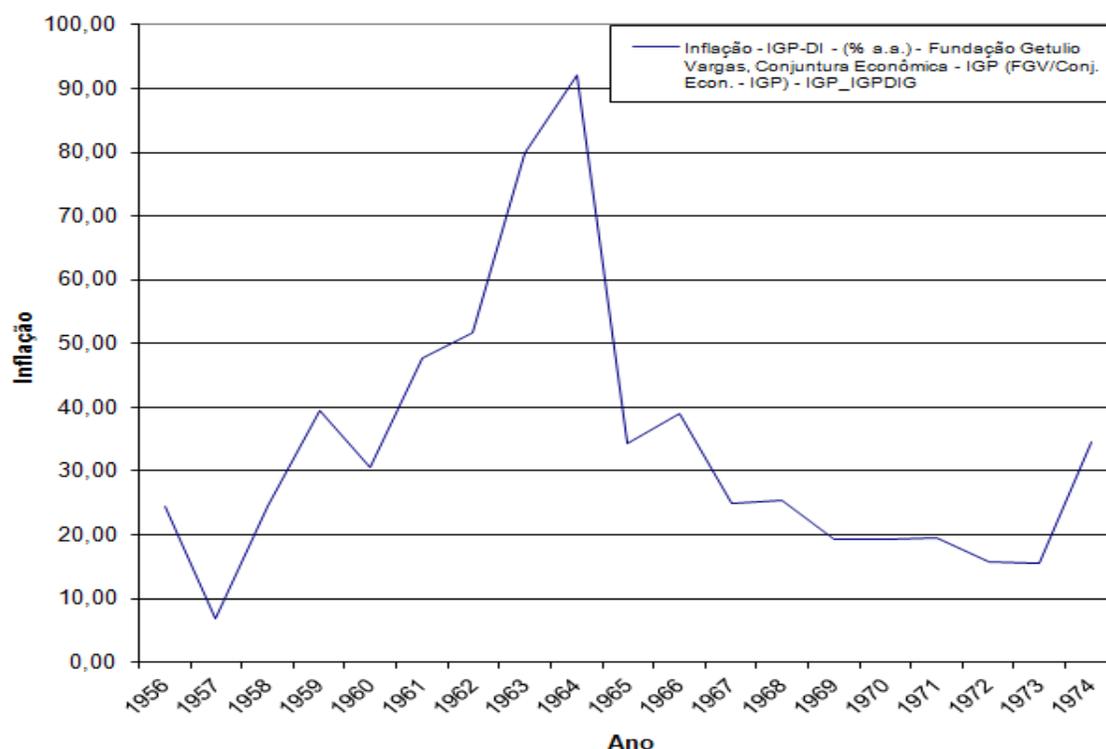


Gráfico 1: Inflação - IGP-DI - (% a. a.)

Fonte: IPEA-DATA

É lógico que este processo também preocupava os formuladores de política econômica, pois, como nos mostrou Keynes,⁷⁵ as variações no valor da moeda só são importantes na medida em que se dão de maneira desigual. Ou seja, o processo inflacionário ocorre

⁷⁵KEYNES, John Maynard. Conseqüências das alterações no valor da moeda para a sociedade. In: _____. **John Maynard Keynes: economia** / Organizador: SZMRECSÁNYI, Tamás. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

conjuntamente com uma distribuição desigual da renda. Por isso, um fenômeno aparentemente monetário, originado na base real da economia, é causador de problemas sociais que preocupam tanto o formulador de política econômica como aqueles que mais são desfavorecidos por ele.

Ignácio Rangel fez uma profunda análise do fenômeno inflacionário brasileiro. Em sua obra de 1963, *A inflação brasileira*, debateu com estruturalistas e monetaristas a respeito do caráter da inflação brasileira com o mesmo objetivo que estava presente no Plano Trienal: atenuar o processo inflacionário e recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento econômico.

O autor percebia a correlação existente entre a variação do meio circulante e a variação do índice geral de preços. Entretanto, discordava daqueles que defendiam a tese de que os preços subiam porque o governo emitia moeda; e dizia:

Descoberta a correlação entre a variação do índice de preços e a do volume do meio circulante, os monetaristas saltaram sem maior exame para o postulado de que era o governo federal o responsável pela inflação, visto como é ele que, emitindo dinheiro, faz variar o volume do meio circulante. O ato de emitir emerge, assim, como o fiat genésico de todo o processo inflacionário.

Ora, a verdade é que a teoria monetária não nos diz que devemos excluir de plano a possibilidade de que a variação do volume de meio circulante seja um efeito induzido da elevação do índice geral de preços, em vez de causa dessa elevação. Isto não é questão de teoria, mas de fato, que importa constatar.⁷⁶

Apesar de não estar de acordo com todas as afirmativas teóricas dos estruturalistas, certamente Rangel estaria de acordo com a afirmativa de Juan F. Noyola Vásquez.

*La inflación no es un fenómeno monetario. Es el resultado de desequilibrios de carácter real que se manifiestan en forma de aumentos del nivel general de precios. Este carácter real del proceso inflacionario es mucho más perceptible en los países subdesarrollados que en los países industriales.*⁷⁷

Para continuar sua argumentação, Rangel viu a necessidade de retornar à equação de trocas da teoria monetária que para ele não era nem direitista nem esquerdista, era um patrimônio

⁷⁶RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. In: _____. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. I, p. 562.

⁷⁷VÁSQUEZ, Juan F. Noyola. Inflación y desarrollo económico en Chile y México. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Volumen I. México: Fondo de Cultura Económica / Comisión Económica para América Latina y el Caribe. p. 275.

da teoria econômica que, antes mesmo de ter sido formulada por Fischer, estava presente nas frases algébricas de Marx.

Apresentamos, então, a equação de trocas:

$$MV=PT$$

Onde:

M: dinheiro ou meio circulante;

V: velocidade de circulação do dinheiro;

P: preço ponderado dos bens e serviços componentes do produto nacional; e

T: produto físico de bens e serviços componentes do produto nacional.

De acordo com a teoria monetária, uma variação do primeiro membro da equação, teria como consequência uma variação proporcional do segundo membro.

A hipótese de Rangel era a de que na economia brasileira existia uma variação autônoma do índice de preços que rompia a equação de trocas, transformando-a numa desigualdade.

$$MV < P (I)T$$

A consequência desta alteração no nível de preços fazia com que parte do produto produzido pelas empresas fosse retirada de circulação. Desta forma, a equação era reescrita da seguinte maneira:

$$MV=P (I) (T - t)$$

onde t era o produto retirado de circulação.⁷⁸

⁷⁸RANGEL. *Obras...*, *op. cit.*, p. 562-563.

As duas consequências desta alteração na equação de trocas seriam a retenção do produto e a redução do fluxo de pagamentos aos fatores. Logo, teoricamente, a economia brasileira caminhava para a depressão, todavia, no Brasil, o aumento do nível de preços induzia uma elevação no primeiro membro da equação de trocas.

Com o aumento dos estoques das empresas, estas aumentavam o seu ativo realizável e diminuía o ativo disponível. Assim, para continuar funcionando, o empresário recorria ao sistema bancário para reequilibrar seu ativo disponível. Este o socorria, mas tal fato também o afetava negativamente, que, por consequência, recorria ao Banco do Brasil. Por fim, para reequilibrar o caixa do Banco do Brasil, o governo emitia moeda. Portanto, para Rangel, “a emissão não é o ponto de partida da inflação, mas o seu ponto de chegada, isto é, sua culminação.”⁷⁹

Com a emissão de moeda pelo governo, os mercados reabsorveriam os excedentes estocados temporariamente, o próprio governo auferia valor ao novo meio circulante criado e, através dos depósitos compulsórios, uma nova quantidade de recursos era injetada na economia.

Mesmo percorrendo o sinuoso caminho elaborado por Rangel, ainda não apresentamos qual era a origem real da alteração do nível de preços. O autor afirmava que tanto os monetaristas como os estruturalistas defendiam que os preços subiam devido à existência de uma insuficiência de oferta. Para aqueles era uma insuficiência global, para estes era uma insuficiência setorial.

Diferentemente destas duas correntes teóricas, Rangel investigava a origem da inflação na demanda, e, ao observar o comportamento dos oligopsônios e dos oligopólios que atuavam no setor agrícola, percebeu a anomalia que fazia com que os preços subissem. Esta anomalia possuía uma natureza mercantil, pois tais oligopsônios e oligopólios faziam a intermediação entre os produtores e os consumidores dos produtos agrícolas. Devido à característica estrutural deste mercado, tinham o poder de fixar o preço de compra e o preço de venda destes produtos.

Como resultado da atuação destes agentes, os assalariados passavam a gastar um maior percentual de sua renda com produtos alimentícios e conseqüentemente diminuía o gasto

⁷⁹*Ibid.*, p. 564.

com os bens de consumo durável. Este era o mecanismo que acionava o aumento dos estoques nas empresas, mencionado logo acima e que resultava em emissões de moeda realizadas pelo governo.

Mas, a inflação possuía uma importante função na sociedade brasileira: mantinha a taxa de imobilização do sistema. Com a alta inflação, era diminuída a preferência pela liquidez, fato que influenciava uma antecipação dos gastos das famílias; assim elas não perderiam seu poder de compra, da mesma forma que o Estado e as empresas realizavam investimentos para proteger o capital da corrosão inflacionária.

Este era o caráter que possuía a inflação brasileira de acordo com as análises de Rangel. Portanto, em sua opinião, aqueles que conduziram a política econômica do país deveriam ter em mente a especificidade da inflação brasileira e não buscar liquidá-la de uma só vez, sem ter outro instrumento de política econômica para substituí-la.

Devido a estas preocupações, entendemos porque Rangel comemorou a criação da cláusula da correção monetária em 1964, logo após o golpe militar. Tal fato advinha da constatação de que este novo instrumento de política econômica poderia substituir a inflação de maneira gradual. O autor buscava soluções para proteger o capital contra a erosão inflacionária.

Chegou a imaginar um título que seria lançado no mercado com deságio de modo que na época do vencimento pudesse ser resgatado pelo valor de face. As preocupações em torno do tema levaram-no a aplaudir a cláusula de correção monetária introduzida em lei de julho de 1964, pelo ministro Roberto Campos.⁸⁰

Desta forma, com o intuito de minimizar os desequilíbrios causados pela inflação, em julho de 1964, sob o comando de Roberto Campos⁸¹ e Octávio Gouveia Bulhões, foi estabelecida a correção monetária e a economia brasileira, aos poucos, se tornaria indexada. Assim, os preços de setores ligados à produção começaram a ser reajustados por um índice que levava em conta a variação nominal do poder de compra da moeda.

⁸⁰PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel – um intérprete original da realidade brasileira. In. Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel (1: 1994: Florianópolis, SC). **Pensamento de Ignácio Rangel** / apresentadores Domar Campos. [et al] ; Armen Mamigonian, org. - Florianópolis: UFSC, PPGG, 1997. p. 13.

⁸¹ Para uma análise do pensamento de Roberto Campos ver: MADI, Maria Alejandra Caporale (autor); AURELIANO, Liana Maria (orient.). **A vanguarda do pensamento conservador**: um estudo sobre as idéias econômicas de Roberto Campos no período 1950-1964. 1985. 232f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

Este instrumento de política econômica teve importantes consequências no conflito distributivo existente na sociedade brasileira, pois buscava atenuar a inflação e devolver vigor ao crescimento da economia brasileira. Como apresentamos na introdução, foi uma medida que começou tímida e aos poucos se tornou central na discussão sobre a economia do período.

Com o intuito de demonstrar como a correção monetária se tornou um elemento central da economia brasileira após ter sido editada em julho de 1964, no próximo capítulo, apresentaremos as posições das classes sociais sobre este instrumento de política econômica através do diário *Folha de São Paulo*.

3 A DIFUSÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA NA IMPRENSA

“Acredito que o milagre teria sido impossível sem a correção monetária. Com ela, consegue-se reduzir gradualmente a inflação de aproximadamente 15%, sem impedir um crescimento rápido. Com a correção monetária, o Brasil passa por uma distorção econômica menor, com 15% de inflação, que os Estados Unidos sem ela com 9%.”

Milton Friedman - 1974

No capítulo anterior vimos como a inflação surgia na década de 1960 como um importante problema econômico a ser resolvido pelos formuladores de política econômica e apresentamos o inovador instrumento de política econômica que era a correção monetária, cuja utilização favorecia apenas alguns setores estratégicos da economia brasileira.

Neste segundo capítulo, buscamos apresentar como ocorreu a difusão do debate em torno da correção monetária na imprensa através do diário *Folha de São Paulo*, pois, diante do aparecimento de tal inovação na política econômica, cabe-nos investigar como as classes sociais reagiram a ela.

Para os objetivos de nosso trabalho, a posição política que possuíam os editores do diário *Folha de São Paulo* não é o mais importante a ser investigado, apesar de podermos percebê-la ao ler seus editoriais. Fazemos tal afirmação porque, através da análise do material referente ao período em que está inserido nosso objeto de estudo, foram encontradas notícias de todas as classes sociais se posicionando criticamente em relação à correção monetária.

Diante da constatação de que a correção monetária foi reservada para poucas áreas, como frisou Mário Henrique Simonsen, precisamente aquelas que mais estimulavam a produção, podemos perceber o conflito social criado em torno deste instrumento de política econômica, pois todos queriam ter rendimentos corrigidos num contexto de alta inflação. Entretanto, nem todos que reivindicavam conseguiam ter acesso ao reajuste.

Uma forma de perceber como os trabalhadores assalariados não se beneficiaram dos êxitos das reformas e do milagre econômico é analisar os índices relativos à variação anual do PIB e do salário mínimo real (Anexo2). Enquanto no período compreendido entre 1970 e 1974, o

PIB variou 10,4; 11,3; 12,1 e 14%, respectivamente, para o mesmo período, o salário mínimo real variou 1,8; -0,9; -2,7; -3,4 e 5,4%, respectivamente.

Este é um exemplo do conflito distributivo criado à época, cujo efeito foi a concentração de renda em favor de uma minoria da sociedade. Certamente, tais resultados foram em grande medida influenciados pela aplicação da correção monetária. Logo, neste capítulo, buscamos apresentar como as classes sociais brasileiras se posicionavam em relação à correção monetária através da pesquisa no diário *Folha de São Paulo*.

Neste primeiro momento, apenas apresentaremos algumas notícias de caráter informativo, ou seja, notícias as quais não estava colocada abertamente a opinião de algum representante de determinada classe social. Num segundo momento realizaremos este exercício.

3. 1 Informação

Começamos a apresentar as informações com uma notícia referente aos proprietários de terras que ao serem representados pela UDN (União Democrática Nacional) concordaram em apoiar o projeto da reforma agrária, pois o pagamento das desapropriações seria feito com os títulos da dívida pública reajustados pela correção monetária.

O governo federal e a UDN chegaram ontem a um acordo sobre a emenda constitucional relativa à desapropriação de terras e imediatamente o presidente nacional do partido, deputado Bilac Pinto, anunciou que a agremiação passará a apoiar a reforma agrária. Segundo informações de Brasília, também o Estatuto da Terra sofrerá alterações. Reunido no Rio, durante horas com o deputado Paulo Sarazarte e técnicos do Ministério do Planejamento, o ministro Milton Campos, da Justiça, conseguiu, finalmente, chegar a uma emenda de agrado da presidência udenista. O texto foi submetido igualmente ao presidente Castelo Branco e ao sr. Amaral Peixoto, presidente do PSD, que também deram seu assentimento às alterações da proposta original. Fonte do Ministério da Justiça informa que, entre as alterações figuram disposições que transferem para os Estados a cobrança do imposto territorial rural e destinam 20% do tributo às prefeituras. Segundo a mesma fonte, não se alterou o sistema de pagamento das terras desapropriadas por interesse social: o governo continua com poderes para fazê-lo mediante títulos da dívida pública, com correção monetária.⁸²

⁸² Governo altera emenda; UDN vai apoiar a reforma. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 out. 1964, 1º cad., p. 1.

Já no que se refere à construção civil, um deputado cassado pela ditadura viu-se prejudicado pela não correção de seus investimentos e buscou amparo na lei para que eles fossem corrigidos. Neste caso, percebemos um empresário em busca do reajuste de seu capital.

O ex-deputado Mucio Ataíde, cujo mandato a revolução cassou, ingressou em juízo, nessa capital, com uma ação pleiteando a aplicação da correção monetária, que importará em 500 milhões de cruzeiros, sobre os preços pelos quais vendeu as salas dos edifícios Márcia e Maristela, que está construindo em Brasília, agora em fase de acabamento. Alega o ex-parlamentar que o recebimento, até janeiro último, importou em 459.677.584 cruzeiros, com gastos de 480.651.979, apresentando déficit superior a vinte milhões e necessitando de um investimento de 401 milhões de cruzeiros para concluir os edifícios, quantia que poderá aumentar, se houver demora, devido à inflação.

A petição inicial é assinada pelos advogados Francisco Campos, Nelson Hungria, Orozimbo Nonato e Maurício José Correia.

A ação é fundamentada nas correções que o governo fez em estudos da Escola Superior de Guerra e em escritos do professor Eugenio Gudín. Salienta a inflação violenta, que subverteu os preços, passando o metro quadrado de construção civil, de 16 mil cruzeiros em 1960, para cem mil cruzeiros em 64. Dessa forma não poderia cumprir contratos de venda, sem reajuste, embora este não fosse previsto quando da alienação dos imóveis.⁸³

Os proprietários de imóveis tinham, com frequência, o preço dos aluguéis de seus imóveis reajustados de acordo com os índices da correção monetária. Um dos argumentos existentes em defesa deste expediente era o de que os donos de residências e construtores não investiriam seus recursos na construção civil caso os aluguéis não subissem, o que tornaria o investimento menos rentável. Fato indesejável num país com um crônico déficit de residências urbanas e êxodo rural constante. Por isso, era comum ler notícias como esta abaixo na imprensa da época.

O conselho nacional de economia vai reunir-se ainda hoje para aprovar os índices de correção monetária dos aluguéis, referentes a contratos vencidos no mês de abril.

O CNE deverá, também, apreciar a ampliação das tabelas dos aluguéis correspondentes aos meses de fevereiro e março.⁸⁴

A respeito de outros aspectos ligados diretamente à vida cotidiana do brasileiro, aqueles que, por exemplo, sofriam acidentes com automóveis próprios, ficavam em dúvida se queriam reivindicar seus direitos na justiça contra a seguradora ou receber a metade do prêmio

⁸³ Deputado cassado construiu prédio e quer reajuste. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 fev. 1965. 1º cad., p. 9.

⁸⁴ CNE aprova hoje índices para aluguéis. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 jun. 1965. 1º cad., p. 1, 2º ed.

logo após o acidente, pois, com a demora para o pagamento do seguro, que não era corrigido, o dinheiro se desvalorizava muito entre a data do acontecimento do acidente e a data do pagamento pela seguradora.⁸⁵

No Brasil, porém, ainda são poucos os que parecem admitir a possibilidade de dar ou sofrer batidas. Mas quando a batida chega – e elas são muito mais frequentes do que se pensa – o cidadão se arrepende com amargura de não ter feito o seguro. Principalmente depois de ter percorrido a mencionada Via Crucis – para no fim se defrontar com estas alternativas: pagamento de apenas metade ou o processo com contratação de advogado, esperas de prazos, audiências e finalmente a vitória (se chegar) que obriga a seguradora a pagar os minguidos caraminguás sem correção monetária.⁸⁶

No que diz respeito aos impostos, estes agora tinham que ser pagos, já não era mais vantagem atrasá-los para ter um ganho monetário real devido à corrosão inflacionária. Assim, a correção monetária, auxiliava o aumento da arrecadação do governo. Os jornais apresentavam o seguinte lembrete:

Encerra-se hoje o prazo, já prorrogado, estabelecido pela lei 4.862, de 29 de novembro de 1965, para o pagamento dos débitos anteriores a 17.07.64, relativos ao imposto de Renda. Os que até o dia de hoje recolherem o valor desses débitos, gozarão de desconto de 50% nas multas e não sofrerão correção monetária.⁸⁷

Muitas são as notícias que nos mostram a constante presença da correção monetária na vida cotidiana da sociedade brasileira; era um tema que não estava restrito aos bancos acadêmicos.

A constatação deste fato pode ser percebida na atuação dos Deputados Estaduais do Estado de São Paulo que buscaram reajustar suas verbas de gabinete de acordo com os índices da correção monetária e tiveram que devolver o dinheiro.

Todos os deputados estaduais de São Paulo da legislatura que se encerra em março próximo – com exceção de dois srs. José Lurtz Sabiá e José Alfredo do Amaral Gurgel – terão que devolver aos cofres públicos cerca de 180 milhões de cruzeiros (um milhão e

⁸⁵ Mesmo não se encontrando no diário *Folha de São Paulo*, apresentamos esta notícia com o objetivo de ilustrar como a correção monetária passou a fazer parte da vida do brasileiro.

⁸⁶ Terceiros vão para o inferno. **Quatro Rodas**. Ano VI. Ed. 71. Jun. de 1966. p. 56-57.

⁸⁷ Rendas: último dia hoje para pagamento de débitos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 mar. 1966. 1º cad., p. 12.

meio cada um). Segundo a sentença proferida ontem pelo juiz Nóbrega de Sales, da 1ª Vara Fazenda Estadual na ação popular apresentada contra a correção monetária dos subsídios parlamentares. Os únicos que não terão que devolver o dinheiro recebido a título de correção dos subsídios são exatamente aqueles dois deputados que foram os autores da ação popular contra o que consideraram um “abuso” e uma “ilegalidade” de seus companheiros.⁸⁸

Já os concessionários de serviços de utilidade pública⁸⁹ tinham a possibilidade de ampliar seu capital, assim como os banqueiros.

A diretoria do Banco do Comercio e Indústria de São Paulo submeteu ontem à assembléia de acionistas proposta para aumento do capital social de NCr\$ 15.000.000,00 para NCr\$ 20.000.000,00. O aumento será realizado da seguinte forma: NCr\$ 3.500.000,00 mediante utilização de parte das reservas sob a rubrica “Correção Monetária do Ativo – Lei n. 4.357, de 1964”, cabendo a cada acionista 7 novas ações para cada grupo de 30 que possuir; e NCr\$ 1.500.000,00 em subscrição em dinheiro, tendo o acionista direito preferencial a subscrição de nova ação para cada 10 que possuir, com pagamento de 50% no ato e o restante em chamadas, a critério da diretoria.⁹⁰

Quando houve dúvida acerca da possibilidade ou não de serem aplicados os índices de correção monetária na venda de imóveis, o Estado preferiu não vender os imóveis da Previdência Social.

A venda dos Imóveis da Previdência Social em todo o país foi suspensa, segundo revelou à Câmara dos Deputados o ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passarinho. Esclarece o ministro, num documento com que responde a indagações do deputado Florisceno Paixão (MDB-RS), que o motivo da paralisação das vendas é a falta de decisão governamental sobre se deve, ou não, aplicar o critério da correção monetária aos imóveis vendidos.⁹¹

Esta é uma amostra de como a correção monetária começou a influir diretamente na vida cotidiana do brasileiro. Sobre muitos assuntos surgia a dúvida ou a esperança se aplicar-se-ia ou não a correção. Assim, as notícias acima elencadas – que versam sobre as verbas de gabinete de deputados, concessionários de serviços de utilidade pública, banqueiros, desapropriações de terras, aluguéis, venda de imóveis da União, tributos, seguros de automóveis e construção civil –

⁸⁸ Deputados têm que devolver 180 milhões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 fev. 1967, 1º cad., p. 1.

⁸⁹ Companhia Docas de Santos: relatório da diretoria, correspondente ao ano de 1966. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 abr. 1967, 2º cad., p. 3.

⁹⁰ Banco aumenta capital. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 abr. 1967, 1º cad., p. 13.

⁹¹ Correção faz INPS suspender vendas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 maio 1967. Ilustrada, p. 1. Edição da Tarde.

são apenas uma amostra da crescente importância que a correção monetária estava ganhando no interior da sociedade brasileira.

3.2 Crítica

As primeiras notícias informativas que apresentamos acima, assim como parte destas notícias críticas que apresentaremos abaixo, fazem parte do primeiro período de nossa pesquisa, iniciado em abril de 1964.

Neste ano, foi editado o primeiro Ato Institucional em nove de abril de 1964 pelos militares Arthur da Costa e Silva, Francisco de Assis Correia de Melo e Hamann Rademaker Grünewald. Neste documento, postulava-se que a “revolução” ocorrida no Brasil representaria o povo e em seu nome exerceria o Poder Constituinte. Tais homens também afirmavam que seus objetivos eram a reconstrução econômica, financeira, política e moral do país.⁹² Um dos instrumentos que os militares utilizaram para que fossem alcançados os objetivos apresentados acima foi o arrocho salarial. O resultado deste instrumento pode ser percebido nas reivindicações dos trabalhadores.

Em meio a este contexto, as notícias presentes no diário *Folha São Paulo* nos mostram uma face do conflito distributivo contido em torno da correção monetária. Os metalúrgicos de São Paulo, em setembro de 1964, demonstravam a insatisfação em não terem seus salários reajustados.

Os metalúrgicos de São Paulo realizarão assembléia geral extraordinária no próximo dia 23 às 19 horas, na sede de seu sindicato, na rua do Carmo, 171, para debater problemas

⁹² A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. Cf. BRASIL. Senado Federal. **Atos institucionais 1 a 6**. Brasília, DF: [s. n.], [19-], p. 7.

(ilegível) ao reajustamento de seus salários. Uma das reivindicações a ser feita consiste na aplicação do decreto de correção monetária no (ilegível) reajustamento, a exemplo do que ocorre na fixação dos vencimentos do presidente da República, em consequência da aplicação do decreto legislativo n. 40, de 20 de agosto último.⁹³

Por outro lado, os industriais receberam com bons olhos a notícia abaixo. Era o início da utilização da correção monetária, quando ela ainda estava reservada apenas aos estratégicos.

O presidente Castelo Branco assinou decreto fixando os coeficientes de aceleração de depreciação das indústrias, tendo em vista “a necessidade de estimular os investimentos em renovação e modernização do parque industrial, e considerando ser objetivo primordial do governo a retomada do processo de desenvolvimento econômico, que depende precipuamente do nível dos investimentos no setor privado”.⁹⁴

Por fim, o editorial do diário a *Folha de São Paulo* reivindicava a correção monetária para todos os casos da economia. Caso isso ocorresse, cabe-nos frisar, este instrumento perderia a sua utilidade principal de concentrar a renda em um setor da economia.

Pois se o governo existe para servir o povo, não se entende que a cláusula da correção monetária só tenha em vista os débitos para com o Tesouro. Nem que seja introduzida de maneira isolada numa lei ou noutra, ou melhor, naquelas leis que asseguram canalização do maior volume de dinheiro para o governo. O princípio da correção monetária deveria ser estabelecido como norma geral a ser aplicada em todos os casos [...].⁹⁵

Em 1965 as reivindicações salariais aumentavam, pois os salários estavam desatualizados. Mais uma vez fazemos menção ao Anexo 2; a luta por aumento do salário expressa nas páginas do diário é consequência da não correção do salário mínimo neste período.

A diretoria da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo enviou ofício ao sr. Arnaldo Susekind, ministro do Trabalho e Previdência Social, solicitando decretação urgente de novos níveis de salário mínimo em virtude da desatualização dos salários vigentes, insuficientes para a subsistência do trabalhador. [...] Não haveria (ilegível) justiça maior diz o ofício do que aplicar o princípio da correção monetária sobre os novos níveis salariais.⁹⁶

⁹³ Trabalhismo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 set. 1964. 2º cad., p. 4.

⁹⁴ Depreciação tem taxa para correção monetária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 set. 1964. 3º cad., p. 8.

⁹⁵ Correção Monetária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 set. 1964. 1º cad., p. 4.

⁹⁶ Pedida correção monetária sobre o novo salário mínimo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 jan. 1965, 1º cad., p. 8.

Por outro lado, os industriais, através do Fundo de Financiamento para Aquisições de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), receberam, mais uma vez, com bons olhos o novo fundo de investimento federal realizado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

O sr. José Garrido Torres, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, explicou hoje o funcionamento e objetivos do Fundo de Financiamento para Aquisições de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) à industriais reunidos na sede do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara. [...]

Informou adiante que os juros para as operações do FINAME serão acessíveis, como foi reconhecido recentemente pelos industriais paulistas em recente contato que com eles manteve na FIESP, pois, incluindo a correção monetária máxima de 25% não ultrapassando 37% ao ano, o que é perfeitamente compatível com o mercado financeiro atual.⁹⁷

Voltando para os assuntos relacionados aos assalariados, estes também lutavam contra o Ato Institucional que, de acordo com suas diretrizes, proibia que fossem aumentadas as despesas da União. Portanto, o aumento salarial era considerado inconstitucional neste momento. Podemos perceber isso na seguinte notícia.

O projeto que estabelece a correção nos reajustes salariais e nos benefícios concedidos pelos Institutos da Previdência entrou na ordem do dia de hoje da Câmara Federal, mas voltou às comissões porque foi emendado pela Comissão de Legislação Social. Amanhã deve retornar ao plenário para a votação.

Por outro lado, projeto que estabelece a correção monetária ao seguro de vida foi apresentado hoje pelo deputado José Maria Ribeiro (PTB-RJ).

A emenda apresentada pela Comissão de Legislação Social ao projeto do deputado Herbert Levy foi a que estende a correção aos vencimentos de servidores de autarquias e sociedades de economia mista, bem como às multas da legislação trabalhista.

O deputado Ario Teodoro apresentou hoje em plenário o parecer da Comissão de Finanças que modifica o pro-(jeto) concluindo pela aprovação do substitutivo da Comissão de Finanças que modifica o projeto original. Segundo o substitutivo, é o Conselho Nacional de Economia que deve apresentar os índices a serem utilizados para a correção monetária, e não o Ministério de Trabalho como estava previsto.

Por sua vez, o deputado Pedrosa Júnior (PTB-SP) levantou a questão de ordem em plenário perguntando por que a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer pela constitucionalidade do projeto, uma vez que o mesmo vai aumentar as despesas da União, o que está proibido pelo Ato Institucional.⁹⁸

⁹⁷ Finame poderá começar a operar na próxima semana. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 fev. 1965. 1º cad., p. 10.

⁹⁸ Salários: Câmara vota a correção monetária hoje. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 fev. 1965. 1º cad., p. 8.

Neste mesmo ano, em 27 de outubro de 1965, o segundo Ato Institucional foi editado por Castello Branco. Seus objetivos continuavam sendo o de extinguir o governo que afundava o país na corrupção e na subversão. Paulatinamente, aumentava-se a repressão social realizada pelo regime, pois com este ato foram abolidos os partidos políticos.⁹⁹

Já em cinco de fevereiro de 1966, foi editado por Castello Branco o terceiro Ato Institucional. Neste documento eram apresentadas à população as normas que deveriam ser obedecidas nas eleições do ano de 1967, cujo conteúdo informava que estas seriam indiretas para governadores e vice-governadores de Estado, da mesma forma que se alterava o processo de eleição dos prefeitos das capitais de estados.

Meses depois da edição do AI III, encontramos críticas ao programa governamental, o PAEG. Seus críticos afirmavam que o programa havia tomado novos rumos em relação aos seus primeiros objetivos.

A redução da capacidade de consumo da grande maioria da população não se concretiza, portanto, em aumento da poupança individual, nem em aumento generalizado da poupança, livre para investimentos, no âmbito das empresas. Só os serviços de utilidade pública e certos empreendimentos agrícolas passaram a dispor de maiores recursos para investimentos. Com essas ressalvas, o que ocorreu de forma generalizada, foi uma significativa transferência de recursos do setor privado para o Governo federal.¹⁰⁰

Neste mesmo ano, o senhor Sérgio Roberto Ugolini analisava a resolução n. 21 e dizia que o custo do dinheiro havia sido reduzido para os empresários. Estas são as palavras do Diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP):

⁹⁹ “A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranqüilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.” Cf. BRASIL. **Atos institucionais...**, *op. cit.*, p. 14.

¹⁰⁰ Maiores desvios do PAEG ocorreram no balanço de pagamentos. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 13 maio 1966, 1º cad., p. 16.

Do ponto de vista empresarial, a medida apresenta o mérito de pressionar a diminuição do custo do dinheiro. A solução encontrada pelas autoridades monetárias, de fixar a correção monetária para o tomador de empréstimo de até 12% anuais, representa sensível diminuição, em comparação com as taxas vigentes no mercado. Por outro lado, as autoridades conseguiram, através da fixação de um teto, resolver o problema da avaliação do custo do dinheiro “a posteriori”, decorrente da substituição do deságio pela correção monetária.¹⁰¹

Neste mesmo ano, também foi editado o quarto Ato Institucional, em sete de dezembro de 1966. O governo de Castello Branco considerava que havia se tornado “imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução.”¹⁰² Neste documento, o Congresso Nacional foi convocado a se reunir de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 para promulgar um novo texto constitucional.

Quando o ano 1967 entrava em seu terceiro mês, a ditadura militar trocou seu comando. No dia 15 de março deste ano, Arthur Costa e Silva, Ministro da Guerra durante o governo de Castello Branco, tornou-se o novo presidente.

Alguns dias antes da referida posse presidencial, o diário *Folha de São Paulo* noticiava como o reajuste dos aluguéis foi maior do que o reajuste que os mutuários do BNH pagavam, mostrando como estes eram privilegiados em relação àqueles. Ou seja, no interior da classe trabalhadora havia um grupo que foi privilegiado com a correção monetária. Desta forma:

Informou o sr. Mário Trindade que o total de correção monetária que o BNH cobrou no ano passado foi de 34% enquanto o índice para os aluguéis foi de 74%.
“O proletariado aceita esse sistema com mais facilidade que a classe média, que, acostumada com o antigo paternalismo dos empréstimos sem correção, não vê com bons olhos um sistema impessoal e imparcial. O povo, que não está acostumado com privilégios, aceita normalmente o sistema da correção monetária.”¹⁰³

Os trabalhadores lutavam para que o salário mínimo fosse reajustado, porque muitos haviam contraído financiamento da casa própria com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e não conseguiam pagar as parcelas do financiamento, pois estas eram reajustadas de acordo com os índices da correção monetária. Assim dizia o vereador Sender Fehman:

¹⁰¹ FIESP debate Resolução 21 e fixa a posição da indústria. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 7 abr. 1966. 1º cad., p. 11.

¹⁰² BRASIL. **Atos institucionais...**, *op. cit.*, p. 29.

¹⁰³ BNH quer construir mais em S. Paulo: há atraso. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1º mar. 1967. 1º cad., p. 5.

Não é possível, a quem viva de salário, adquirir casas financiadas pelas autarquias, pois os índices de correção monetária vão impedir que os compromissos sejam saldados. Com o correr dos meses as dívidas serão aumentadas, alcançando montantes volumosos. O trabalhador hoje [ilegível] em qualquer dos planos da casa própria. Se for sorteado e tiver juízo, não arriscará transferir dívidas para seus netos e bisnetos, num total indefinido. Se o governo quiser realmente dar casas aos trabalhadores, deve esquecer a correção monetária. Do contrário estará dando dívidas cada vez maiores.¹⁰⁴

Neste mesmo ano, os estudantes da Universidade de São Paulo (USP) reivindicavam que as verbas universitárias fossem corrigidas, pois percebiam que a instituição estava perdendo seus recursos.

Assim, os recursos destinados ao custeio das despesas com a construção, instalação e equipamento da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" vêm sendo reduzidos de ano para ano, e a dotação de 1967 ficará numericamente, pouco acima daquela concedida em 1966. Entretanto, aplicados os índices da correção monetária, tais recursos são bem inferiores aos concedidos de 1961 a 1966, conquanto seus algarismos expressem maior valor monetário.¹⁰⁵

Diante do problema dos mutuários do BNH, o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) anunciou uma nova carteira de empréstimos para a compra da casa própria. Este expediente demonstra como os mutuários do BNH eram prejudicados com a correção monetária, mas, esta condição, como veremos, foi se transformando com o tempo.

Ao anunciar que a Caixa Econômica Federal abrirá, dentro de 45 a 60 dias, a sua Carteira de Casa Própria, com uma verba de 6 milhões de cruzeiros novos – sendo 1 milhão para reforma e ampliações e 5 para moradias, o sr. Paulo Salim Maluf. Presidente da CEF, disse que pretende adotar um sistema de correção monetária mais condizente com os níveis salariais da atualidade.

Os termos da correção exposta pelo presidente da Caixa Econômica Federal – segundo declarou – estão em estudos, de que participam o Ministério da Fazenda e o Banco Nacional de Habitação.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Casa própria: só críticas na câmara. **Folha de São Paulo**. São Paulo, terça-feira, 23 maio 1967, 1º caderno, p. 6.

¹⁰⁵ CRUSP: Reitoria explica atraso, mas estudantes mantém ocupação. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 maio 1967, 1º cad., p. 7.

¹⁰⁶ CEF abrirá financiamento de casa com novo plano. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 maio 1967. 1º cad., p. 6.

Alguns meses depois, o financiamento da casa própria deixou de ser reajustado pela correção monetária para ser corrigido pela variação do salário mínimo. Assim explicava Paulo Maluf:

Financiamento da casa própria com correção monetária baseada no aumento do salário-mínimo – e não mais com base no aumento da taxa de inflação – é o novo plano de empréstimo habitacional que a Caixa Econômica Federal de São Paulo vai conceder a partir do dia 13 de agosto próximo. [...]

O plano anterior exigia a correção monetária trimestral das prestações, com base à correção verificada nas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, índices que não acompanhavam o aumento salarial. Esse plano gerara intranquilidade entre os interessados e conseqüentemente desinteresse pelo financiamento – explicou o sr. Paulo Maluf.

O sr. Paulo Maluf explicou que o financiamento atenderá com prioridade as habitações novas. “Com isso pretendemos atingir outro objetivo: o do pleno emprego do operário de construção civil e o da dinamização da produção de materiais destinados à construção” – disse. [...]

O sr. Paulo Maluf anunciou ainda que estão sendo realizados estudos para abertura de carteira de financiamento de lambretas, geladeiras, fogões, utensílios eletrodomésticos e bicicletas.¹⁰⁷

Neste cenário no qual a correção monetária tornava-se central na vida dos brasileiros, foram criados cursos para suprir a demanda por profissionais qualificados para operar os cálculos advindos da indexação da moeda. Tal fato podia ser percebido na seguinte notícia.

O Departamento de Produtividade (DEPROV) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em coordenação com o Fórum Roberto Simonsen e em colaboração com o Departamento de Economia das mesmas entidades, tendo em vista disposições contidas no Decreto-lei, de 21 de novembro de 1966, e atendendo inúmeras solicitações, fará realizar, a partir de 13 de julho p. f., o III Seminário sobre Correção Monetária das Contas do Capital Produtivo e do Ativo Imobilizado, em prosseguimento aos dois primeiros, ainda em andamento, a cargo do Prof. Fernando Nepomuceno Filho, especialista nessa matéria.

O objetivo do seminário é preparar os profissionais e as pessoas encarregadas de providenciar os vencimentos previstos em lei, a fim de que as empresas se enquadrem nas condições necessárias a gozar os importantes favores fiscais que atuarão fortemente na redução da carga tributária.

Interessa aos homens de empresa, economistas, contabilistas e encarregados de administração dos bens patrimoniais.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Empréstimos na CEF: correção anual. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 jun. 1967. 1º cad., p. 5.

¹⁰⁸ III Seminário sobre “correção monetária das contas do capital próprio e do ativo imobiliário”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 jul. 1967. 1º cad., p. 5.

Também surgia um novo tipo de depósito à vista que começou a ser atualizado pela correção monetária. Esta era uma das inovações do sistema financeiro nacional que, neste caso, tinham como objetivo financiar o BNH.

A Caixa Econômica Federal de São Paulo, como Órgão integrante do Sistema Financeiro de Habitação, instituído pela Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964, cumprindo o convênio celebrado com o Banco Nacional de Habitação, comunica aos interessados que autorizou recebimento de depósitos com correção monetária cujas condições principais são as seguintes:

I – Os depósitos com correção monetária visam proporcionar recursos populares para a aplicação exclusiva no setor habitacional e são protegidos contra a desvalorização da moeda.

II – Tais depósitos serão corrigidos monetariamente no primeiro dia de cada trimestre civil, na proporção da variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ou da Unidade Padrão de Capital do Banco Nacional de Habitação, e renderão juros de 2% (dois por cento) ao ano, (ilegível) sobre o valor corrigido e capitalizado semestralmente.

III – A importância inicial de cada depósito não poderá ser inferior a NCr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros novos). Os subsequentes serão, no mínimo, de NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos ou múltiplos desta importância).

IV – Para gozar das vantagens acima expostas, os depósitos com correção monetária deverão ser mantidos por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias. O prazo de permanência dos depósitos será contado a partir do primeiro dia do mês subsequente ao dia da sua realização.

V – O depositante poderá retirar em qualquer tempo o depósito no todo ou em parte, mas a retirada, sem perda de vantagens está sujeita a aviso prévio de 90 dias, que poderá ser dado a partir do terceiro mês da permanência do depósito.

VI – Antes de decorrido o prazo de 6 meses o depositante poderá retirar, no todo ou em parte, as importâncias depositadas, perdendo o direito à correção monetária e aos juros relativamente à parte levantada.

VII – Os interessados poderão fazer seus depósitos na Matriz (1ª sobreloja), e nas Agências da Capital e do Interior, a partir do dia 17 de julho do corrente ano, das 12 às 16 horas.

São Paulo, 26 de junho de 1967.

Paulo Salim Maluf – Presidente

Antonio Mastrocola – Diretor da Carteira

Armando Veiga Castelo – Diretor

Antonio Ribeiro de Andrade – Diretor

João Carlos Krueel – Diretor.¹⁰⁹

Também percebemos que os juristas começaram um debate acerca da necessidade de revisão das indenizações. Assim procediam para que as mesmas pudessem ter o poder aquisitivo equivalente a que tinham quando foram decididas pela autoridade competente. Nas linhas abaixo também percebemos o conflito distributivo existente na sociedade.

¹⁰⁹ Caixa Econômica Federal de São Paulo – Carteira de Habitação – Depósitos com Correção Monetária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 jul. 1967. 1º cad., p. 2.

Invocando a doutrina, com apoio em autorizados mestres, o julgado considera a ampliação atual do conceito de valor, acentuando que nosso país, nessa matéria, vem evoluindo sobremaneira. Aplica a correção monetária através de várias leis, como nas desapropriações, nos débitos fiscais, nos valores locativos, nos vencimentos e salários em acidentes de trabalho, etc. Enseja, por fim, uma escala móvel nas dívidas de valor em geral.

De uma das lições invocadas, extrai-se este trecho objetivo: “A inflação, como uma espécie de imposto indireto, beneficia o Estado. Mas não é justo que dela lucrem os particulares gananciosos, os especuladores que fazem fortuna à custa da miséria coletiva, da desgraça daqueles que vivem de salário e que são obrigados a restringir cada vez mais seu padrão de vida. O direito moderno com seu sentido paternalista, não tolera essa explicação. O dogma individualista, que o Século XX herdou, vem perdendo terreno para uma concepção mais ampla e arejada, concorrendo para a realização do anseio geral da justiça.”¹¹⁰

Os funcionários federais continuavam sem ter seus salários corrigidos pela correção monetária. A justificativa era a falta de dinheiro e que tal ato aumentaria o déficit público.

O governo federal não poderá fazer nenhuma correção monetária nos vencimentos do funcionalismo este ano, através de um aumento salarial, porque não tem dinheiro e o déficit do país, numa receita de 6 bilhões, vai além de 1 bilhão de cruzeiros novos. A afirmação é do diretor do DAPC, sr. Belmiro Siqueira, desiludindo os servidores públicos, ao anunciar que essa decisão de negar qualquer aumento é definitiva e partiu do próprio presidente Costa e Silva, e de seus ministros de Estado.

O sr. Belmiro Siqueira disse que se houver o aumento de vencimentos, haverá agravamento de déficit, sem que o governo possa aplicar um só tostão em qualquer investimento público. Disse que tal aumento, concedido agora, significaria oferecer melhorias a 700 mil em prejuízo de 80 milhões de brasileiros.¹¹¹

Em 1968, um editorial do diário *Folha de São Paulo* realizou uma crítica acerca do ciclo vicioso em que a economia estava inserida, pois os editores percebiam que mesmo com uma diminuição da inflação, alguns preços continuavam a subir e, desta forma, tal fato ameaçava anular os reajustes salariais. Assim afirmavam os editores do periódico:

O próprio governo está envolvido num círculo vicioso, em parte fortalecido pelo gradualismo e pela correção monetária, do qual não consegue libertar-se. É disso tudo surge o paradoxo que o homem comum não chega a compreender: se a inflação em 1967 foi menor, por que elevar os impostos, taxa cambial e preços dos combustíveis que logo no início do ano ameaçam anular os reajustamentos salariais cujo fim é reconstituir o

¹¹⁰ Revisão das indenizações. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 jul. 1967, Ilustrada, p. 2.

¹¹¹ Servidores federais sem aumento: não há dinheiro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4 set. 1967. 1º cad., p. 3.

valor real, ou o poder aquisitivo, da renda da população em grande parte aguada pela alta de preços do ano anterior?¹¹²

Outra face da realidade em que a economia brasileira estava inserida podia ser percebida no relatório da diretoria à assembleia geral ordinária da Companhia Seguradora do Brasil. Neste, liamos que o “capital da Companhia foi duplicado para NCr\$ 6.000.000.00, mediante a incorporação da reserva de correção monetária e conseqüente bonificação de 100% em ações aos Srs. Acionistas.”¹¹³

Entretanto, as reivindicações salariais continuavam e as críticas à correção monetária também. Certo é que a natureza da crítica que encontramos no periódico não é demasiadamente incisiva, mas ao analisá-la, percebemos a insatisfação daqueles que mais eram prejudicados com a correção monetária.

O Capitão do exército Nello Dallari reclamava que não havia recebido os atrasados a que tinha direito depois de ter sido reformado no ano de 1958. Além disso, reclamava porque o valor atrasado não era reajustado pela correção monetária. Assim, o capitão dizia:

A diferença que a receber, correspondente ao ano de 1959, é de aproximadamente 40 contos de réis (falando na moeda antiga). Pois bem, em 1959 eu podia comprar com essa importância uma geladeira. Recebendo-a agora sem correção monetária – o governo recebe mas não paga com correção – não poderei comprar senão um modesto ferro elétrico.¹¹⁴

Quando terminava o ano em que estas notícias foram escritas, no dia 13 de dezembro, foi instaurado o quinto Ato Institucional, comumente chamado de AI-5. Este documento representou o aumento da repressão àqueles contrários à ditadura. Diante das manifestações em oposição ao regime, seus defensores consideravam que “todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.”¹¹⁵

¹¹²Ciclo Vicioso. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9 jan. 1968. 1º cad., p. 4.

¹¹³ Companhia Seguradora do Brasil: Relatório da diretoria à assembleia geral ordinária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 fev. 1968. 1º cad., p. 13

¹¹⁴ Bendito atrasado. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 jun. 1968. 1º cad., p. 4.

¹¹⁵ BRASIL. **Atos Institucionais...** *op. cit.*, p. 34.

Tal instrumento possibilitou que aumentasse a repressão militar às manifestações populares e reivindicações sindicais. Sobre este novo contexto em que o Brasil entrava foi dito que o “milagre brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.”¹¹⁶

Este era um novo momento que se iniciava na história do Brasil, e que marca a segunda parte de nossa pesquisa. Por um lado, nestes anos foi aumentada a repressão à população exercida pela ditadura,¹¹⁷ por outro, houve um intenso crescimento econômico que, entretanto, seus benefícios só poderiam ser acessados por uma minoria da sociedade brasileira.

Em fevereiro do ano de 1969, outros economistas afirmavam que os rendimentos advindos do trabalho eram mais onerados que aqueles provenientes do capital.

Analisando os efeitos do Decreto-Lei n. 401, de dezembro de 1968, que introduziu alterações na legislação do imposto de renda, um grupo de economistas concluiu que os rendimentos provenientes do trabalho foram mais onerados que os rendimentos do capital. Estes últimos passaram, ao mesmo tempo, a gozar de uma série de vantagens, que vão desde a mecânica contábil de incorporação de reservas, à valorização imobiliária como fonte de capital, prêmio para o anonimato das ações, e redução da tributação sobre as empresas a título de ajustamento de capital de giro.

[...] afirma o grupo que a legislação do Imposto de Renda faculta às empresas, sem qualquer ônus tributário, aumentar o respectivo capital, por meio de correção monetária do valor de seu ativo fixo. A reavaliação do ativo, acima dos limites da correção monetária, era equiparado ao dividendo, o qual, na legislação anterior estava sujeito a um imposto de 40%, no caso das sociedades “fechadas”. O Decreto-Lei 401 faculta agora às empresas a reajustar o valor dos bens imóveis, integrantes de seu ativo, acima dos limites da correção monetária, mediante pagamento de um imposto de apenas 15%. E, se as empresas não quiserem pagar esse imposto, basta subscrever o dobro dessa importância em obrigações do Tesouro, com direito ao recebimento de juros e correção monetária.¹¹⁸

¹¹⁶ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 13.

¹¹⁷ Ao relatar sobre a reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) onde foi decidida a edição do quinto Ato Institucional, Elio Gaspari nos apresenta a opinião de Delfim Neto sobre o documento em discussão – todos os presentes na reunião se pronunciaram sobre o tema. Assim escreveu Gaspari: “O ministro da Fazenda pisou no acelerador. Antonio Delfim Netto, um menino de Cambuci, ex-contínuo da Gessy, formado na Universidade de São Paulo, lapidado na assessoria da Confederação Nacional da Indústria, ainda era um ministro sem muito destaque, mas viu longe. Queria que a concentração de poderes pedida por Costa e Silva desse ao governo mão livre para legislar sobre a matéria econômica e tributária: “Estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho. E se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias para que este país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez.” Cf. GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002. p. 336.

¹¹⁸ IR: assalariados são os mais atingidos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 3 fev. 1969. 1º cad., p. 3.

No dia 30 outubro deste ano, iniciou-se o governo de Emílio Garrastazu Médici. No mesmo ano em que, em março, o historiador Caio Prado Júnior havia sido condenado a quatro anos e meio de prisão, e quando as denúncias de tortura chegaram ao número de 1.206.¹¹⁹

Durante o natal deste ano, as cadernetas de poupança reajustadas com a correção monetária eram dadas como presente por pais aos filhos.

Após as entregas das cadernetas, fiz a eles uma espécie de explanação na base do “ajude o governo a ajudar você”, renda de seis por cento de juros ao ano e correção monetária etc, de acordo, aliás com uma das mais aparatosas e custosas propagandas feitas em jornais, revistas, rádios, televisão etc.¹²⁰

Neste caso, já em 1970, quando a mãe mostrou para os filhos os rendimentos do investimento realizado, no dia primeiro de julho, ficou preocupada. Todos eles fizeram planos para comprar automóveis e a garagem de sua residência ficaria pequena. Entretanto, em outubro, sua preocupação passou, pois juntamente com os extratos de rendimentos chegou uma taxa de desconto de seis por cento sobre os juros.

Em julho, os acionistas da empresa Veículos e Máquinas Agrícolas – VEMAG podiam ler no jornal que a empresa havia aumentado seu capital.

Por determinação da Assembléia Geral Extraordinária de 6 de abril de 1970, a Vemag S. A. aumentou o seu capital de Cr\$ 54.988.979,40 para Cr\$ 61.098.866,00, mediante aproveitamento parcial do resultado da correção monetária do ativo fixo proporcionando a todos os acionistas uma bonificação de Cr\$ 0, 20, por cada ação de Cr\$ 1,8. Ao mesmo tempo o valor nominal das ações passou para o padrão de Cr\$ 1,00 e, conseqüentemente, a Vemag substituirá todos os títulos acionários e entregará em troca de cada ação de Cr\$ 1,80, duas novas ações do valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, já incluída a bonificação.¹²¹

Por outro lado, em agosto, Joelmir Beting apresentava o modelo de desenvolvimento que o Brasil deveria seguir, de acordo com o empresário brasileiro Ermírio de Moraes. No terceiro capítulo deste trabalho, apresentaremos as críticas de Maria da Conceição a este tipo de desenvolvimento.

¹¹⁹GASPARI. **A ditadura escancarada...**, *op. cit.*, p. 470.

¹²⁰ Cadernetas de poupança. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 11 dez. 1970. 1º cad., p. 4.

¹²¹ Aviso aos acionistas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, terça-feira, 16 jul. 1970. 1º cad., p. 12.

A tese do grupo Ermírio de Moraes: o Brasil segue o melhor modelo de desenvolvimento, o capitalismo empresarial. O sistema pode ganhar força com a democratização do capital das empresas. Esta tem por base o lucro, compreendido e aceito. O Estado deve desempenhar um papel necessariamente fiscalizador. E o capital deve atuar como instrumento meramente complementar do desenvolvimento. A Votorantim entende que a economia brasileira, ao contrário do que se afirma, não corre qualquer risco de estatização nem de desnacionalização. O grupo Votorantim é genuinamente brasileiro.¹²²

Em 1971, Ricardo Fiuzza, deputado arenista pelo estado de Pernambuco, recorria à história econômica brasileira para defender a correção monetária e afirmava que:

[...] para a compreensão do problema da correção monetária, método aplicado nas transações imobiliárias, necessário se faz retornar aos primórdios de nossa história econômica, registrando uma irreversível tendência para a alta de preços [...]. Entende o deputado arenista que a correção monetária surgiu como um instrumento corretivo necessário para a recuperação dos títulos a médio e longo prazo, para estimular a poupança pública, eliminação dos atrasos de pagamento de impostos, defesa dos empresários contra a ilusão dos lucros contábeis e complemento essencial da verdade tarifária e cambial.¹²³

Já o deputado emedebista, de outra orientação política, criticava contundentemente a correção monetária devido aos desvios que tal instrumento teve em relação aos seus objetivos iniciais.

O deputado Joel Ferreira (MDB-Amazonas), criticou a correção monetária sobre o preço de habitações construídas pelo BNH. Segundo o deputado emedebista, “a medida foi criada para conter a desenfreada especulação em torno de imóveis outrora existentes, que acabou por constituir elemento agravante do problema social em todo o país.”¹²⁴

Encontramos também um mutuário do BNH que não se encontrava descontente com a correção monetária, ao contrário, percebia a importância deste instrumento para que pessoas menos privilegiadas pudessem adquirir a casa própria. Entretanto, a razão de seu descontentamento era mesmo com a taxa de serviço cobrada. Assim afirmava:

¹²² Para a Votorantim, o lucro não é um crime. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2 ago. 1970. 2º cad., p. 18. Coluna Joelmir Beting.

¹²³ Vantagens da correção monetária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 abr. 1971. 3º cad., p. 17.

¹²⁴ Criticada correção monetária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 maio 1971. 1º cad., p. 23.

Adquiri minha casa com o financiamento do B.N.H., através da Caixa Econômica Federal – Agência Araraquara.

Quando da mudança da alta direção do B.N.H., os jornais publicaram que possivelmente seria eliminada a correção monetária, dos financiamentos para aquisição da casa própria. Fiquei surpreso com essa notícia, pois reconheço a necessidade da correção monetária, pois caso contrário, voltaria como antigamente, quando somente os privilegiados é que conseguiam financiamentos. Por isso, na minha modesta opinião, a correção monetária é imprescindível.

O que acho absurdo é a taxa de serviço que a Caixa cobra dos mutuários, sendo que no meu caso, esta corresponde a mais de 30% do valor da prestação. Jair Vieira dos Santos – Araraquara.¹²⁵

Assim como o deputado pernambucano acima citado, a Federação do Comércio também defendia a correção monetária, pois via neste instrumento uma boa forma de manter as transações financeiras realizadas pelo BNH.

A entidade observou que “numa economia onde ainda existe inflação a única maneira viável para garantir os recursos do sistema contra uma perda de capacidade de investimento é a adoção da correção, cuja defesa por parte das autoridades do BNH é apoiada pelo empresariado comercial de São Paulo.”¹²⁶

Durante o ano de 1972, críticas e elogios ao mecanismo da correção do governo continuavam sendo feitos. Por um lado, o projeto do deputado Siqueira Campos seria analisado no mês de abril daquele ano. Neste projeto o político arenista havia proposto “a extensão da correção monetária ao débito do Governo Federal para com pessoas físicas ou jurídicas.” O Projeto recebia o apoio da Federação das Indústrias de Minas Gerais.¹²⁷ Por um lado, Huber, o vice-presidente para o Brasil do *First National Bank of Boston*, estava muito otimista com o ritmo do desenvolvimento econômico brasileiro – o PIB havia crescido 11,3% no ano anterior – e acreditava que tal avanço continuaria durante os próximos anos. Também mostrava sua satisfação com a atuação do governo nas áreas de investimentos estrangeiros, câmbio e inflação. Quando se referiu à correção monetária, afirmava que “Esse mecanismo [...] distribui equitativamente os efeitos da inflação a todos os ramos da economia nacional. Nesse sistema ninguém ganha, mas

¹²⁵ Com o BNH. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 jul. 1971. 1º cad., p. 6.

¹²⁶ Comércio apóia correção monetária e elogia BNH. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 ago. 1971. 1º cad., p. 35.

¹²⁷ Correção em dívidas do Governo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 fev. 1972. 1º cad., p. 23.

ninguém perde.”¹²⁸ Também continuamos a encontrar críticas e reclamações, por parte de trabalhadores, no que se refere ao complexo funcionamento da correção monetária.

Tenho procurado acompanhar a movimentação de minha conta do FGTS, optante que sou.

A regularidade de escrituração dessa conta tem deixado muitíssimo a desejar. Já quando fui transferido de local (município) de trabalho, a regularização da transferência foi uma odisséia. Não fosse eu afeito ao trato com os números e talvez houvesse desistido.

Agora venho a receber o extrato de minha conta e deparo com os créditos relativos a juros e correção monetária dos 4 trimestres civis de 1971, efetuados todos eles em março de 1972. Nada verifiquei ainda. Porém, acorrem-me as perguntas: está correto este procedimento? Os bancos depositários podem creditar os juros e a correção monetária quando bem entenderem? Não existe PÓS fixando que esses créditos deverão ser efetuados trimestralmente? Por que os bancos não cumprem?

O FGTS é um favor que estou recebendo, ou é um direito que me confere a lei, pela opção que fiz? Neste caso, também tenho o direito de saber a quantas ele anda? É isso, ou estou errado?¹²⁹

Quando iniciava o ano de 1973, o ministro do interior Costa Cavalcanti, dizia que o BNH estava pronto para tomar medidas que auxiliassem o governo a reduzir a inflação, de 15,72% para 12%. Uma destas medidas seria a redução da taxa da correção monetária, de 20% para 12%. Através das palavras do ministro, podemos perceber o conflito distributivo existente em torno da correção monetária: quem possuía o privilégio deste reajuste não queria perdê-lo.

O ministro fez questão de ressaltar, todavia, que há muita gente protestando contra a redução da correção monetária. “Eu tenho recebido dezenas de cartas de reclamação, enviadas pelos possuidores de cadernetas de poupança, que há dois anos recebiam 20% de correção monetária e que agora só terão 12%. O mesmo ocorre em relação aos sete milhões de trabalhadores que optaram pelo Fundo de Garantia, que também estão reclamando que 12% é muito pouco para creditar nas suas contas bancárias, a título de correção monetária. É o reverso da medalha.”¹³⁰

Também líamos que as empregadas domésticas ganharam o direito de receber suas contribuições ao INPS somando juros e correção monetária, quando deixassem definitivamente a atividade.

¹²⁸ Ritmo de progresso não cairá. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 abr. 1972. 1º cad., p. 1.

¹²⁹ Contas do FGTS. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4 maio 1972. 1º cad., p. 6.

¹³⁰ BNH está preparado para seguir plano de contenção. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 jan. 1973. 3º cad., p. 2.

Em atenção à consulta de dona Beluniz Carvalho, desta capital, publicada na coluna “Cartas à Redação” desta data, informamos que as empregadas domésticas com mais de 60 anos de idade podem se inscrever como seguradas do INPS apenas para efeito de pecúlio, isto é, a interessada e seu empregador recolhem as respectivas contribuições que são devolvidas à segurada quando ela deixar definitivamente a atividade, acrescida de juros e correção monetária.¹³¹

Pouco a pouco, percebemos que a correção monetária ia ganhando proporções cada vez maiores. Assim como afirmado por Reis Veloso e por nós explicitado na introdução deste trabalho, a sementinha crescia rumo à indexação.

No ano de 1974, momento em que o crescimento do PIB foi de 14%, o último ano de nossa pesquisa, a política econômica do milagre brasileiro era noticiada internacionalmente. Os altos índices de crescimento econômico faziam com que os *policymakers* estrangeiros olhassem para o que estava ocorrendo na economia brasileira. Foi neste momento que a correção monetária foi coroada como um instrumento de política econômica inovador para atenuar a inflação e aumentar as taxas de crescimento.

Milton Friedman, em sua coluna na revista “Newsweek”, analisou a experiência dos “milagres econômicos” da atualidade – principalmente o do Brasil – que, segundo diz, demonstraram que os controles de preços e salários são contraproducentes para combater a inflação, já que constituem um entrave para o desenvolvimento.

Diz Friedman: “O milagre brasileiro data de 1967, quando a produção começou a aumentar a uma taxa aproximada de 10% ao ano. Os outros milagres, na Alemanha e no Japão, começaram com quase duas décadas de antecipação, pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Embora os três países sejam muito diferentes entre si em matéria de história, cultura, recursos e desenvolvimento tecnológico, há semelhanças extraordinárias entre os três.”

Em seguida afirma que os três “milagres econômicos” basearam-se fundamentalmente na empresa privada e que, nos três casos, o desenvolvimento – econômico ocorreu após períodos de desorganização econômica, intensificação dos controles de preços e salários, adotados para combater a inflação, e após terem sido adotadas reformas monetárias que substituíram os controles e permitiram o livre funcionamento do mercado.

Acentua o êxito obtido pelo Brasil através das medidas de “correção monetária” ou seja, modificações introduzidas no poder aquisitivo, tanto nas negociações financeiras como nos contratos trabalhistas e no pagamento de impostos e, embora seja alvo de críticas, apresenta: “Acredito que o milagre teria sido impossível sem a correção monetária. Com ela, consegue-se reduzir gradualmente a inflação de aproximadamente 15%, sem impedir um crescimento rápido. Com a correção monetária, o Brasil passa por uma distorção econômica menor, com 15% de inflação, que os Estados Unidos sem ela com 9%.”¹³²

Entre um e outro elogio de Milton Friedman à correção monetária, Ernesto Geisel assumiu, em 15 de março de 1974, a presidência da República.

¹³¹ Resposta a Da. Beluniz. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 maio 1973. 1º cad., p. 27.

¹³² Friedman elogia a correção e critica o controle de preços. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 jan. 1974. 1º cad., p. 23.

Entretanto, voltemos a ressaltar o tom eufêmico de Milton Friedman. Em outra análise que realizou sobre o milagre brasileiro, o economista norte-americano soube relacioná-lo muito bem com a ditadura militar. Muito embora tenha se referido a ela como sendo um governo forte.

O economista Milton Friedman propôs uma “solução brasileira” para a inflação norte-americana que “no papel é absolutamente brilhante”, afirmou ontem o Wall Street Journal.

“[...] Propõe colocar toda a economia, tanto o setor público como o setor privado, dentro de um mecanismo de índice de preços.”

“Sua idéia surgiu quando, juntamente com o presidente da Junta da Reserva Arthur Burns, fez uma viagem ao Brasil e observou de perto o funcionamento do sistema de índices nesse país. A taxa inflacionária do Brasil foi reduzida de 30 para 15% ao ano durante um período de grande crescimento econômico. Apenas se pode presumir que o sistema de índices desempenhou um importante papel no êxito do combate à inflação no Brasil. **Embora isso tenha sido feito, uma coisa é um governo forte impor um sistema de índices no Brasil e outra diferente é aplicar a mesma receita num sistema democrático e pluralista como o norte-americano.**”¹³³

Aproveitando o sucesso da política econômica brasileira no cenário internacional, Joelmir Beting também parabenizava o sucesso da inovação brasileira ocorrido no campo da teoria econômica.

A correção monetária, segundo o figurino tupiniquim, ganhou definitivamente o palco do debate internacional. Até recentemente, a correção monetária era objeto de simples tertúlias acadêmicas. Mas depois que a Assembléia Nacional da França recomendou o exame da experiência brasileira ao executivo francês e o professor Milton Friedman sugeriu à Casa Branca a importação do modelo brasileiro a correção monetária vai consumindo rios de tinta na imprensa americana e européia.¹³⁴

Desta forma o diário também noticiava uma viagem de Delfim Neto para os Estados Unidos, cuja finalidade era debater com autoridades americanas sobre a correção monetária:

O ex-ministro Delfim Neto, da Fazenda, embarcou ontem cedo em Viracopos com destino aos Estados Unidos, onde deverá permanecer por uma semana. Segundo declarações de Delfim, a viagem tem cunho estritamente pessoal, mas sabe-se que ele deverá manter contatos com autoridades das áreas financeiras e universitárias, nas

¹³³ A correção monetária não serve aos EUA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 abr. 1974. 1º cad., p. 20. (grifo nosso)

¹³⁴ A fera na jaula. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 abril 1974. 1º cad., p. 24. Coluna Joelmir Beting.

idades de Chicago e Nova York, onde debaterá com empresários o sistema de correção monetária, adotado no Brasil, depois de 1964, e que tem despertado curiosidade em vários países do mundo.¹³⁵

Por fim, no final do ano, o BNH criava uma nova política habitacional para o país, com modificações relevantes em relação ao seu momento de surgimento.

Está concluído o esquema para a implantação, em janeiro próximo, de uma nova política habitacional no País.

O novo programa mantém a correção monetária no processo de financiamento da casa própria, mas com a garantia de que essa correção jamais será superior aos índices de reajuste salarial.¹³⁶

Diante do apresentado neste capítulo sobre a difusão do debate acerca da correção monetária na imprensa, podemos perceber que este instrumento de política econômica teve um expressivo espaço no cenário editorial e todas as classes sociais preocupavam-se com a desvalorização de seus rendimentos e queriam corrigi-la. Quando não conseguiam realizar este objetivo, criticavam o instrumento de política econômica do governo.

Também foi possível notar nas páginas do diário *Folha de São Paulo* os interesses existentes por trás da política econômica do regime militar. Em seu primeiro momento, entre 1964 e 1967, encontramos os traços do arrocho salarial, do privilégio dado pelo governo aos setores estratégicos e a importância que o BNH teve para a ativação da construção civil. Durante o “milagre econômico”, o segundo período da pesquisa, além da maior repressão e do crescimento, vimos como aos poucos a correção monetária foi tomando dimensões cada vez maiores e sendo reconhecida como uma inovação na teoria econômica realizada por brasileiros.

Assim, esperamos ter apresentado como a correção monetária estava inserida no debate da imprensa e como suas dimensões cresceram durante o período de 1964 até 1974. Após constatar este fato, resta-nos buscar se a concentração da renda que beneficiou determinadas classes sociais no período era um objetivo explícito de seus criadores. Também nos parece necessário saber como os críticos da política econômica desenvolvida pelo regime militar posicionaram-se, à época, a respeito da correção monetária. Veremos isso no próximo capítulo

¹³⁵ Delfim nos EUA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8 dez. 1974. 1º cad., p. 7.

¹³⁶ Nova fórmula pode facilitar a casa própria. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 7 dez. 1974. 1º cad., p. 1.

através da apresentação das ideias de Mário Henrique Simonsen e de Maria da Conceição Tavares.

4 CORREÇÃO MONETÁRIA: FUNDAMENTAÇÃO E CRÍTICAS

“O instituto da correção monetária é uma das facetas dessa tendência autoritária. Como força redistributiva da renda somente dentro dessa tendência poderia vingar.”

Mário Henrique Simonsen - 1970

Como vimos no primeiro capítulo, a correção monetária foi criada em 1964 com o objetivo de assegurar que alguns setores estratégicos da produção não sofressem a desvalorização de seus capitais com a inflação; e enfatizamos que o seu uso era um privilégio de apenas alguns setores estratégicos. Entretanto, com o passar do tempo, este instrumento ganhou elevada dimensão na economia brasileira, tornando-a indexada.

No segundo capítulo, apresentamos através do diário *Folha de São Paulo* como a economia brasileira caminhou paulatinamente para a indexação. Neste mesmo momento, a correção monetária foi saudada internacionalmente como uma inovação no interior da teoria econômica realizada por um competente quadro de economistas brasileiros.

Neste terceiro capítulo, buscamos apontar como ocorreu a concepção da correção monetária pelos integrantes da corrente ortodoxa da economia brasileira. Para este caso, apresentaremos as ideias de Mário Henrique Simonsen. Por outro lado, apresentaremos também as ideias críticas de Maria da Conceição Tavares sobre a política econômica destes anos da ditadura militar, que concentrou renda em uma pequena camada da população e acabou com a possibilidade de reivindicação de aumento salarial devido à repressão aos sindicatos. Por fim, contrastam-se as afirmações realizadas por estes dois autores e as notícias do diário *Folha de São Paulo*.

As ideias de Mário Henrique Simonsen assim como as de Maria da Conceição Tavares, que serão apresentadas logo abaixo, não devem ser tomadas como uma verdade universal. Num debate intelectual tal comportamento não nos parece o mais adequado.

Como temos o privilégio de apreciar este período tendo-se passado mais de quarenta anos, podemos comparar as ideias debatidas com os fatos noticiados no capítulo anterior. Este procedimento, esperamos, pode nos oferecer uma melhor base para realizar a crítica do período.

Com esse objetivo em mente, iniciaremos apresentando o preciso momento em que surgiu a correção monetária. Foi a Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964, que autorizou o Poder Executivo a emitir Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e títulos em circulação de Cr\$ 700.000.000.000, 00 (setecentos bilhões de cruzeiros). As ORTN teriam seu valor nominal reajustado de acordo com o índice de variação do poder de compra da moeda nacional, que seria publicado no Diário Oficial da União.

Não só as ORTN eram reajustadas pela correção monetária; outros setores também começaram a ter a possibilidade de realizar reajustes para defenderem-se da perda de poder de compra causada pela inflação. De acordo com Mário Henrique Simonsen, de “um modo geral o Governo Castello Branco reservou a correção monetária para aquelas áreas em que ela se mostrava mais recomendável do ponto de vista do estímulo à produção, à equidade fiscal e ao mercado de capitais.”¹³⁷

4. 1 A fundamentação de Mário Henrique Simonsen

Já na década de 1970, Mário Henrique Simonsen definiu muito bem o que foi a correção monetária: foi um dos instrumentos de combate à inflação que redistribuiu a renda de forma desigual e que, talvez, só possa ter tido êxito por ter sido realizada por um regime político autoritário. Assim afirmava o economista:

O instituto da correção monetária como peça integrante de um conjunto de providências destinadas a combater uma inflação que chegou a ser quase galopante, no caso brasileiro, vincula-se, com todas suas implicações redistributivas da renda real de uma sociedade, aos poderes excepcionais de uma democracia que deixou de ser temporariamente representativa, para ingressar numa fase autoritária. São esses poderes que possibilitaram ações de saneamento financeiro e de correção econômica, de outro modo dificilmente realizáveis numa democracia plenamente representativa.¹³⁸

¹³⁷SIMONSEN. *Op. cit.*, p. 184.

¹³⁸CHACEL; SIMONSEN. *Op. cit.*, p. 87.

Mas, de acordo com Simonsen, havia a necessidade de compreender a evolução da política econômica brasileira após a Segunda Guerra Mundial para entender a correção monetária. No seu entendimento, o período posterior ao segundo conflito mundial fez com que os países com economia de base agrícola fossem colocados diante dos problemas do desenvolvimento econômico. Desta forma, continua o autor, a industrialização foi colocada pelos economistas da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL) como sendo a via crítica para que os países com economias de base agrícola pudessem expandi-las, ou seja, essa era a industrialização através da substituição de importações que:

Aplicada ao Brasil com algumas variantes, a doutrina da industrialização para o desenvolvimento ganha *momentum* no Governo Kubitschek e explica, no relativo de sua implementação, as taxas comparativamente elevadas de crescimento econômico atingidas entre 1957 e 1961.¹³⁹

Ainda sobre a análise da economia brasileira da década de 1950, Simonsen assinalou que, juntamente com o Plano de Metas, foi sugerido a Juscelino, por Roberto Campos, um Programa de Estabilização para controlar a inflação. Entretanto, tal programa não foi aceito pelo presidente. Em consequência desta escolha, houve uma aceleração da inflação durante o término de seu mandato que se tornou um dos fatores que o impossibilitou de eleger um sucessor.

Foi assim que as vicissitudes do governo de Juscelino fizeram com que Jânio Quadros fosse eleito com uma campanha fundamentada “na necessidade de ordenar o processo de desenvolvimento e combater a corrupção inerente a um mecanismo de crescimento econômico que, ao desdenhar os custos sociais reais, reacendia a fogueira inflacionista.”¹⁴⁰

Após ter sido eleito, Jânio Quadros tentou aumentar seu poder para realizar as mudanças por ele propostas. Ao não conseguir realizar este objetivo com o apoio do Congresso, renunciou ao poder com objetivos coercitivos, mas não conseguiu alcançá-los. Após este evento, começaram os problemas em torno da posse de João Goulart e “os acontecimentos que se

¹³⁹ *Ibid*, p. 88.

¹⁴⁰ *Ibid*, p. 89.

sucederam é que explicam a Revolução de março de 1964 e a permanência dos militares no poder.”¹⁴¹

Os trinta meses do governo de João Goulart foram conturbados, pois Goulart, o vice-presidente que chegava ao poder era de tendência política distinta da do presidente que havia sido eleito. Por isso surgiram os problemas para a realização de sua posse. A solução de compromisso encontrada para a posse foi realizá-la sob um regime parlamentarista. João Goulart a aceitou, mas mobilizou todas as suas forças políticas na realização de um plebiscito que devolveu ao país o regime presidencialista. A crítica de Simonsen a João Goulart dizia respeito ao seu pouco apreço ao racionalismo econômico e a sua sustentação num aparato militar sindical, que, dentre outras consequências, desordenou a hierarquia militar e desencadeou o golpe. Para Simonsen:

Esse movimento, que resultou da coalizão dos oficiais superiores das Forças Armadas, atingidos pela quebra de hierarquia militar, fundamental para a sua própria sobrevivência, com os líderes do empresariado atemorizados pela infiltração das esquerdas no Governo e com a classe média frustrada em suas aspirações de desenvolvimento e estabilidade, reduziu sensivelmente o caráter liberal do sistema político brasileiro.¹⁴²

Por fim, incorrendo no perigo de estarmos exagerando nas citações do autor, cabe destacar a síntese feita por Simonsen acerca da década de 1960 e, como consequência desta, ele nos apresenta a correção monetária como uma das facetas do regime autoritário.¹⁴³

¹⁴¹ *Ibid*, p. 90.

¹⁴² *Ibid*, p. 92.

¹⁴³“Como as revoluções são por definição uma violência política, é válido por de lado o aspecto, para fixar a atenção sobre as intenções do movimento revolucionário no tocante à ordem econômica e financeira, que constituem o objeto do presente trabalho. Com os militares, pela primeira vez na História do Brasil instalaram-se no poder em forma duradoura, um grupo de tecnocratas liderados pelos mesmos homens que haviam idealizado o Programa de Estabilização Monetária ignorado por Juscelino Kubitschek. Seu objetivo fundamental: e extinção gradual da inflação e a retomada do desenvolvimento.

A nova sistemática de legislar facilitou as emendas constitucionais necessárias a uma reforma tributária de implantação rápida, com o objetivo de estimular as inversões produtivas e penalizar os investimentos de caráter especulativo.

A utilização da nova soma de poderes do Executivo permitiu a revisão radical da política salarial no setor público e na área privada, responsável no governo deposto pelo caos das escalas salariais e pelo deslocamento da renda para os setores privilegiados e conseqüente inflação de custos. Na subordinação do Congresso ao Executivo, no que se refere à iniciativa em matéria de despesa pública e de elaboração legislativa, abriram-se possibilidades para a provação expedita das reformas de estrutura, prejudicadas pela ação demagógica do anterior Governo. Sucederam-se, então, a Reforma Agrária, a Reforma Administrativa, e a Reforma Bancária, caracterizadas pelo primado da tecnocracia e da racionalidade, o ideal da justiça social surgindo como um subproduto necessário da eficiência econômica.

Com certas marchas e contramarchas o processo prossegue no Governo inaugurado em março de 1967. Este, vencida a etapa das reformas institucionais, em que pesem algumas variantes, segue nas grandes linhas a orientação traçada pelo Primeiro Governo Revolucionário e deste diz-se continuador.

Em síntese, o que se assistiu no Brasil durante toda a década dos anos de 1960 foi um processo tendente a passar da difusão à concentração de poder. O movimento cívico-eleitoral que elegeu Jânio Quadros foi a manifestação mais próxima dessa tendência

Para Simonsen, realizar uma avaliação da correção monetária não era uma tarefa ordinária, mas já em 1970 ele afirmava:

Parece fora de dúvida que boa parte da melhoria do desempenho da economia brasileira nos últimos anos se deve à ampla utilização do instituto da correção monetária. Não é fácil submeter essa opinião a provas quantitativas, mas, pelo menos qualitativamente, os resultados se podem considerar bastante nítidos.¹⁴⁴

Em seu modo de analisar a questão, o primeiro efeito positivo da correção monetária teria sido o estímulo à poupança pessoal, que outrora era castigado pelas taxas reais de juros negativas. O segundo ponto positivo da correção monetária foi a sua utilização em títulos públicos; com isso foram criadas as ORTN, que fizeram com que a dívida consolidada da União passasse de 58 milhões de cruzeiros novos, em 1963, para um saldo de pouco mais de seis bilhões de cruzeiros novos, em dezembro de 1969, que advinha das ORTN em circulação.¹⁴⁵ O terceiro ponto positivo se referia à maior equidade que o sistema fiscal brasileiro passou a ter após a utilização da correção monetária. Tal instrumento possibilitou que os lucros ilusórios não fossem tributados e que fosse cortado o privilégio de quem pagava os tributos com atraso.¹⁴⁶ O quarto ponto positivo estava relacionado ao impacto que a correção monetária teve no mercado imobiliário, “particularmente a partir de 1967, quando entrou em vigor o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, cujas reservas passaram a ser aplicadas pelo Banco Nacional de Habitação.”¹⁴⁷ Por fim, o quinto ponto positivo, a correção monetária havia ampliado consideravelmente:

[...] a rede de intermediação financeira no País. Isso se atesta pelo enorme desenvolvimento de novas instituições no mercado de capitais – Sociedades de Crédito e Financiamento, Bancos de Investimento, Sociedades de Crédito Imobiliário, Sociedades

autoritária, de um desejo de ordenação de um processo político e econômico que tornava-se rapidamente crítico. A tendência frustrou-se com a renúncia. Esta inaugurou uma fase de difusão anárquica do poder. A reação contra a situação anárquica levou o País ao plebiscito na esperança de que a volta ao Presidencialismo permitisse uma programação de Governo sob comando unificado. Contudo, o Presidente Goulart, embora tivesse utilizado um Plano Trienal de Desenvolvimento como bandeira plebiscitária, abandonou as tarefas de planejamento e dedicou-se a tarefas inconstitucionais de agitação. A consequência foi o retorno da situação de difusão do poder, no qual até os Governos Estaduais contestaram o Governo Federal. O desafio consumou-se com a deposição do Presidente e a tendência autoritária cristalizou-se com a revolução vitoriosa.

O instituto da correção monetária é uma das facetas dessa tendência autoritária. Como força redistributiva da renda, somente dentro dessa tendência poderia vingar.”*Ibid*, p. 93-94 (grifo nosso).

¹⁴⁴*Ibid*, p. 190.

¹⁴⁵*Ibid*, p. 191.

¹⁴⁶*Ibid*, p. 191.

¹⁴⁷*Ibid*, p. 191.

Corretoras, agentes autônomos de títulos, Associações de Poupança e Empréstimo, etc.¹⁴⁸

Entretanto, diante de todos estes benefícios, no que se refere à distribuição da renda, a correção monetária não havia proporcionado pontos positivos para os assalariados. É o que nos indica o autor.

No que diz respeito aos impactos sobre a distribuição de renda, por falta de estatísticas, não se pode ir além de determinadas conjecturas qualitativas. De um modo geral, a correção monetária parece ter causado transferências nítidas de renda em favor dos compradores de títulos de crédito – Obrigações Reajustáveis, letras de câmbio, etc. De fato, essa classe dos *rentiers*, até então prejudicada pela taxa real negativa de juros, passou a contar com ganhos nominais claramente superiores à taxa de inflação. Igualmente, as concessionárias de serviços de utilidade pública, que passaram a ter sua remuneração corrigida de acordo com a alta interna dos preços, foram beneficiadas no jogo redistributivo da correção monetária. O impacto sobre as empresas, em geral, é menos nítido. De um lado elas foram favorecidas pela progressiva extinção dos impostos sobre ganhos ilusórios. De outro lado, porém, tiveram que pagar juros reais consideravelmente superiores aos que eram cobrados na fase anterior à introdução da correção monetária. Quanto aos assalariados, tudo indica que foram eles a classe prejudicada nesse jogo redistributivo, pelo menos entre 1965 e 1967, quando os seus reajustes foram menos proporcionais à alta interna dos preços.¹⁴⁹

De acordo com as ponderações de Mário Henrique Simonsen, se olharmos apenas para os objetivos almejados pelo PAEG – diminuição da inflação e aumento do desenvolvimento econômico – veremos que eles foram alcançados. Mas, podemos fazer nossas ponderações de acordo com o que pesquisamos no diário *Folha de São Paulo*. Um ponto que pode ser agora levantado se refere à equidade fiscal. Não foi uma maior equidade fiscal que um grupo de economistas dizia estar ocorrendo com as novas regras do imposto de renda.

Na verdade, as análises de Mário Henrique Simonsen sobre a correção monetária, como não poderiam deixar de ser, eram análises de um economista que estava em harmonia com o modelo de desenvolvimento autoritário e concentrador de renda que foi iniciado em 1964.

¹⁴⁸*Ibid*, p. 192.

¹⁴⁹*Ibid*, p. 192.

4. 2 A crítica de Maria da Conceição Tavares

Já no início da década de 1970, Maria da Conceição Tavares dizia que o processo iniciado entre 1966 e 1970, quando a economista escrevia, caracterizava-se como o início de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil.¹⁵⁰ Assim, a crise pela qual o país havia passado no início da década de 1960 era a transição entre o velho e o novo modelo de desenvolvimento.

Para Maria da Conceição Tavares, a forma como havia se desenvolvido o capitalismo no Brasil fazia com que houvesse uma tendência de que algumas características deste processo freassem a generalização do progresso técnico.

Na análise da autora, havia a necessidade de novos investimentos nos setores não modernos da economia, para que assim fossem diminuídas as diferenças de produtividade. Entretanto, tais investimentos encontrariam limites. Por um lado, havia uma baixa elasticidade-renda da demanda de alimentos nos grupos sociais médios e altos. E também havia uma poupança de insumos pouco elaborados pelas indústrias modernas. Desta forma, as indústrias tradicionais não se ligavam aos polos industriais modernos.

Assim, este problema existente no desenvolvimento do capitalismo no Brasil fazia com que fosse mantida uma heterogeneidade na estrutura produtiva da economia brasileira. Salientando a economista que tal processo era caracterizado pela sobreposição de variadas estruturas de produção, ao invés da desintegração das estruturas tradicionais.

Depois de perceber estas características da economia brasileira, Maria da Conceição Tavares vai além e explica os efeitos contraditórios – exclusão e incorporação –, existentes quando ocorre a absorção de mão de obra.

Para a autora, quando o setor moderno expande suas atividades de forma vertical – sem absorver as atividades tradicionais – ocorre uma maior exploração da força de trabalho neste setor. Entretanto, a mão de obra dos estratos não modernos fica excluída desta exploração. A consequência deste fato é que baixam-se os níveis relativos de produtividade nos estratos não modernos e aumenta-se a heterogeneidade.

¹⁵⁰TAVARES, Maria da Conceição. Além da estagnação. In: _____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

Já no momento em que o setor moderno se expande horizontalmente – absorvendo as atividades tradicionais – ocorre uma ampliação da base de geração do excedente absoluto e relativo, assim como aumenta a taxa de expulsão de mão de obra.

Logo, no Brasil, quando aumenta o setor moderno, também é aumentada a heterogeneidade devido à marginalização. Assim, Maria da Conceição Tavares conclui que “nesse sentido, a incorporação e expulsão passam a ser duas tendências simultâneas e contraditórias do processo de expansão e modernização que assume, então, em sua plenitude, um caráter desigual e combinado.”¹⁵¹

Pensamos que esta introdução nos auxilia a entender o modo com que Maria da Conceição Tavares analisava e criticava a política econômica posterior a 1964. Ela também debateu as mudanças institucionais ocorridas após ser instaurada a ditadura militar, mas diferentemente de Mário Henrique Simonsen, a economista não fazia parte do quadro da burocracia que manejava a política econômica e, portanto, possuía críticas a esta. Já no início da década de 1970, podemos perceber como sua análise era oposta àquela defendida por Mário Henrique Simonsen. De acordo com as palavras da autora:

Entre as primeiras medidas adotadas pelo Governo que assumiu em 1964 estão as drásticas mudanças na política salarial e de capital estrangeiro – cujos efeitos para a captação de excedentes produziram no médio prazo – bem como um conjunto de medidas de emergência para resolver os problemas de financiamento de curto prazo, tanto de setor público como dos setores dinâmicos ligados ao capital estrangeiro. Entre estas últimas se poderiam ressaltar a reforma fiscal de emergência, a correção periódica do valor nominal dos títulos de dívidas públicas e a Instrução n. 289, da antiga SUMOC, no sentido de permitir a entrada de capitais de curto prazo, destinados, fundamentalmente, a financiar o capital de trabalho das empresas dominantes.¹⁵²

Neste momento, a política econômica formulada por Roberto Campos e Octávio Gouvêa Bulhões era conhecida por possuir um caráter gradual de combate à inflação. Entretanto, para Tavares, as políticas salarial e fiscal, que também visavam combater a inflação, certamente poderiam ser caracterizadas como instrumentos de um tratamento de choque.

Já no que se referia às transformações do sistema financeiro deste período, e à expansão financeira delas consequente, a autora afirmava que:

¹⁵¹*Ibid*, p. 192.

¹⁵²*Ibid*, p. 219.

A expansão financeira ocorrida no período de 1964/70 mudou acentuadamente os esquemas gerais de financiamento do setor público e privado, permitindo que estes se desligassem da emissão primária de meios de pagamento, mediante a colocação de ativos não monetários junto ao público.¹⁵³

Esta era, em parte, a forma com que o novo governo se organizou para financiar o investimento produtivo no país. Ou seja, as ORTN foram caracterizadas como instrumentos absorvedores de liquidez da economia “ao serem emitidas em proporções muito superiores ao financiamento do déficit de caixa do Tesouro; por outro lado, passaram a constituir-se desde 1967 num mecanismo de financiamento de uma parcela crescente do gasto público.”¹⁵⁴

É certo que as ORTN com correção monetária auxiliaram o governo a financiar o investimento produtivo, a aumentar a arrecadação – pois a correção monetária incidia sobre os impostos – e a controlar os custos produtivos, devido a não incidência deste instrumento sobre os salários. Entretanto, Maria da Conceição Tavares também possuía críticas às transformações ocorridas no sistema financeiro brasileiro, esse que linhas acima era elogiado por Simonsen. A economista dizia que:

Até agora o setor financeiro privado tem-se revelado incapaz de modificar as modalidades de crédito no sentido de aumentar substancialmente os prazos e reduzir as taxas de juros. Isso se deve às próprias condições de estruturação do mercado financeiro, bem como ao fato de que o seu funcionamento se dá em condições inflacionárias que tendem a institucionalizar-se, mediante a generalização do emprego dos diversos mecanismos de correção monetária. Esta circunstância eleva o patamar em que se define a estrutura das taxas de juros e, em rápida rotação do capital financeiro, permitem manter uma altíssima taxa de lucro no setor financeiro, acelerando, portanto, o próprio ritmo de acumulação e expansão desse setor.¹⁵⁵

Este novo processo de expansão do setor financeiro da economia que era fundamentado na emissão de títulos públicos possuía um caráter contraditório, pois era fundamentado na suposição de que seriam aumentadas as dívidas de curto e médio prazo das famílias. Ou seja, não havia como ser mantida uma taxa de crescimento real que mantivesse a acumulação financeira, por isso Maria da Conceição Tavares não concebia “que a dívida pública e dos consumidores possa continuar expandindo-se a um ritmo remotamente comparável ao do

¹⁵³ *Ibid*, p. 228.

¹⁵⁴ *Ibid*, p. 228.

¹⁵⁵ *Ibid*, p. 241.

período 1966/70, dadas as proporções já alcançadas por seu volume bruto e levando-se em conta os prazos e custos do serviço da dívida.”¹⁵⁶ Por fim, sintetizava:

Em síntese, o problema da instabilidade estrutural deste processo de expansão financeira não está apenas na divergência de ritmos de acumulação entre ativos reais e financeiros, mas sim no caráter recorrente do processo em curso, que tende a uma redistribuição contínua do excedente em favor da órbita financeira, a qual, se for mantida além de suas possibilidades reais de sustentação, poderá provocar uma ruptura crítica da expansão econômica. Parece existir um certo consenso de que para evitar essa ruptura se necessita diminuir a especulação forçando uma maior centralização do capital financeiro, mediante a qual as grandes agências financeiras controlem o lançamento dos novos títulos em bolsa, intervenham em forma coordenada na manipulação das operações financeiras e promovam a canalização de recursos para os setores com maiores oportunidades de investimento.¹⁵⁷

Após mostrar o descompasso existente entre o crescimento das órbitas real e financeira da economia brasileira, Tavares apresentou a outra face deste processo. Pois se havia concentração de renda em um setor da economia, havia também compressão da renda de outro. Como já foi apresentado, Tavares fazia suas críticas à política salarial consequente da política econômica do regime ditatorial. Nesta passagem, aponta suas críticas para a genialidade de Simonsen.

O arrocho salarial exibiu uma violência sem precedentes. Mesmo o posterior aprofundamento do autoritarismo político não realizaria uma façanha semelhante à da fórmula salarial servida ao regime pelo gênio matemático do então jovem aprendiz de feiticeiro, o professor Mário Henrique Simonsen. A intervenção mandatória e truculenta nas negociações salariais chegou a levantar protestos de algumas empresas de alta produtividade, inclusive capital estrangeiro, que foram impedidas de negociar com os interventores sindicais até aumentos salariais que se limitavam a incorporar ganhos de produtividade. Em síntese, a liberdade de negociação trabalhista, um primado da ideologia liberal que o regime proclamava, não foi considerada uma “liberdade econômica” digna de ser preservada na prática, porque parecia um atentado à política de estabilização de preços posta em marcha.¹⁵⁸

¹⁵⁶*Ibid*, p. 244.

¹⁵⁷*Ibid*, p. 245.

¹⁵⁸ Maria da Conceição Tavares; ASSIS, J. Carlos de. **O grande salto para o caos**: a economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1985. p. 14.

Maria da Conceição Tavares, ainda analisando a política de arrocho salarial deste período e as consequências que ela causava à demanda e à acumulação de capital, ressaltou quem se beneficiava desta política:

Mesmo mantidos baixos, salários pagos a um número crescente de trabalhadores estimulam a demanda global; e, porque são baixos, favorecem a lucratividade das empresas e a acumulação de capital, com maior vigor ainda quando a base de aumento da produção é a capacidade ociosa previamente acumulada. Nessas condições, tinha início o “milagre”.¹⁵⁹

Desta forma, para autora, as reformas financeiras de 1964 e 1965 “constituíram o vetor central para solucionar a questão do financiamento da economia, tanto do setor público quanto do privado, e da preparação para a retomada do crescimento.”¹⁶⁰ Ao entrar no tema da correção monetária, Tavares diz que:

[...] a dupla Campos-Bulhões introduziu a inovação que se revelaria de mais profundas consequências para o futuro funcionamento da economia: a correção monetária (ou indexação), com modestos propósitos iniciais de manter o valor real dos atrasados fiscais, mas que em breve se generaliza para toda a economia como o elemento celular do edifício do sistema de crédito, apoiado em títulos públicos e privados legalmente protegidos da corrosão inflacionária.

Na prática, esse original instituto de correção monetária teve como consequência neutralizar, em parte, os efeitos que se esperavam da modernização do sistema de intermediação financeira e do financiamento da economia. Na visão ortodoxa, a inflação é sempre resultado da expansão da quantidade de moeda e de crédito a um ritmo superior ao do crescimento da economia. Uma fonte potencial dessa expansão monetária são os gastos públicos não cobertos por receita fiscal ou por crédito do setor privado. O ministro Bulhões pretendeu atacar a pressão inflacionária nas três frentes, simultaneamente: impôs maior disciplina de gastos ao conjunto do governo, aumentou a receita fiscal e parafiscal e criou a dívida pública com o lançamento dos títulos indexados ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.¹⁶¹

Para ela, o conseqüente resultado deste novo instrumento de política econômica foi o aumento da receita fiscal do governo, fato que foi por nós apresentado nas notícias do segundo capítulo deste trabalho. Este aumento da receita possibilitava que:

Entre 1962 e 1966, a receita fiscal elevou-se de 8,57% para 11% do PIB, enquanto o déficit declinava de 4,23% para 1,6%. Isso se devia menos à reforma tributária, que só no ano de 1968 exercia seus efeitos plenamente, do que à introdução da correção

¹⁵⁹ *Ibid*, p. 27.

¹⁶⁰ *Ibid*, p. 15.

¹⁶¹ *Ibid*, p. 16-17.

monetária dos atrasados fiscais e ao maior rigor na cobrança do imposto de renda, cujo montante arrecadado aumentou a mil por cento nesse período, em comparação com os 620% do aumento da inflação. De qualquer forma, o plano orçamentário federal se equilibrava.¹⁶²

Assim, concluindo sua análise, quando a economia brasileira começou a dar sinais de saída da crise, no ano de 1968, com um crescimento do PIB de 9,3%, Tavares nos diz como esses resultados eram estranhos para um economista ortodoxo como Mário Henrique Simonsen.

Fato inexplicável para um monetarista, o aumento de liquidez real – expansão de 45,7% dos meios de pagamento em 1967, em comparação com uma inflação de 24,3% e 25,4% nesses dois anos. Mais inexplicável ainda é que a liquidez real continuaria aumentando nos anos seguintes, enquanto a taxa de inflação despencava.¹⁶³

Percebemos que Mário Henrique Simonsen e Maria da Conceição Tavares tinham visões diferentes sobre a política econômica do período em discussão e de suas consequências. Lógico é que estes dois autores possuíam diferentes diagnósticos e prognósticos da economia brasileira; antes de tudo, possuíam valores distintos.

Depois de colocarmos nestas linhas o debate ocorrido entre Simonsen e Tavares, podemos, agora, ir um pouco além dos limites colocados pelas balizas da ortodoxia e da heterodoxia em teoria econômica. Estas, muitas vezes, estreitam as análises por apenas adjetivarem uma vertente teórica. Podemos buscar encontrar nas afirmações e críticas destes autores o modelo de desenvolvimento econômico por eles defendido. Depois de ter feito isso, voltaremos para a análise da correção monetária.

Mário Henrique Simonsen, economista membro do primeiro escalão governamental, sempre argumentava, nos parece, com o objetivo de criar as condições efetivas para que fosse possibilitado o crescimento da economia brasileira e a manutenção do estilo de desenvolvimento concentrador de renda existente no país. Por isso, o autor não fez crítica à transferência de renda realizada aos compradores de títulos de crédito, à inflação corretiva das tarifas dos serviços de utilidade pública e ao auxílio que as empresas tiveram com a correção monetária. Os assalariados foram prejudicados nesta transferência, mas, em sua opinião, havia a necessidade de controlar a

¹⁶²*Ibid*, p. 22.

¹⁶³*Ibid*, p. 28.

inflação de custos que desequilibrava a economia. E, por trás de tudo isso, existia a confiança de que somente um governo autoritário poderia realizar esta tarefa à época.

Diferentemente de Simonsen, Maria da Conceição Tavares argumentava com o objetivo de transformar o estilo de desenvolvimento existente na economia brasileira; por isso, procurava mostrar os limites da política econômica realizada pelos militares. Com esta conduta, a autora buscava mostrar também como as políticas salarial e fiscal não eram graduais – ao contrário, eram de choque –, como o sistema financeiro privado não havia conseguido aumentar prazos e reduzir os juros dos empréstimos, além de possuir um caráter contraditório e concentrador de riqueza e, por fim, como o arrocho salarial e o autoritarismo possibilitavam a concentração de capital.

Assim, o confronto das ideias de Mário Henrique Simonsen e Maria da Conceição Tavares representa o intenso debate existente no Brasil e na América Latina sobre os estilos de desenvolvimento. Era um momento em que havia a possibilidade de pensar em uma distribuição de renda mais equitativa para a sociedade brasileira, pois a economia crescia. Certo é que existiam outros nomes por trás destes dois pensadores, pois era um período de intenso debate social. Entretanto, os limites a nós colocados fizeram com que trabalhássemos apenas com as ideias destes autores.

Logo, tendo em mente que a correção monetária foi uma importante e inovadora faceta da política econômica do regime autoritário que, com o auxílio da repressão social, auxiliava a manutenção do estilo de desenvolvimento existente no Brasil, nas considerações finais deste trabalho analisaremos como ocorreu o debate em torno deste instrumento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, primeiramente, apresentamos a correção monetária dentro do contexto de reformas institucionais realizadas pelo governo de Humberto de Alencar Castello Branco. Com este instrumento de política econômica do governo buscava-se atenuar a inflação e aumentar as taxas de crescimento da economia, pois ela privilegiava apenas alguns setores estratégicos da produção. Tais reformas surtiram efeito após o ano de 1967, e muitos analistas da economia apontaram a correção monetária como responsável por estes méritos que tiveram como consequência o milagre econômico.

Num segundo momento, apreendemos como a correção monetária inseriu-se nas mais diversas dimensões da vida cotidiana da sociedade brasileira. Preocupavam-se com este assunto desde o alto escalão governamental até as empregadas domésticas e os aposentados do INPS.

Além disso, percebemos como este instrumento foi aumentando sua importância e dimensão. Em meados da década de 1970, vimos que a economia brasileira estava indexada, pois a utilização da correção monetária aumentava cada vez mais nos mais diversos setores da economia.

Também apontamos que num momento de altíssimas taxas de crescimento do PIB, a curiosidade dos *policymakers* estrangeiros sobre a política econômica brasileira ficou aguçada, e a correção monetária ganhou o cenário internacional como sendo uma inovação na teoria econômica realizada por brasileiros.

Num terceiro momento, apresentamos a interpretação de Mário Henrique Simonsen sobre a política econômica das décadas de 1950 e 1960. Nesta interpretação, o autor afirmou que a correção monetária era a faceta da política econômica de um regime autoritário que buscava manter a característica concentradora de renda do estilo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Por outro lado, apresentamos as críticas de Maria da Conceição Tavares à política econômica do período. A autora buscava encontrar outro caminho para o desenvolvimento da economia brasileira e para isso apontava os limites da trajetória que estava sendo trilhada. Ambos representavam grupos políticos que vislumbravam diferentes caminhos para a sociedade brasileira, ou seja, diferentes estilos de desenvolvimento.

Quanto aos resultados da correção monetária, podemos correlacionar as notícias do diário *Folha de São Paulo* com o Anexo2, pois atrás dos números existem pessoas. Aqueles assalariados que reclamavam por ajustes salariais, os mutuários do BNH, as domésticas e muitos outros estão representados na terceira coluna da tabela. São aqueles que tiveram uma compressão da renda no período em análise. Por outro lado, os banqueiros, os empreiteiros, os empresários do setor industrial e financeiro fazem parte da minoria que realmente ganhou com os elevados índices de crescimento do PIB encontrados na primeira coluna da tabela.

Como o próprio Mário Henrique Simonsen havia dito, e ao repetir as palavras de um ministro da ditadura não incorremos num clichê, a correção monetária foi uma faceta do regime autoritário, foi uma faceta da violência da política econômica. Talvez possamos até dizer que esta inovação da política econômica brasileira não funcionaria sem outra inovação realizada pelos militares: o pau-de-arara. Como apontamos, milagre econômico e tortura caminharam lado a lado, principalmente após a edição do quinto Ato Institucional.

Assim, ao chegar ao final deste trabalho, o ímpeto de jovem e de estudante nos levaria a parafrasear um conhecido escritor francês, e afirmar que, enquanto houver ignorância acerca de nossa história e miséria devido à concentração de renda em nosso país, dissertações como esta não serão inúteis.

Seria um belo final. Mas, talvez estivesse em descompasso com o conteúdo apresentado neste trabalho. O estudo da história do Brasil contemporâneo e o conhecimento de seus problemas atuais nos possibilitam afirmar que esta situação tem relação com as escolhas realizadas pelos governos militares.

A investigação sobre as consequências sociais de um instrumento da política econômica deste período é apenas um primeiro passo em busca de, num possível futuro, sermos capazes de terminar um texto em sintonia com a paráfrase explicitada acima.

Há quem diga que em tempos de crise é preciso ter calma. Aceitando como correta esta afirmação é que, passo a passo, vamos construindo a nossa crítica ao Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

Documentos

BRASIL. **Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966: (síntese)**. Rio de Janeiro: EPEA, 1964.

BRASIL. Senado Federal. **Atos institucionais 1 a 6**. Brasília, DF: [s. n.], [19-].

FURTADO, Celso. **O plano trienal e o ministério do planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

Fontes Primárias

Periódicos

Folha de São Paulo. Governo altera emenda; UDN vai apoiar a reforma. São Paulo, 20 de out. de 1964, 1º cad. p. 1.

Folha de São Paulo. Deputado cassado construiu prédio e quer reajuste. São Paulo, 17 de fevereiro de 1965. 1º cad., p. 9.

Folha de São Paulo. CNE aprova hoje índices para alugueis. São Paulo, 22 de jun. de 1965. 1º cad., p. 1, 2º ed.

Folha de São Paulo. Rendas: último dia hoje para pagamento de débitos. São Paulo, 31 de mar. de 1966. 1º cad., p. 12.

Folha de São Paulo. Deputados têm que devolver 180 milhões. São Paulo, 10 de fev. de 1967, 1º cad., p. 1.

Folha de São Paulo. Companhia Docas de Santos: relatório da diretoria, correspondente ao ano de 1966. São Paulo, 19 de abril de 1967, 2º caderno, p. 3.

Folha de São Paulo. Banco aumenta capital. São Paulo, 13 de abril de 1967, 1º caderno, p. 13.

Folha de São Paulo. Correção faz INPS suspender vendas. São Paulo, 30 de mai. de 1967. Ilustrada, p. 1. Edição da Tarde.

Folha de São Paulo. Trabalhismo. São Paulo, 15 de setembro de 1964. 2º cad., p. 4.

Folha de São Paulo. Depreciação tem taxa para correção monetária. São Paulo, 26 de setembro de 1964. 3º cad., p. 8.

Folha de São Paulo. Correção Monetária. São Paulo, 29 de setembro de 1964. 1º cad., p. 4.

Folha de São Paulo. Pedida correção monetária sobre o novo salário mínimo. São Paulo, 30 de jan. de 1965, 1º cad., p. 8.

Folha de São Paulo. Finame poderá começar a operar na próxima semana. São Paulo, 17 de fev. de 1965. 1º cad., p. 10.

Folha de São Paulo. Salários: Câmara vota a correção monetária hoje. São Paulo, 17 de fev. de 1965. 1º cad., p. 8.

Folha de São Paulo. Maiores desvios do PAEG ocorreram no balanço de pagamentos. São Paulo. 13 de mai. de 1966, 1º cad., p. 16.

Folha de São Paulo. FIESP debate Resolução 21 e fixa a posição da indústria. São Paulo, 7 de abril de 1966. 1º cad., p. 11.

Folha de São Paulo. BNH quer construir mais em S. Paulo: há atraso. São Paulo, 1º de março de 1967. 1º cad., p. 5.

Folha de São Paulo. Casa própria: só críticas na câmara. São Paulo, terça-feira, 23 de maio de 1967, 1º caderno, p. 6.

Folha de São Paulo. CRUSP: Reitoria explica atraso mas estudantes mantêm ocupação. São Paulo, 23 de maio de 1967, 1º caderno, p. 7.

Folha de São Paulo. CEF abrirá financiamento de casa com novo plano. São Paulo, 24 de mai. de 1967. 1º cad., p. 6.

Folha de São Paulo. Empréstimos na CEF: correção anual. São Paulo, 21 de jun. de 1967. 1º cad., p. 5.

Folha de São Paulo. III Seminário sobre “correção monetária das contas do capital próprio e do ativo imobiliário. São Paulo, 5 de jul. de 1967. 1º cad., p. 5.

Folha de São Paulo. Caixa Econômica Federal de São Paulo – Carteira de Habitação – Depósitos com Correção Monetária. São Paulo, 14 de julho de 1967, 1º cad., p. 2.

Folha de São Paulo. Revisão das indenizações. São Paulo, 23 de julho de 1967, Ilustrada, p. 2.

Folha de São Paulo. Servidores federais sem aumento: não há dinheiro. São Paulo, 4 de setembro de 1967, 1º cad., p. 3.

Folha de São Paulo. Ciclo Vicioso. São Paulo. 9 de jan. de 1968. 1º cad., p. 4.

Folha de São Paulo. Companhia Seguradora do Brasil: Relatório da diretoria à assembléia geral ordinária. São Paulo, 16 de fev. de 1968. 1º cad., p. 13

Folha de São Paulo. Bendito atrasado. São Paulo, 20 de junho de 1968. 1º cad., p. 4.

Folha de São Paulo. IR: assalariados são os mais atingidos. São Paulo, 3 de fev. de 1969, 1º cad., p. 3.

Folha de São Paulo. Cadernetas de poupança. São Paulo. 11 de dezembro de 1970. 1º cad., p. 4.

Folha de São Paulo. Aviso aos acionistas. São Paulo, terça-feira, 16 de julho de 1970. 1º cad., p. 12.

Folha de São Paulo. Para a Votorantim, o lucro não é um crime. São Paulo, 2 de agosto de 1970. 2º cad., p. 18. Coluna Joelmir Beting.

Folha de São Paulo. Vantagens da correção monetária. São Paulo, 29 de abril de 1971. 3º cad., p. 17.

Folha de São Paulo. Criticada correção monetária. São Paulo, 25 de mai. de 1971. 1º cad., p. 23.

Folha de São Paulo. Com o BNH. São Paulo, 11 de jul. de 1971, 1º cad., p. 6.

Folha de São Paulo. Comércio apóia correção monetária e elogia BNH. São Paulo. 5 de agosto de 1971. 1º cad., p. 35.

Folha de São Paulo. Correção em dívidas do Governo. São Paulo, 29 de fevereiro de 1972. 1º cad., p. 23.

Folha de São Paulo. Ritmo de progresso não cairá. São Paulo, 16 de abril de 1972. 1º cad., p. 1.

Folha de São Paulo. Contas do FGTS. São Paulo, 4 de maio de 1972, 1º cad., p. 6.

Folha de São Paulo. BNH está preparado para seguir plano de contenção. São Paulo, 18 de janeiro de 1973. 3º cad., p. 2.

Folha de São Paulo. Resposta a Da. Beluniz. São Paulo, 16 de maio de 1973. 1º cad., p. 27.

Folha de São Paulo. Friedman elogia a correção e critica o controle de preços. São Paulo, 15 de janeiro de 1974. 1º cad., p. 23.

Folha de São Paulo. A correção monetária não serve aos EUA. São Paulo, 10 de abr. de 1974. 1º cad., p. 20. (grifo nosso)

Folha de São Paulo. A fera na jaula. São Paulo, 16 de abril de 1974. 1º cad., p. 24. Coluna Joelmir Beting.

Folha de São Paulo. Delfim nos EUA. São Paulo, 8 de dez. de 1974. 1º cad., p. 7.

Folha de São Paulo. Nova fórmula pode facilitar a casa própria. São Paulo. 7 de dez. de 1974, 1º cad., p. 1.

Quatro Rodas. Terceiros vão para o inferno. Ano VI. Ed. 71. Jun. de 1966. p. 56-57

2. Obras de referência

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MELLO, João Manoel Cardoso de. “O Estado Brasileiro e os Limites da Estatização”. In: **Ensaio de Opinião**, nº 2-3, 1977.

_____. As conseqüências do Neoliberalismo. In: **Economia e Sociedade.** Campinas, (1): 59-67, ago. 1992.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.** 2ed. São Paulo, SP: Editora da UNESP: Campinas: FACAMP, 2009.

RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. In: _____. **Obras Reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. I.

_____. A questão agrária brasileira. In: _____. **Obras Reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. II.

TAVARES, Maria da Conceição. Além da estagnação. In: _____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____. Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente. In: _____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos de. **O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário.** Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1985.

3. Bibliografia Geral

ABREU, Alzira Alves de *et al.* . **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Ed, ver. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. 3, p. 3122.

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1990. p. 198.

A CONTROVERSIA sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Coautoria de TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1975.

A ORDEM do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Coautoria de ABREU, Marcelo de Paiva. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1990.

A QUESTAO agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 – 1960. STEDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. **As reformas financeiras de 1964-65**: objetivos, rumos e desvios. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1984. (Texto para Discussão, n. 59), p. 23.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOLETIM do Banco Central do Brasil, vol. 1, nº 1, 1965.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão n. 621)

CHACEL, Julian M.; SIMONSEN, Mário Henrique; WALD, Arnoldo. **A correção monetária**. Rio de Janeiro, RJ: APEC, 1976.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** - ação política, poder e golpe de classe. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIAMBIAGI, Fábio. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, José Ricardo Barbosa; MADI, Maria Alejandra Caporale. The performance of foreign banks in Brazil: international liquidity cycles and financial regulation, 1870-2000. In: **Conference Copenhagen 2006**, 2006, Copenhagen. Conference Copenhagen 2006, 2006.

_____. Modernization and exclusion in Brazil: Culture and Development in Celso Furtado. In: **CASID Conference**, Saskatoon, Canada, 2007

GONÇALVES, Jose Sidnei. **Mudar para manter**: pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo, SP: SAA: CSPA, 1999.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira, 13**: os últimos dias de governo João Goulart. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Cruzeiro, 1964.

KEYNES, John Maynard. Conseqüências das alterações no valor da moeda para a sociedade. In: **John Maynard Keynes: economia** / organizador: SZMRECSÁNYI, Tamás. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

MADI, Maria AlejandraCaporale (autor); AURELIANO, Liana Maria (orient.). **A vanguarda do pensamento conservador**: um estudo sobre as idéias econômicas de Roberto Campos no período 1950-1964. 1985. 232f Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel – um intérprete original da realidade brasileira. In. Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel (1: 1994: Florianópolis, SC). **Pensamento de Ignácio Rangel** / apresentadores Domar Campos. [et al] ; Armen Mamigonian, org. - Florianópolis: UFSC, PPGG, 1997.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. In: **Nova Economia**. v. 8, n. 1, p. 87-116, jul. /dez. 1998.

PINTO, Aníbal. Notas sobre los estilos de desarrollo en América Latina. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Volumen II. México: Fondo de Cultura Económica / Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998.

RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. In: _____. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. I, p. 562.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Inflação**: gradualismo x tratamento de choque. Rio de Janeiro, RJ: APEC, 1970.

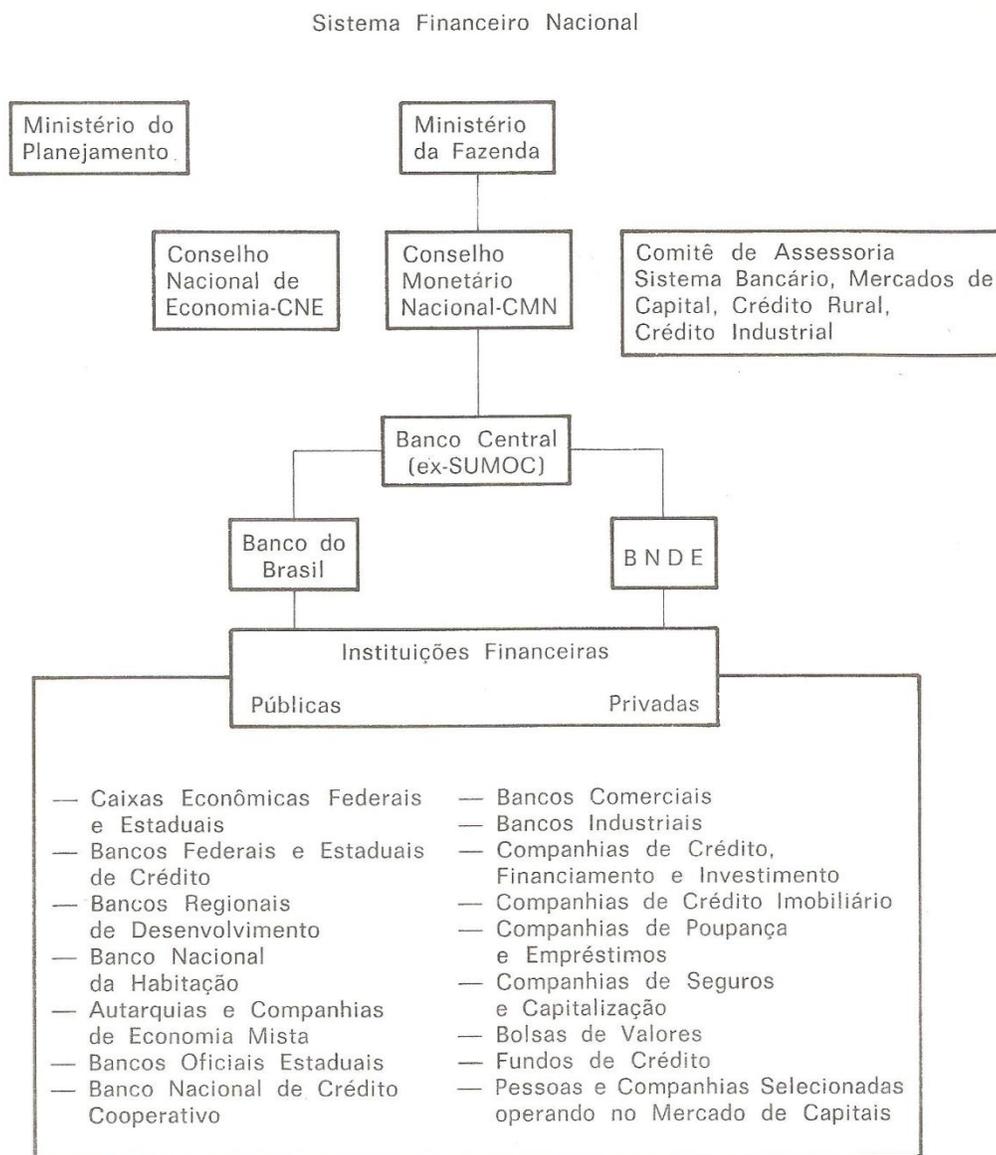
SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TEMPOS modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento. Coautoria de D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Correa Pinto de. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1997.

VÁSQUEZ, Juan F. Noyola. Inflación y desarrollo económico en Chile y México. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Volumen I. México: Fondo de Cultura Económica / Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998.

ANEXOS

Anexo 1: Organograma do Sistema Financeiro Nacional¹⁶⁴



¹⁶⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe. 7 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 451.

Anexo 2: Variação anual dos dados relativos à economia brasileira de 1960 a 1975

Ano	(1) PIB	(2) Inflação*	(3)Salário Mínimo Real	(4)Base Monetária
1960	9,4	30,47	19,4	40,2
1961	8,6	47,78	-14,7	60,4
1962	6,6	51,60	7,2	64,4
1963	0,6	79,92	7	70,1
1964	3,4	92,12	7,6	78,5
1965	2,4	34,24	2,3	72,7
1966	6,7	39,12	7,5	23,1
1967	4,2	25,01	4,3	30,8
1968	9,8	25,49	0,9	42
1969	9,5	19,31	2,7	28,7
1970	10,4	19,26	1,8	16,9
1971	11,3	19,47	-0,9	36,3
1972	12,1	15,72	-2,7	18,5
1973	14	15,54	-3,4	47,1
1974	9	34,55	5,4	32,9
1975	5,2	29,35	-5,1	36,4

Fontes: A ORDEM do progresso..., *op. cit.* (colunas 1, 3 e 4); IPEA-DATA (coluna 2).

Anexo 3: Comportamento dos salários de trabalhadores e de gerentes na pesquisa da CSN – 1966/1972

CARGO	N. de observações	Salário em Abril de 1972 (Cr\$)	Taxas Anuais de Crescimento dos Salários		
			4/66- 4/68	4/69 - 4/72	4/66 - 4/72
Trabalhadores					
Servente	1.615	385	-0,6	-3,1	-1,4
Ajudante	1.852	512	-2,8	-1,8	-1,2
Operador de Carro Industrial	152	714	-4,4	-1,4	-0,7
Maçariqueiro	110	826	-0,1	3	3,4
Pintor	112	766	4,8	1,3	0,9
Ferreiro	18	970	0,5	5,7	3,4
Pedreiro de Refratário	74	1.066	0,2	3,4	3,7
Encanador	60	784	-4,2	9,7	-1,5
Mecânico de Manutenção	270	1.220	8,5	1,4	4,6
Eletricista de Manutenção	306	1.167	3,8	1,8	3,7
Analista de Laboratório	67	1.494	6,4	6,5	7,4
Operador de Máquina-Ferramenta	469	1.171	0	-0,2	2,5
Desenhista Industrial	78	1.769	1,5	9,5	4,7
Gerentes					
Chefe de Divisão Pessoal	7	3.301	17,8	3,9	10,2
Chefe de Divisão de Produção (N. Médio)	39	3.300	-0,3	6,5	3,4
Chefe de Departamento	15	6.437	0,6	6,1	8,3
Chefe de Divisão de Produção (N. Sup.)	20	4.963	3,6	7,7	10,9
Chefe de Manutenção (N. Sup.)	16	5.225	2,5	11,8	7,1
Chefe de Dept. ° de Controle de Qualidade	11	7.027	3,5	11,2	9,1
Chefe de Departamento de Produção	20	7.235	6,9	4,3	7,1
Chefe de Departamento de Manutenção	13	7.360	4	12	8,7

Fonte: BACHA, Edmar Lisboa. Hierarquia e remuneração gerencial. In: A CONTROVERSIA..., *op. cit.* p. 140.

Anexo4: Comportamento dos salários dos trabalhadores na pesquisa da GRUPISA

CARGO	Salário em Abril de 1972 (Cr\$)	Taxas Anuais de Crescimento dos Salários				
		3/64 - 3/66	9/66 - 9/68	5/70 - 4/72	3/64 - 4/72	3/66 - 4/72
Datilógrafo	547	-4,20	6,90	-3,80	-0,90	0,1
Pedreiro de Construção Civil	587	-10,20	1,20	6,60	-1,00	2,50
Pintor de Obras	543	2,70	-0,75	1,00	0,75	0,20
Plainador	575	-3,30	-2,10	0,60	-1,30	-0,90
Serralheiro	584	-2,30	1,90	0,04	1,10	2,50
Bombeiro Hidráulico	522	-9,80	6,20	-5,80	-3,20	-2,40
Perfurador Conferidor IBM	648	-4,80	6,90	-0,80	0,90	3,10
Carpinteiro	611	-8,10	8,40	-0,40	-1,20	1,40
Pedreiro de Forno	850	6,40	-1,20	20,00	5,00	5,40
Eletricista Enrolador	746	-7,50	4,60	4,50	1,90	5,80
Mecânico de Veículos	709	-10,50	4,50	-0,80	-1,90	0,80
Ferreiro	583	-0,25	1,40	-3,80	-1,40	-2,00
Soldador Completo	660	-8,20	2,20	-1,70	-2,40	-1,20
Ajustador Mecânico	707	1,40	3,40	1,80	1,70	2,10
Eletricista de Manutenção Industrial	780	-1,90	6,80	5,00	0,90	2,10
Torneiro Mecânico	757	2,90	-2,20	5,20	2,40	2,60
Operador IBM	873	-19,40	7,90	-4,20	-2,30	5,10
Fresador	802	14,70	3,00	8,20	7,40	7,50
Ferramenteiro	1.393	-6,50	-0,90	17,90	3,90	8,50
Técnico em Eletricidade	1.487	9,80	-5,30	1,20	5,90	4,30
Projetista de Ferramentas	1.900	3,70	6,70	5,50	3,10	3,50

Fonte: BACHA, Edmar Lisboa. Hierarquia e remuneração gerencial. In: A CONTROVERSIA..., *op. cit.*, p. 141.